

Demonstrações Contábeis Societárias

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	179.059	438.679
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	783.124	901.924
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	1.925	304
Outros tributos a compensar	7	41.095	23.451
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	7.1	198.108	-
Derivativos	31	-	156.491
Ativo financeiro setorial	8	371.223	-
Estoques		4.787	3.555
Outros ativos	11	226.711	105.565
Total do circulante		1.806.032	1.629.969
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	24.107	26.464
Depósitos judiciais	20	212.000	198.269
Outros tributos a compensar	7	30.882	24.790
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	7.1	1.684.582	-
Ativo financeiro setorial	8	234.872	108.908
Derivativos	31	178.441	199.980
Créditos fiscais diferidos	9	-	19.459
Ativo financeiro da concessão	10	1.932.004	1.602.976
Outros ativos	11	857	986
Ativo contratual	12	241.053	159.983
Intangível	13	734.251	768.856
Total do não circulante		5.273.049	3.110.671
Total do ativo		7.079.081	4.740.640

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores	14	744.002	688.754
Empréstimos e financiamentos	15	40.683	482.829
Debêntures	16	136.357	170.604
Entidade de previdência privada	17	117.395	41.919
Taxas regulamentares	18	95.292	16.028
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	13.903	9.118
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	158.823	174.361
Dividendo e juros sobre capital próprio	28	6.037	348.377
Obrigações estimadas com pessoal		18.390	17.442
Passivo financeiro setorial	8	-	41.514
Outras contas a pagar	21	230.742	215.688
Total do circulante		1.561.623	2.206.635
Não circulante			
Fornecedores	14	1.379	2.748
Empréstimos e financiamentos	15	1.819.635	859.882
Debêntures	16	769.143	635.516
Entidade de previdência privada	17	343.169	522.184
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	178.840	161.959
Débitos fiscais diferidos	9	26.614	-
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	47.229	48.695
Mútuo com controladora	28	-	100.006
Derivativos	31	43.764	-
PIS/COFINS devolução consumidores	7.1	1.882.690	-
Outras contas a pagar	21	17.535	14.823
Total do não circulante		5.130.000	2.345.812
Patrimônio líquido			
	22		
Capital social		258.497	253.909
Reserva de capital		37.552	42.140
Reserva legal		39.997	34.032
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		70.667	270.667
Dividendo		393.928	-
Resultado abrangente acumulado		(413.182)	(412.556)
Total do patrimônio líquido		387.459	188.193
Total do passivo e do patrimônio líquido		7.079.081	4.740.640

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2021	2020
Receita operacional líquida	24	5.834.275	4.568.629
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	25	(4.063.380)	(3.174.737)
Custo com operação		(353.182)	(306.099)
Amortização		(104.525)	(99.420)
Outros custos com operação	26	(248.657)	(206.678)
Custo do serviço prestado a terceiros	26	(317.310)	(278.435)
Lucro operacional bruto		1.100.404	809.359
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(150.123)	(127.841)
Amortização		(933)	(761)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(63.939)	(44.748)
Outras despesas com vendas	26	(85.251)	(82.332)
Despesas gerais e administrativas		(135.104)	(140.663)
Amortização		(16.133)	(17.386)
Outras despesas gerais e administrativas	26	(118.971)	(123.277)
Outras despesas operacionais	26	(15.513)	(12.589)
Resultado do serviço		799.665	528.267
Resultado financeiro	27		
Receitas financeiras		148.130	126.907
Despesas financeiras		(189.559)	(92.377)
		(41.429)	34.530
Lucro antes dos tributos		758.236	562.797
Contribuição social	9	(67.454)	(51.250)
Imposto de renda	9	(190.384)	(138.059)
		(257.838)	(189.310)
Lucro líquido do exercício		500.398	373.487
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	23	9,42	7,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	500.398	373.487
Outros resultados abrangentes	(626)	(99.910)
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	7.565	(101.935)
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	(8.192)	2.025
Resultado abrangente do exercício	<u>499.771</u>	<u>273.577</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de lucros</u>					Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Dividendo			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	249.321	46.729	28.067	356.496	196.057	(312.646)	-	564.024
Resultado abrangente total								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	373.487	373.487
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	(101.935)	-	(101.935)
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	2.025	-	2.025
Mutações internas do patrimônio líquido								
Aumento de capital	4.588	(4.588)	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	5.965	-	-	-	(5.965)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	270.667	-	-	(270.667)	-
Transações de capital com os acionistas								
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	(196.057)	-	-	(196.057)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(63.690)	(63.690)
Juros sobre o capital próprio - AGE de 30/12/2020	-	-	-	-	-	-	(33.166)	(33.166)
Aprovação de dividendos intermediários AGE 20/11/2020	-	-	-	(356.496)	-	-	-	(356.496)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	253.909	42.140	34.032	270.667	-	(412.556)	-	188.193
Resultado abrangente total								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	500.398	500.398
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	7.565	-	7.565
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	(8.192)	-	(8.192)
Mutações internas do patrimônio líquido								
Aumento de capital	4.588	(4.588)	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	5.965	-	-	-	(5.965)	-
Transações de capital com os acionistas								
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	393.928	-	(393.928)	-
Aprovação de dividendos intermediários - AGE 07/10/2021, 14/12/2021 e 20/12/2021	-	-	-	(200.000)	-	-	(75.000)	(275.000)
Juros sobre o capital próprio - AGE de 26/08/2021 e 31/12/2021	-	-	-	-	-	-	(25.506)	(25.506)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	258.497	37.552	39.997	70.667	393.928	(413.182)	-	387.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro antes dos tributos	758.236	562.797
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	121.591	117.567
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	15.198	24.378
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	63.939	44.748
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	(29.613)	(17.060)
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	49.981	33.738
Perda (ganho) na baixa de não circulante	14.150	11.137
	<u>993.482</u>	<u>777.305</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(11.677)	(186.282)
Tributos a compensar	(25.357)	1.746
Depósitos judiciais	(8.877)	4.586
Ativo financeiro setorial	(459.305)	(50.107)
Contas a receber - CDE	(14.761)	16.808
Outros ativos operacionais	(21.144)	(34.726)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	53.879	132.033
Outros tributos e contribuições sociais	(20.047)	20.702
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(89.074)	(37.753)
Taxas regulamentares	79.264	(20.250)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(20.311)	(30.874)
Passivo financeiro setorial	(59.640)	(66.123)
Contas a pagar - CDE	(12.077)	10.806
Outros passivos operacionais	21.033	62.538
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	405.388	600.409
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(78.914)	(70.245)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(258.773)	(73.108)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	67.701	457.056
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(10.524)	-
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	6.942	100.898
Adições de ativo contratual	(333.127)	(263.688)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(336.709)	(162.790)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	1.246.156	544.618
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(668.920)	(487.890)
Liquidação de operações com derivativos	174.650	114.149
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(639.020)	(363.483)
Captação de mútuo com controladora	-	100.000
Amortização de mútuo com controlada	(103.478)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	9.388	(92.606)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(259.620)	201.660
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	438.679	237.019
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	179.059	438.679

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
1 - Receita	8.677.699	6.993.703
1.1 Receita de venda de energia e serviços	8.424.955	6.760.585
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	316.683	277.866
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(63.939)	(44.748)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(5.115.027)	(4.075.951)
2.1 Custo com energia elétrica	(4.522.561)	(3.546.224)
2.2 Material	(214.758)	(180.427)
2.3 Serviços de terceiros	(266.103)	(235.218)
2.4 Outros	(111.605)	(114.083)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	3.562.672	2.917.752
4 - Retenções	(121.990)	(118.183)
4.1 Amortização	(121.990)	(118.183)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	3.440.681	2.799.570
6 - Valor adicionado recebido em transferência	156.369	132.326
6.1 Receitas financeiras	156.369	132.326
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	3.597.051	2.931.895
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	209.087	180.655
8.1.1 Remuneração direta	91.316	84.256
8.1.2 Benefícios	109.577	88.536
8.1.3 F.G.T.S	8.195	7.862
8.2 Impostos, taxas e contribuições	2.690.685	2.279.180
8.2.1 Federais	1.380.306	1.234.276
8.2.2 Estaduais	1.307.552	1.042.021
8.2.3 Municipais	2.826	2.883
8.3 Remuneração de capital de terceiros	196.880	98.573
8.3.1 Juros	192.700	94.723
8.3.2 Aluguéis	4.180	3.850
8.4 Remuneração de capital próprio	500.398	373.487
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	25.506	33.166
8.4.2 Dividendo (incluindo adicional proposto)	468.928	63.690
8.4.3 Lucros retidos	5.965	276.632
	3.597.051	2.931.895

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2020, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

Em 2021, a CPFL Piratininga cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 1,9 milhão de clientes, em 27 municípios do Estado de São Paulo.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram um crescimento de 1,7% em relação ao exercício de 2020. Destacam-se as classes residencial e industrial, que registraram crescimentos, respectivamente, de 2,1% e 1,8% ante 2020.

A CPFL Piratininga, em 2021, foi eleita pelo Prêmio Abradee, na categoria de Melhor Responsabilidade Socioambiental de distribuidoras acima de 500 mil consumidores.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

O ano de 2021 testemunhou o princípio da superação da pandemia de Covid-19. Apesar do mundo ter vivido as ondas mais letais da pandemia, também foi o ano em que as vacinas começaram a ser amplamente disseminadas (ainda que com enorme heterogeneidade, em termos globais). A combinação de vacinação e contaminação prévia tem proporcionado uma proteção importante à população, ainda que novas variantes continuem surgindo, como foi o caso da Delta e, mais recentemente, da Ômicron. Olhando a evolução da pandemia ao longo de 2021, fica claro o alívio gradual vivenciado pelos sistemas de saúde e a retomada da mobilidade. Deve-se notar, no entanto, que este movimento não é uniforme: em alguns países, há maior resistência à vacinação; em outros, há falta de vacinas. Apesar de grandes avanços na superação da pandemia, ainda não se pode dizer que seus impactos econômicos tenham sido totalmente superados em 2021.

A gradativa normalização das atividades não foi suficiente para reverter o movimento de consumo de bens muito superior ao consumo de serviços. Três fatores contribuíram para manter a demanda por bens historicamente elevada durante todo o ano:

- i) os pacotes de estímulos, tanto fiscais quanto monetários, auxiliaram na manutenção da renda e consumo total em 2020 e início de 2021, apesar do aumento substancial da poupança das famílias. Este fenômeno foi reforçado nos EUA em 2021, com os pacotes de recomposição de renda efetuados no início do mandato de Biden;
- ii) a normalização incompleta do consumo de serviços: num ambiente de manutenção de renda, o que não foi direcionado à poupança foi, por exclusão, consumido; como em boa parte do ano as restrições à mobilidade e os temores relativos à pandemia ainda vigoravam, o deslocamento da demanda aos padrões pré-pandemia foi incompleto;
- iii) a readequação dos níveis de estoques ótimos: os gargalos de produção enfrentados ao longo de 2020 continuaram restringindo a oferta em 2021 e a resposta encontrada por fabricantes e varejistas foi elevar seus estoques, de matérias primas a produtos acabados, elevando ainda mais a demanda global.

Assim, ao mesmo tempo em que a demanda permaneceu elevada, a oferta continuou negativamente impactada pelos *lockdowns* e pelas descontinuidades nas cadeias de insumos. Houve progresso na normalização das cadeias, porém é um processo que apenas se iniciou em 2021 e deve se completar apenas em meados de 2022.

A consequência desta normalização incompleta da economia em 2021, com demanda por bens ainda elevada e oferta restrita, resultou em preços mais elevados em todas as etapas da cadeia, de *commodities*, fretes, preços ao produtor e consumidor. A alta inflação, como se viu, deveu-se muito mais à incapacidade de resposta da oferta do que a um crescimento exuberante da economia.

A alta de preços de *commodities*, como seria de se esperar, repercutiu positivamente sobre as exportações brasileiras. No acumulado de 2021, as exportações somaram US\$ 280,4 bilhões, um crescimento de 34%. Com isso, o saldo comercial foi de US\$ 61,0 bilhões, recorde histórico, ajudando a manter a folga nas contas externas.

No Brasil, apesar da folga nas contas externas e da alta de juros no segundo semestre, a intensificação das incertezas fiscais parece ter contribuído para a depreciação da moeda. De fato, para além do movimento esperado pela valorização do dólar frente a outras moedas, as discussões domésticas sobre a PEC dos Precatórios e alteração do teto de gastos, a fim de viabilizar o Auxílio Brasil, parecem ter sido essenciais para amplificar a pressão sobre o real no último trimestre do ano. Apesar das intervenções do BC, a piora do ambiente doméstico e externo fez com que o câmbio passasse de uma média de R\$ 5,23/US\$ no terceiro trimestre de 2021 para R\$ 5,59/US\$ no último trimestre. Em termos reais, a taxa de câmbio brasileira encerrou o ano de 2021 cerca de 35% acima da média verificada entre 2015 e 2019. A depreciação cambial combinada à alta de preços *commodities* resultou num choque inflacionário. Este choque foi visto tanto nos preços no atacado quanto nos preços ao consumidor.

A inflação bem acima da meta e acelerando, com núcleos em patamar desconfortável, fez com que o Banco Central reagisse tempestivamente. O ano se iniciou com a taxa de juros básica em 2% ao ano, mínimo histórico, porém já a partir de março o Banco Central deu partida ao ajuste da política monetária e da taxa de juros, que encerrou 2021 no patamar de 9,25% ao ano.

Apesar da alta dos juros ao longo do ano, o crédito ainda mostrou um bom desempenho em 2021, sendo uma fonte importante de sustentação do consumo. Este último ainda foi

favorecido pela recuperação do mercado de trabalho e pela concessão de auxílios governamentais. O Auxílio Emergencial atingiu menos famílias em 2021 do que em 2020 e teve um ticket médio menor, reduzindo o alívio aos orçamentos familiares. Por outro lado, a população ocupada continuou abatida pelas restrições por conta da pandemia no primeiro semestre – mas mostrou uma rápida recuperação no segundo semestre, com o avanço da vacinação e melhora do quadro sanitário.

Dados esses fatores, o consumo cresceu relativamente pouco em 2021, na comparação com o patamar final de 2020. Chegou a ultrapassar o consumo de 2019, pré-pandemia, em vários meses, mas perdeu fôlego nos últimos meses do ano.

Tarifas de energia elétrica

Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2021:

Em 21 de outubro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.966, a Aneel reajustou as tarifas de energia elétrica da CPFL Piratininga em 14,78%, sendo 8,16% relativos ao Reposicionamento Tarifário Econômico e 6,62% referentes aos componentes financeiros externos ao Reposicionamento Tarifário, correspondendo a um efeito médio de 12,40% percebido pelos consumidores. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reposicionamento econômico foi de 2,11% e da Parcela B de 6,05%. As novas tarifas entraram em vigor em 23 de outubro de 2021.

Em 1º de setembro de 2021, por meio da Resolução nº 3/2021, entrou em vigor a “Bandeira Escassez Hídrica”, no valor de R\$ 14,20 a cada 100 kWh, que irá vigorar até abril de 2022. A escassez hídrica onerou o caixa das distribuidoras no fim de 2021, dado que os custos de energia se elevaram em função do despacho de termelétricas movidas a combustível fóssil, e a Bandeira Tarifária Vermelha II não foi suficiente para cobrir tal déficit.

3. Desempenho operacional

Clientes: a CPFL Piratininga encerrou o ano com 1,9 milhão de clientes, com acréscimo de 42 mil consumidores, representando um crescimento de 2,2%.

Vendas de energia

Em 2021, as vendas para o mercado cativo totalizaram 7.602 GWh, um crescimento de 1,7% em relação a 2020.

A participação das principais classes de consumo no total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora em 2021 foi de 55,6% para a classe residencial, 21,1% para a classe comercial e 10,4% para a classe industrial. Para essas classes de consumo destaca-se:

- Classe Residencial: aumento de 2,1%, refletindo principalmente o incremento de unidades consumidoras em 2021 em relação à 2020;

- **Classes Comercial e Industrial:** crescimentos de 0,9% e 1,8%, respectivamente, refletindo o relaxamento de medidas restritivas e do isolamento social, devidos à pandemia da covid-19, além adequação do calendário à REN 863/2019 da ANEEL, para o faturamento do Grupo A, parcialmente compensados pela migração para o mercado livre, o aumento da geração distribuída e a menor temperatura.

Qualidade dos serviços prestados

Atendimento ao cliente: a CPFL Piratininga obteve em 2021 o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 70,9 na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee, resultado 8,1 pontos abaixo do resultado de 2020. O índice foi superior à média nacional de 65,5 e fez com que a empresa recuperasse o 8º lugar no ranking nacional da categoria, que ocupava em 2019. Em 2020, o ranking não foi divulgado mas apurou-se que a CPFL Piratininga ocupava a 11ª posição.

Fornecimento de energia: a CPFL Piratininga desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2021, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 5,95 horas, e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 4,13 vezes, entre os menores do setor.

4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 8.742 milhões em 2021, representando um aumento de 24,2% (R\$ 1.703 milhões), decorrente dos seguintes aumentos: (i) de 23,3% no fornecimento de energia elétrica (R\$ 1.075 milhões); (ii) de 25,5% em outras receitas (R\$ 301 milhões); (iii) de 42,1% nos ativos e passivos financeiros setoriais (R\$ 154 milhões); (iv) de 183,3% na atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 113 milhões); (v) de 14,0% na receita com construção de infraestrutura (R\$ 39 milhões); e (vi) de 4,1% no suprimento de energia elétrica (R\$ 22 milhões).

As deduções da receita operacional foram de R\$ 2.907 milhões em 2021, representando um aumento de 17,7% (R\$ 438 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 5.834 milhões em 2021, representando um aumento de 27,7% (R\$ 1.266 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): em 2021, o EBITDA foi de R\$ 921 milhões, representando um aumento de 42,6% (R\$ 275 milhões), devido ao aumento de 27,7% na receita líquida (R\$ 1.266 milhões). Esta variação foi parcialmente compensada pelos aumentos: (i) de 28,0% no custo com energia elétrica (R\$ 889 milhões); (ii) de 14,0% nos custos com construção de infraestrutura (R\$ 39 milhões), que tem contrapartida na receita líquida em igual valor; e (iii) de 13,3% (R\$ 63 milhões) no PMSO (despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros, Outros Custos/Despesas Operacionais e Entidade de Previdência Privada). O aumento no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- ✓ Aumento de 7,2% (R\$ 11 milhões) nas despesas com pessoal;
- ✓ Aumento de 18,3% (R\$ 4 milhões) nas despesas com material;
- ✓ Aumento de 12,8% (R\$ 18 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
- ✓ Aumento de 11,0% (R\$ 13 milhões) em outros custos/despesas operacionais;
- ✓ Aumento de 48,1% (R\$ 16 milhões) no item Entidade de Previdência Privada.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
	2021	2020
Lucro Líquido	500.398	373.487
Amortização	121.590	117.568
Resultado Financeiro	41.429	-34.530
Contribuição Social	67.454	51.250
Imposto de Renda	190.384	138.059
EBITDA	921.255	645.835

*Conforme Instrução CVM nº 527, de 4/10/2012

Lucro líquido: a CPFL Piratininga apurou lucro líquido de R\$ 500 milhões em 2021, representando um aumento de 34,0% (R\$ 127 milhões), refletindo o aumento de 42,6% no EBITDA (R\$ 275 milhões). Esta variação foi parcialmente compensada: (i) pela variação de R\$ 76 milhões no resultado financeiro líquido (passando de uma receita financeira de R\$ 35 milhões para uma despesa financeira de R\$ 41 milhões); (ii) de 36,2% no Imposto de Renda e Contribuição Social (R\$ 69 milhões) e (iii) de 3,4% na amortização (R\$ 4 milhões).

Endividamento: no final de 2021, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Piratininga atingiu R\$ 2.631 milhões, representando um aumento de 46,8%.

5. Investimentos

No ano, foram investidos R\$ 333 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

6. Sustentabilidade e aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança)

A CPFL Piratininga desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e

contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano de sustentabilidade: organizado em três pilares – Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade – e em habilitadores fundamentais - Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, se desdobra em 15 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Plataforma de sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano de Sustentabilidade.

Comitê de sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar o Plano e a Plataforma de sustentabilidade, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação.

Gestão ambiental: nosso modelo de negócio demanda uma ampla capacidade de gestão dos impactos ambientais. A empresa foi certificada na norma ISO 14001 em 2020 e suas unidades operacionais (Estações Avançadas e Subestações) são periodicamente avaliadas quanto aos riscos e requisitos legais. Possui contrato para atendimento a situações de emergência ambiental, além de seguro específico. Realiza projetos visando aprimorar o desempenho ambiental nos municípios, como o Arborização + Segura.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): O Programa de Integridade do Grupo CPFL, além de ter como base as diretrizes, valores e princípios do Grupo, formaliza o seu compromisso em conduzir os negócios pautados pela integridade e pelos mais altos parâmetros de Governança Corporativa. O programa possui 4 pilares compostos por dispositivos que evidenciam o tom e a prática do discurso pela alta administração, a existência de procedimentos e diretrizes como o Código de Conduta Ética, além de ações de comunicação e treinamentos para colaboradores e fornecedores. O programa conta, ainda, com o canal de ética, independente e gerido por empresa terceira, bem como com mecanismos de avaliação e monitoramento de suas ações. Ao longo de 2021, destacamos as seguintes ações executadas: (i) a manutenção do Selo Pró-Ética 2020/2021 que é um prêmio concedido pela Controladoria Geral da União (CGU) a um seleto grupo de empresas, que fomentam a adoção voluntária de medidas de integridade e comprometidas em implementar ações voltadas à prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude; (ii) os treinamentos presenciais e virtuais sobre temas do Programa de Integridade para colaboradores e fornecedores; (iii) a divulgação da Conversa Mensal de Integridade – CMI em todas unidades do grupo CPFL com temas como Assédio Sexual, Conflito de Interesses, Tratamento Desrespeitoso, Discriminação e Preconceito e Brindes Presente e Hospitalidades; e (iv) a comemoração do Dia da Integridade, com evento online que contou com a participação do convidado Max Gehringer para reflexão sobre o valor deste tema para a CPFL. Além disso, foram realizadas 12 reuniões do Comitê de Ética em 2021, para tratar de temas relacionados à gestão da ética, considerando sugestões, consultas e denúncias recebidas no período.

Relacionamento com a comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Piratininga atua, destacam-se: **(i) CPFL Jovem Geração:** foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte em 5 cidades; **(ii) CPFL nos Hospitais:** foram executados projetos de humanização

hospitalar (realizados em formato digital, alcance nacional); **(iii) CPFL Intercâmbio Brasil-China (programação digital – alcance nacional):** foram executados projetos que visam as trocas culturais, fortalecendo os diálogos entre os dois países. Ao todo, a frente atingiu 285 mil pessoas digitalmente; **(iv) Circuito CPFL (atividades suspensas em 2021 e postergadas para 2022):** A frente Circuito CPFL promove atividades culturais e esportivas itinerantes em todo o país como sessões de cinema movidos a energia solar (CineSolar) e etapas de corrida. Em função da pandemia da Covid-19 as atividades do CineSolar foram adaptadas ao formato digital através da mostra digital “A brincadeira tá on”, que selecionou 56 curta-metragens em 14 estados (alcance nacional); **(v) Café Filosófico CPFL (programação digital – alcance nacional):** foram executadas lives do programa Café Filosófico CPFL, exibidas ao vivo nas redes sociais do Instituto e posteriormente na TV Cultura. Mais de 170 milhões de pessoas foram impactadas com essas atividades; **(vi) Outros investimentos sociais:** foi executado 1 projeto voltado às pessoas com deficiência; **(vii) Voluntariado** – foi desenvolvida 1 ação que envolveu cerca de 10 participações voluntárias. As ações desenvolvidas na cidade da área de concessão beneficiaram aproximadamente 50 pessoas diretamente; **(viii) Eficiência Energética (0,5% da ROL)** – foram investidos R\$ 19,7 milhões em projetos de eficiência energética, dos quais destacam-se: R\$ 4,1 milhões em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na (a) regularização de 300 clientes; substituição de (b) 33.600 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED); (c) instalação de 1.349 aquecedores solares. Foi também executado projeto educacional (d) CPFL nas Escolas, que capacitou 5.622 alunos do ensino fundamental no uso consciente e seguro da energia elétrica, com um investimento de R\$ 760 mil. Também desenvolveu (e) projeto bônus residencial com a substituição de 810 geladeiras ineficientes por geladeiras econômicas da tecnologia inverter, com um investimento de R\$ 706 mil. Executou ainda (f) projetos de Iluminação Pública, que proporcionaram a substituição de 634 pontos de Iluminação por LED, com um investimento total de R\$ 777 mil. Por fim, (g) investiu R\$ 9,8 milhões no Programa de Hospitais, que está implementando Sistemas de Geração Fotovoltaica e realizando a Substituição de lâmpadas por LED em Hospitais Públicos e Filantrópicos da área de concessão;

Gestão de Recursos Humanos: Em 2021, treinamos 1.490 pessoas. Da base ativa de colaboradores, 97% já passou por algum treinamento. Foram 6,4 mil horas de treinamento online. Também foram realizados treinamentos para a comunidade, com 4 Escolas para formação de eletricitistas concluídas ao longo do ano, 64 pessoas treinadas e mais de 1,5 mil horas de desenvolvimento.

Rede de Valor: em 2021, foram realizados 2 encontros da Rede de Valor, que contaram com a participação de 80 parceiros e no qual foram abordados os seguintes temas: Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Segurança da Informação, ESG, Código de Ética para Fornecedores e Segurança do Trabalho. Assim como em 2020, os encontros de 2021 também foram em formato online por causa da pandemia.

7. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes (KPMG) foi contratada pela CPFL Piratininga para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG prestou, em 2021, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários

agregados foram superiores a 6% do total de honorários recebidos pelo serviço de auditoria contábil (societária, regulatória e Sox).

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a KPMG prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de Sox, os seguintes serviços:

Natureza	Contratação	Duração
Asseguração de <i>covenants</i> financeiros	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Revisão da ECD Contábil do ano calendário 2019	01/06/2020	24 meses

Contratamos um total de R\$ 29 mil referentes aos serviços descritos acima, o que equivale a aproximadamente 6% dos honorários de auditoria externa das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de Sox referentes ao exercício social de 2021 da Companhia.

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Conforme previsto pela Instrução CVM 381/03, a KPMG declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Piratininga agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na companhia no ano de 2021. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 22 de outubro de 2028, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a 1,9 milhão de consumidores. Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiaí.

1.1 - Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto à época, aumentaram de certa forma o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos para minimizar impactos econômicos que o COVID -19 vem provocando e ainda possa provocar.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas tendo em vista o cenário da pandemia, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;

- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. Tais renegociações estão sendo direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas;
- Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento, assim como a retomada após as medidas de flexibilização, de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia;
- Monitoramento de sobrecontratação em função da redução da carga e consequentes sobras de energia superiores aos 5% previstos nos requisitos regulatórios;
- Monitoramento da inadimplência, especialmente sob a luz da suspensão dos cortes por inadimplência para as subclasses residenciais de baixa renda a partir de 1 de abril até 30 de junho de 2021, o qual foi prorrogado até 30 de setembro de 2021, conforme REN nº 936 da ANEEL. Além de regras específicas a serem atendidas para que possam ser efetuados os cortes nas demais classes consumidoras e restrições na cobrança de multa e juros por inadimplência.

Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados, as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL, adotaram algumas medidas durante o período:

- Isenção aos consumidores de baixa renda com consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) do pagamento da conta de energia elétrica, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020.
- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de COVID 19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da Conta COVID por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

A Conta COVID destinou-se a receber recursos para cobrir déficits ou antecipar receitas, total ou parcialmente, às concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, referentes: i) aos efeitos da sobrecontratação de abril a dezembro de 2020; ii) à constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA entre a data de homologação do último processo tarifário e dezembro de 2020; iii) à neutralidade dos encargos setoriais de abril a dezembro de 2020; iv) à postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data, enquanto perdurarem os efeitos da postergação; v) saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e vi) antecipação do ativo regulatório relativo à “Parcela B”.

A disponibilização de tais recursos (exceto para o item “iv” apresentado acima) foi limitada aos efeitos da pandemia estimados pela ANEEL para cada distribuidora, sendo: i) redução de faturamento e de arrecadação, até dezembro de 2020, decorrentes dos efeitos do estado de calamidade pública; e ii) valores estimados de diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A.

A CCEE contratou a operação de crédito para aportar recursos à Conta COVID e efetuou o repasse às distribuidoras até janeiro de 2021, conforme a necessidade declarada por elas individualmente, limitada aos valores homologados pela ANEEL. O pagamento dos recursos provenientes da operação de crédito está sendo feito por meio de encargo, denominado CDE COVID, homologado pela ANEEL e cobrado dos consumidores a partir dos processos tarifários de 2021 durante o tempo necessário para a quitação da referida operação.

Em julho de 2020 a Companhia declarou sua necessidade por meio de protocolo digital juntamente com o Termo de Aceitação constante do Anexo I da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, considerando os itens “i” a “iii” citados acima em valor máximo equivalente à soma das reduções de faturamento e de arrecadação decorrente dos efeitos da calamidade pública, até dezembro de 2020, estimados pela ANEEL e constantes do Anexo II da mesma Resolução.

O efeito financeiro e econômico para a Companhia ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

Reequilíbrio econômico financeiro

Em decorrência dos efeitos das medidas restritivas adotadas pelo governo para conter o avanço da pandemia, a Companhia, assim como outras concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, sofreu impactos extraordinários e imediatos, sendo os principais a queda da receita em função da retração do mercado consumidor e redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência.

Considerando os efeitos da pandemia e, tendo como base o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio da ANEEL, assim como os artigos 9º e 10º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dentre outras previsões legais aplicáveis, a Companhia possui o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, de forma que, em uma situação em que ônus gerados por eventos alheios à gestão dos riscos inerentes à operação, tais como, mas sem se limitar, a eventos categorizados como caso fortuito ou força maior, ou mesmo determinações do Poder Concedente que impactem a Companhia, devem ser ressarcidos à Companhia para reequilibrar a saúde econômico-financeira do contrato de concessão.

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, prevê a análise pela ANEEL, em processo administrativo específico, da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de distribuição de energia elétrica, mediante solicitação das interessadas. Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, a Agência, instaurou segunda fase da Consulta Pública nº 35 de 2020 (“CP35/2020”) no período entre 18 de agosto e 05 de outubro de 2020, com o objetivo de regular a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Em continuidade ao processo de definição da regulamentação do restabelecimento do equilíbrio econômico das concessionárias distribuidoras durante a pandemia, a ANEEL abriu a 3ª Fase da Consulta Pública nº 35 no fim de 2020, na qual também foi discutido sobre as regras de alocação dos custos do empréstimo da Conta Covid e da sobrecontratação involuntária para o ano civil de 2020, reflexo do cenário de pandemia.

Concluída a terceira e última fase da CP35/2020, a Agência definiu as metodologias referentes à sobrecontratação involuntária de 2020, ao reequilíbrio econômico em função da queda de mercado e aumento da inadimplência durante a pandemia, bem como sobre o rateio do custo financeiro da Conta COVID, consubstanciadas na Resolução Normativa ANEEL nº 952, de 23 de novembro de 2021. A Companhia continua analisando os impactos causados pela pandemia e definirá quanto à necessidade de solicitar a recomposição do equilíbrio econômico em até 60 dias após a publicação, pela ANEEL, da projeção da receita irrecuperável realizada nos meses de março a dezembro de 2020, conforme definido no parágrafo 7 do Submódulo 2.10 do PRORET, homologado por meio da referida resolução normativa. Ademais, foi estimada e registrada a parcela do custo financeiro da Conta COVID a ser alocada nos processos tarifários de 2022.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (www.aneel.gov.br) e da Companhia (www.cpf.com.br) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 14 de março de 2022.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subseqüentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada; e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados;
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- Nota 9 – Débitos e créditos fiscais diferidos: reconhecimento de ativos em função de disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão: premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos (nota 31);
- Nota 11 – Outros ativos: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada;
- Nota 12 – Ativo contratual: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 13 – Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 15 – Empréstimos e financiamentos: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 16 – Debêntures: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 17 – Entidade de previdência privada: principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos;
- Nota 19 – Imposto de renda e contribuição social a recolher: incertezas sobre os tributos sobre o lucro;
- Nota 20 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota 31 – Instrumentos Financeiros – derivativos: principais premissas para determinação do valor justo.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

2.6 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas.

3.2 Contratos de concessão

O ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) ativo financeiro, correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 24).

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro, correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível, que serão amortizados pelo prazo da concessão, de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

Em função (i) do modelo tarifário, que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes e portanto,

nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

3.3 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 31). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;

- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, é registrada contra outros resultados abrangentes.
- Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Para as dívidas contratadas a partir do primeiro trimestre de 2020, devido à características na época das contratações, a Companhia reconheceu os ganhos ou as perdas decorrentes dos empréstimos em moeda estrangeira mensurados a valor justo no resultado (nota 15).

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 31.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Intangível e Ativo contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível, de vida útil definida, é amortizado pelo prazo de concessão, de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária

vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

Os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47.

3.5 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

- Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado, como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;

- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: intangível de concessão e outros intangíveis) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Em período subsequente, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão, sendo considerada Patrocinadora deste plano. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- (i) Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- (ii) Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.8 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os

montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários, na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.9 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, conseqüentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como “Não Faturado”. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. A Companhia registrou, também, créditos fiscais referentes ao benefício do intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.11 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível ao acionista controlador e a média ponderada das ações no respectivo exercício.

3.12 Subvenção governamental - CDE

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda, outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente os valores recebidos para compensar a Companhia por despesas incorridas (Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares - nota 24.3).

As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato nos termos do CPC 07.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

3.13 Ativo e passivo financeiro setorial

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada quatro anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. A receita da Companhia é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- **Parcela A (custos não gerenciáveis):** esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificável como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- **Parcela B (custos gerenciáveis):** composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

3.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas foram emitidas pela CVM e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

a) Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23):

Em fevereiro de 2021, o CVM emitiu alterações ao CPC 23, no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

b) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26):

Em fevereiro de 2021, a CVM emitiu alterações ao CPC 26 (R1) no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

c) Outras normas:

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações de aluguel relacionadas à COVID-19 (alterações ao CPC 06); e
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26).

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Intangível e ativo contratual:

O valor justo dos itens do ativo intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada quatro anos consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldos bancários	23.818	41.121
Aplicações financeiras	155.241	397.558
Títulos de crédito privado (*)	155.241	397.557
Fundos de investimentos	-	1
Total	<u>179.059</u>	<u>438.679</u>

(*) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) no montante de R\$ 155.241 (R\$ 304.439 em 31 de dezembro de 2020) e (ii) operações compromissadas em debêntures (R\$ 93.118 em 31 de dezembro de 2020), ambas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito e com remuneração equivalente, na média, a 99,91% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) (99,78% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2021	31/12/2020
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	223.927	139.680	21.891	385.497	293.452
Industrial	11.150	16.249	23.855	51.254	46.847
Comercial	37.568	16.691	6.387	60.645	47.260
Rural	2.452	2.245	416	5.113	3.221
Poder público	11.881	504	92	12.477	7.746
Iluminação pública	17.122	211	244	17.576	12.851
Serviço público	8.802	1.308	2.821	12.931	11.933
Faturado	312.902	176.888	55.705	545.494	423.309
Não faturado	249.604	-	-	249.604	277.142
Parcelamento de débito de consumidores	32.291	8.408	10.757	51.456	60.769
Operações realizadas na CCEE	90.581	-	-	90.581	218.008
Concessionárias e permissionárias	12.757	-	-	12.757	2.371
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica	(69.165)	-	-	(69.165)	-
	628.970	185.296	66.462	880.728	981.599
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(97.604)	(79.675)
Total				783.124	901.924
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	15.899	-	-	15.899	18.256
Operações realizadas na CCEE	8.208	-	-	8.208	8.208
Total	24.107	-	-	24.107	26.464

Parcelamento de débitos de consumidores: refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores das classes residencial, comercial, industrial, rural e poder público. As regras de parcelamento seguem as políticas internas da Companhia.

Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica: criado pelo Governo Federal no âmbito da Câmara de Regras Excepcionais para a Gestão Hidroenergética (CREG) como uma das medidas para enfrentamento do pior cenário de escassez hídrica da história do país. Os consumidores que reduziram o consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), limitado a 20% (vinte por cento), no período de setembro a dezembro de 2021 comparado ao de setembro a dezembro de 2020, receberam bônus no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh reduzido, desde que possuíssem histórico de medição. O referido bônus será custeado por encargo setorial específico, denominado Encargos de Serviço do Sistema (ESS), a ser repassado pela CCEE às distribuidoras. A Companhia registrou um crédito no montante de R\$ 69.167 em ativo em Consumidores, concessionárias e permissionárias referente ao bônus concedido aos consumidores em função do citado programa, sendo que desde montante, R\$ 2 já foram pagos durante o exercício de 2021, em contrapartida de um ativo em Outros Créditos no mesmo montante. O bônus será concedido aos consumidores nas faturas de janeiro e fevereiro de 2022, sendo que o reembolso às distribuidoras se dará na contabilização da CCEE de janeiro, a ser liquidada em março deste mesmo ano.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 31 (f).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2019	(84.534)	(2.822)	(87.356)
Provisão revertida (constituída) líquida	(89.996)	138	(89.858)
Recuperação de receita	45.111	-	45.111
Baixa de contas a receber provisionadas	49.745	-	49.745
Saldo em 31/12/2020	(79.675)	(2.684)	(82.359)
Provisão revertida (constituída) líquida	(109.239)	(270)	(109.509)
Recuperação de receita	45.570	-	45.570
Baixa de contas a receber provisionadas	45.740	-	45.740
Saldo em 31/12/2021	(97.604)	(2.954)	(100.558)

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 31 (f).

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.925	304
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.925	304
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	4.161	1.646
ICMS a compensar	20.357	17.431
Programa de integração social - PIS	3.555	804
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	12.974	3.519
Outros	48	50
Outros tributos a compensar	41.095	23.451
Total circulante	43.020	23.755
<u>Não circulante</u>		
ICMS a compensar	30.882	24.790
Outros tributos a compensar	30.882	24.790
Total não circulante	30.882	24.790

Imposto de renda retido na fonte – IRRF: refere-se, principalmente, a IRRF sobre aplicações financeiras.

ICMS a compensar: refere-se, principalmente, a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros.

7.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS:

Ativo	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Circulante</u>		
PIS sobre ICMS	34.630	-
COFINS sobre ICMS	163.478	-
Total circulante	198.108	-
<u>Não circulante</u>		
PIS sobre ICMS	301.201	-
COFINS sobre ICMS	1.383.381	-
Total não circulante	1.684.582	-
Passivo	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Não circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	1.882.690	-

Tendo em vista (i) a decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (ii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo”, foram reconhecidos em junho de 2021 os créditos de PIS e COFINS,

através do registro de ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores em outras contas a pagar no montante de R\$ 1.816.859.

Em outubro de 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005), porém a Companhia já havia registrado ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores dada à similaridade do caso à decisão do Supremo Tribunal Federal.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial está limitada ao prazo prescricional dos últimos 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública da ANEEL n° 05/2021, ainda sem conclusão por aquele Órgão.

Logo, a decisão contábil da Companhia de, neste momento, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor não significa qualquer renúncia de direito, mas serve tão somente para refletir o atual posicionamento da referida Consulta Pública em andamento pela ANEEL.

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2020			Receita operacional (nota 24)		Resultado financeiro (nota 27)	Saldo em 31/12/2021		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	249.194	(60.630)	188.564	472.417	(15.041)	22.907	346.377	322.470	668.847
CVA (*)									
CDE (**)	6.438	21.195	27.633	(11.521)	(26.939)	882	(10.503)	558	(9.945)
Custos energia elétrica	48.817	(174.466)	(125.649)	(127.627)	184.963	1.086	(31.946)	(35.280)	(67.227)
ESS e EER (***)	37.093	(17.157)	19.935	299.251	(513)	3.542	234.775	87.441	322.215
Proinfa	-	(11.911)	(11.911)	13.304	10.420	372	-	12.186	12.186
Rede básica	41.238	16.385	57.623	13.101	(26.999)	1.450	(703)	45.878	45.175
Repasse de Itaipu	158.089	65.145	223.234	373.273	(132.819)	17.505	197.299	283.894	481.193
Transporte de Itaipu	4.666	2.402	7.068	1.241	(3.553)	311	322	4.745	5.067
Neutralidade dos encargos setoriais	(24.573)	13.873	(10.700)	(35.261)	(4.335)	(822)	(10.741)	(40.378)	(51.118)
Sobrecontratação	(22.574)	23.905	1.331	(53.345)	(15.266)	(1.420)	(32.126)	(36.573)	(68.699)
Outros componentes financeiros	(30.389)	(90.781)	(121.170)	30.758	30.811	(3.151)	(3.475)	(59.277)	(62.752)
Total	218.805	(151.412)	67.394	503.175	15.770	19.756	342.902	263.193	606.095
Ativo circulante			-						371.223
Ativo não circulante			108.908						234.872
Passivo circulante			(41.514)						-
Passivo não circulante			-						-

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

CVA: referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.13. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Neutralidade dos encargos setoriais: refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.

Sobrecontratação: as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas

a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Outros componentes financeiros: refere-se principalmente à ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, valores em constituição e valores já homologados e que passaram a ser amortizados a partir do 6º ciclo de revisão tarifária periódica até a próxima revisão tarifária, entre outros.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(9) DÉBITOS E CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 Composição dos (débitos) e créditos fiscais diferidos:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	7.074	8.110
Diferenças temporariamente ineditáveis/tributáveis	<u>(15.275)</u>	<u>(4.294)</u>
Subtotal	(8.201)	3.816
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	24.279	27.832
Diferenças temporariamente ineditáveis/tributáveis	<u>(42.692)</u>	<u>(12.188)</u>
Subtotal	(18.414)	15.643
Total	<u>(26.614)</u>	<u>19.459</u>
Total crédito fiscal	-	19.459
Total débito fiscal	(26.614)	-

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente ineditáveis e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

9.2 Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – “Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial”. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. Nos exercícios de 2021 e 2020, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3%.

9.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	31/12/2021		31/12/2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	4.325	12.015	4.433	12.313
Entidade de previdência privada	13.171	36.586	9.614	26.707
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.050	25.139	7.412	20.590
Provisão energia livre	2.267	6.297	2.171	6.030
Programas de P&D e eficiência energética	5.180	14.389	5.344	14.845
Provisão relacionada a pessoal	1.138	3.162	1.085	3.013
Marcação a mercado - Derivativos	7.387	20.520	(2.253)	(6.260)
Marcação a Mercado - Dívidas	(9.647)	(26.797)	360	1.000
Derivativos	(19.667)	(54.631)	(29.908)	(83.078)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(749)	(2.082)	(859)	(2.386)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(59.367)	(164.909)	(43.610)	(121.138)
Outros	4.086	11.090	428	927
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais	28.227	78.407	43.283	120.231
Marcação a mercado - Derivativos	159	441	79	220
Marcação a Mercado - Dívidas	(836)	(2.321)	(1.872)	(5.202)
Total	(15.275)	(42.692)	(4.294)	(12.188)

9.4 Expectativa do período de recuperação:

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado, estão baseados no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido.

Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação

2022	57.602
2023	38.126
2024	33.844
2025	17.818
2026	17.818
2027 a 2028	149.183
Total	314.392

9.5 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2021 e 2020:

	2021		2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	758.236	758.236	562.797	562.797
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(6.195)	(6.195)	(2.690)	(2.690)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	33.305	33.305	25.568	25.568
Despesa Juros sobre o capital próprio	(25.506)	(25.506)	(33.166)	(33.166)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	2.791	(6.199)	3.802	(272)
Base de cálculo	762.630	753.641	556.312	552.237
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(68.637)	(188.410)	(50.068)	(138.059)
Provisão para riscos fiscais	1.182	(1.973)	(1.182)	-
Total	(67.454)	(190.384)	(51.250)	(138.059)
Corrente	(69.377)	(195.048)	(23.034)	(59.002)
Diferido	1.923	4.664	(28.216)	(79.057)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado do exercício foi uma receita de R\$ 6.587 (despesa de R\$ 107.274 em 2020) referente a (i) diferenças temporárias receita de R\$ 11.175 (despesa de R\$ 102.686 em 2020) e (ii) benefício fiscal do intangível incorporado despesa de R\$ 4.588 (R\$ 4.588 em 2020).

9.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2021 e 2020 foram os seguintes:

	2021		2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas/ (ganhos) atuariais	(64.445)	(64.445)	147.473	147.473
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	5.800	16.111	(13.273)	(36.868)
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	9.256	25.713	1.218	3.385
Tributos em outros resultados abrangentes sobre perdas atuariais	15.056	41.824	(12.055)	(33.483)
Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros	12.411	12.411	(3.068)	(3.068)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados sobre o risco de crédito	(1.117)	(3.103)	276	767
Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	13.939	38.721	(11.779)	(32.716)

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2019	1.414.926
Transferência - ativo contratual	130.489
Transferência - intangível em serviço	(283)
Ajuste ao valor justo	63.503
Baixas	(5.659)
Saldo em 31/12/2020	1.602.976
Transferência - ativo contratual	158.585
Transferência - intangível em serviço	70
Ajuste ao valor justo	178.074
Baixas	(7.701)
Saldo em 31/12/2021	1.932.004

O saldo refere-se ao ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição “VNR” - nota 4) é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 24) no resultado do exercício.

Em 2021, as baixas de R\$ 7.701 (R\$ 5.659 em 2020) referem-se à baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 2.991 (R\$ 1.695 em 2020) e à baixa do ativo de R\$ 4.710 (R\$ 3.964 em 2020).

(11) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos - Plano de previdência privada	1.427	1.071	678	678
Adiantamentos - fornecedores	5.241	1.621	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	3.589	54	-	-
Ordens em curso	64.100	47.648	-	-
Serviços prestados a terceiros	1.343	1.321	-	-
Despesas antecipadas	19.218	13.579	179	308
Contas a receber - CDE	29.188	14.427	-	-
Adiantamentos a funcionários	3.141	2.951	-	-
Arrendamentos e aluguéis	12.152	9.582	-	-
Faturas diversas	2.112	3.513	-	-
Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica a receber (nota 6)	69.167	-	-	-
Outros	18.987	12.480	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(2.954)	(2.684)	-	-
Total	226.711	105.565	857	986

Ordens em curso: compreende a custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (“PEE”) e Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 21).

Despesas antecipadas: refere-se a antecipação de despesas com licença de software, IPTU, PROINFA e quota CDE.

Contas a receber – CDE: refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 4.304 (R\$ 3.143 em 31 de dezembro de 2020) e (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 24.884 (R\$ 11.284 em 31 de dezembro de 2020) - (nota 24.3).

(12) ATIVO CONTRATUAL

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

Saldo em 31/12/2019	108.202
Adições	267.173
Transferência - Intangível em serviço	(84.902)
Transferência - Ativo financeiro	(130.489)
Saldo em 31/12/2020	159.983
Adições	337.203
Transferência - Intangível em serviço	(97.548)
Transferência - Ativo financeiro	(158.585)
Saldo em 31/12/2021	241.053

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(13) INTANGÍVEL

	Direito de concessão		
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2019	810.187	-	810.187
Custo histórico	2.205.722	-	2.205.722
Amortização acumulada	(1.395.535)	-	(1.395.535)
Adições	-	-	-
Amortização	(116.891)	(1.292)	(118.183)
Transferência - ativo contratual	82.793	2.109	84.902
Transferência - ativo financeiro	283	-	283
Baixa e transferência - outros ativos	(8.334)	-	(8.334)
Saldo em 31/12/2020	768.039	817	768.856
Custo histórico	2.246.405	2.109	2.248.514
Amortização acumulada	(1.478.366)	(1.292)	(1.479.658)
Amortização	(121.459)	(531)	(121.990)
Transferência - ativo contratual	97.084	464	97.548
Transferência - ativo financeiro	(70)	-	(70)
Baixa e transferência - outros ativos	(10.093)	-	(10.093)
Saldo em 31/12/2021	733.501	750	734.251
Custo histórico	2.265.259	2.573	2.267.831
Amortização acumulada	(1.531.757)	(1.823)	(1.533.580)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção, para os ativos qualificáveis. No exercício de 2021 foram capitalizados R\$ 3.676 (R\$ 2.871 em 2020), a uma taxa média de 8,09% a.a. em janeiro e fevereiro de 2021 e 7,02% a.a. a partir de março de 2021 (8,09% a.a. em 2020) (nota 27).

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Para os exercícios de 2021 e 2020, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(14) FORNECEDORES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Circulante</u>		
Encargos de serviço do sistema	159.889	48.947
Suprimento de energia elétrica	365.344	459.686
Encargos de uso da rede elétrica	55.437	60.102
Materiais e serviços	116.352	75.029
Energia livre	46.980	44.990
Total	<u>744.002</u>	<u>688.754</u>
<u>Não circulante</u>		
Materiais e serviços	1.379	2.748
Total	<u>1.379</u>	<u>2.748</u>

(15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	354.582	212.520	(31.315)	63.637	-	(18.436)	580.989
Mensuradas ao valor justo							
Pré Fixado	-	447.000	-	20.694	-	(14.121)	453.573
Marcação a mercado	-	-	-	(35.122)	-	-	(35.122)
Total moeda nacional	354.582	659.520	(31.315)	49.210	-	(32.557)	999.441
Gastos com captação	(6.521)	-	-	867	-	-	(5.654)
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	303.337	321.000	(323.615)	4.268	37.733	(5.671)	337.052
Euro	725.726	-	(151.575)	4.503	(4.780)	(4.622)	569.252
Marcação a mercado	(34.414)	-	-	(5.359)	-	-	(39.773)
Total moeda estrangeira	994.650	321.000	(475.190)	3.412	32.953	(10.293)	866.532
Total	1.342.711	980.520	(506.505)	53.489	32.953	(42.850)	1.860.318
Circulante	482.829						40.683
Não circulante	859.882						1.819.635

Modalidade	Saldo em 31/12/2019	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2020
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	41.978	-	(41.907)	889	-	(960)	-
Pós Fixado							
TJLP	28.769	-	(28.677)	1.048	-	(1.140)	-
IPCA	236.899	127.000	(21.941)	26.378	-	(13.754)	354.582
Selic	22.127	-	(22.486)	670	-	(311)	-
Total ao custo	329.774	127.000	(115.010)	28.985	-	(16.165)	354.582
Gastos com captação	(5.659)	(2.142)	-	1.280	-	-	(6.521)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	511.890	-	(333.465)	12.840	125.822	(13.751)	303.337
Euro	106.083	419.760	-	4.174	199.737	(4.028)	725.726
Marcação a mercado	(4.143)	-	-	(30.271)	-	-	(34.414)
Total ao valor justo	613.830	419.760	(333.465)	(13.256)	325.560	(17.779)	994.650
Total	937.945	544.618	(448.475)	17.008	325.560	(33.944)	1.342.711
Circulante	334.332						482.829
Não circulante	603.613						859.882

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2021	31/12/2020	Faixa de vencimento	Garantia
Moeda nacional					
Mensuradas ao custo					
Pós Fixado					
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,80% (a)	580.989	354.582	2020 a 2028	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
Mensuradas ao valor justo					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Pré fixado de 6,1574% (b)	453.573	-	2024	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado		(35.122)	-		
Total moeda nacional		999.441	354.582		
Gastos com captação		(5.654)	(6.521)		
Moeda estrangeira					
Mensuradas ao valor justo					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + de 0,95% a 1,41%	-	69.374	2019 a 2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 1,96% a 3,27%	-	233.963	2020 a 2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 1,94% a 3,27%	337.052	-	2020 a 2026	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		337.052	303.337		
Euro					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + 0,70% a 0,78%	569.252	725.726	2021 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado		(39.773)	(34.414)		
Total moeda estrangeira		866.532	994.650		
Total		1.860.318	1.342.711		

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

Taxa efetiva a.a.:

(a) De 60% a 110% do CDI

(b) 6,1574% a.a.

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis as dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação

a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2021, os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 74.895 (R\$ 34.414 em 31 de dezembro 2020), que compensados com as perdas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 57.540 (R\$ 10.522 em 31 de dezembro de 2020), contratados para proteção da variação cambial e monetária (nota 31.b), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 17.355 (ganho acumulado não realizado de R\$ 23.892 em 31 de dezembro de 2020).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
2023	167.127
2024	500.859
2025	623.001
2026	266.450
2027	53.859
2028	283.233
Subtotal	1.894.530
Marcação a mercado	(74.895)
Total	1.819.635

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Varição acumulada %		% da dívida	
	2021	2020	31/12/2021	31/12/2020
IPCA	10,06	4,52	30,35	25,92
CDI	4,40	2,78	45,72	74,08
Outros			23,93	-
			100,00	100,00

Adições no exercício:

Modalidade	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
	Total aprovado	em 2021						
Moeda Nacional								
Mensuradas ao custo								
Empréstimos bancários (IPCA - BNDES)	126.086	63.125	Trimestral até 07/2023	Mensal após julho de 2023	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%	Não se aplica
Empréstimos bancários (IPCA - BNDES)	298.402	149.395	Trimestral	Parcela única em junho de 2028	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%	Não se aplica
Mensuradas ao valor justo								
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	340.000	340.000	Semestral	Parcela única em março de 2024	Capital de Giro	BRL + 6,1574%	BRL + 6,1574%	CDI + 0,69%
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	107.000	107.000	Semestral	Parcela única em junho de 2024	Capital de Giro	BRL + 7,3780%	BRL + 7,3780%	CDI + 0,88%
Moeda Estrangeira								
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	200.000	200.000	Trimestral	Parcela única em setembro de 2026	Capital de Giro	USD + 1,9400%	USD + 1,9400%	CDI + 1,15%
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	121.000	121.000	Semestral	Parcela única em Outubro de 2023	Capital de Giro	USD + 0,7820%	USD + 0,7820%	CDI + 0,74%
	<u>1.192.488</u>	<u>980.520</u>						

Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"). Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2021.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(16) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	503.127	-	(162.415)	16.282	(13.781)	343.213
IPCA	70.202	-	-	11.022	(3.683)	77.542
Total ao custo	573.329	-	(162.415)	27.304	(17.464)	420.756
Gastos com captação	(4.421)	(8.364)	-	1.864	-	(10.921)
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	219.610	274.000	-	82.236	(18.600)	537.245
Marcação a mercado	17.602	-	-	(59.182)	-	(41.579)
Total ao valor justo	237.212	274.000	-	3.054	(18.600)	495.665
Total	806.120	265.636	(162.415)	32.223	(36.064)	905.500
Circulante	170.604					136.357
Não circulante	635.516					769.143

Modalidade	Saldo em 31/12/2019	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2020
Mensuradas ao custo					
Pós fixado					
CDI	548.025	(39.415)	15.391	(20.874)	503.127
IPCA	67.256	-	6.437	(3.491)	70.202
Total ao custo	615.281	(39.415)	21.828	(24.364)	573.329
Gastos com captação	(5.821)	-	1.400	-	(4.421)
Mensuradas ao valor justo					
Pós fixado					
IPCA	210.401	-	21.146	(11.937)	219.610
Marcação a mercado	22.313	-	(4.711)	-	17.602
Total ao valor justo	232.714	-	16.435	(11.937)	237.212
Total	842.174	(39.415)	39.663	(36.301)	806.120
Circulante	53.281				170.604
Não circulante	788.893				635.516

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		31/12/2021	31/12/2020	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	107% a 109,5 % do CDI	(a)	343.213	503.127	2018 a 2024	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + 5,29%	(b)	77.542	70.202	2022 a 2024	Fiança da CPFL Energia
Total mensuradas ao custo			420.756	573.329		
Gastos com captação						
			(10.921)	(4.421)		
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	IPCA + 5,80%	(b)	248.485	219.610	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + 4,30%	(c)	288.760	-	2029 a 2031	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado			(41.579)	17.602		
Total mensuradas ao valor justo			495.665	237.212		
Total			905.500	806.120		

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

Taxa efetiva a.a.:

(a) De 107,84% a 110,77% do CDI / CDI + 0,89%

(b) IPCA +5,42 a 6,31%

(c) CDI + 1,48%

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes.

Em 31 de dezembro de 2021 os ganhos acumuladas não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 41.759 (perdas acumuladas não realizadas de R\$ 17.602 em 31 de dezembro de 2020), que compensados com as perdas obtidas não realizadas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 26.307 (R\$ 34.680 em 31 de dezembro de 2020), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 31), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 15.452 (R\$ 17.078 em 31 de dezembro de 2020).

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2023	142.107
2024	262.611
2025	116.543
2026 a 2031	289.462
Subtotal	810.723
Marcação a mercado	(41.579)
Total	769.143

Adições no exercício:

Modalidade	Quantidade emitida	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
		em 2021	Líquido dos gastos de captação						
Moeda nacional - IPCA 12ª Emissão	274.000	274.000	265.636	Semestral	03 Parcelas anuais a partir de maio de 2029	(a)	IPCA + 4,3% a.a.	CDI + 8,20% a.a.	CDI + 0,43% a.a.

(a) Plano de investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro.

Condições restritivas:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2021.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(17) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, conforme abaixo:

17.1 Características

A Companhia, no contexto do processo de cisão da Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora da Companhia), assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados e desligados daquela empresa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que lhe foram transferidos.

Em 2 de abril de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar - "SPC", aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um "Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado - BSPS", e um "Plano de Benefícios Misto", com as seguintes características:

- (i) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de março de 1998 - plano de benefício saldado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado ("BSPS") na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- (ii) Plano de Benefício Definido - vigente após 31 de março de 1998 - plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36

meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é paritária entre a Companhia e os participantes.

- (iii) Plano de Contribuição Variável - implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente, para os gestores da Companhia há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

17.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	2.021.407	2.047.884
Valor justo dos ativos do plano	<u>(1.561.436)</u>	<u>(1.484.375)</u>
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	<u>459.971</u>	<u>563.509</u>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2019	1.773.089	(1.353.050)
Custo do serviço corrente bruto	7.565	-
Rendimento esperado no exercício	-	(104.675)
Juros sobre obrigação atuarial	130.848	-
Contribuições de participantes vertidas no exercício	1.942	(1.942)
Contribuições de patrocinadoras	-	(37.741)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(714)	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	239.764	-
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	(91.577)
Benefícios pagos no exercício	<u>(104.610)</u>	<u>104.610</u>
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2020	2.047.884	(1.484.375)
Custo do serviço corrente bruto	9.324	-
Rendimento esperado no exercício	-	(112.568)
Juros sobre obrigação atuarial	153.225	-
Contribuições de participantes vertidas no exercício	1.656	(1.656)
Contribuições de patrocinadoras	-	(89.074)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(1.508)	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(58.827)	-
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	(4.110)
Benefícios pagos no exercício	<u>(130.347)</u>	<u>130.347</u>
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2021	<u>2.021.407</u>	<u>(1.561.436)</u>

17.3 Movimentações dos passivos registrados:

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo atuarial líquido no início do exercício	563.509	420.039
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	49.981	33.738
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(89.074)	(37.741)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(1.508)	(714)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(58.827)	239.764
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	-	-
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(4.110)	(91.577)
Passivo atuarial líquido no final do exercício	459.970	563.509
Outras contribuições	594	594
Total passivo	460.564	564.103
Circulante	117.395	41.919
Não circulante	343.169	522.184

17.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2022 estão apresentadas no montante de R\$ 121.520.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

<u>Ano de pagamento</u>	
2022	147.461
2023	152.868
2024	158.918
2025	164.879
2026 a 2028	1.109.625
Total	1.733.751

Em 31 de dezembro de 2021, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 10,32 anos.

17.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada:

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2022 e as despesas reconhecidas em 2021 e 2020 são como segue:

	2022	2021	2020
	<u>Estimadas</u>	<u>Realizadas</u>	<u>Realizadas</u>
Custo do serviço	8.032	9.324	7.565
Juros sobre obrigações atuariais	183.514	153.225	130.848
Rendimento esperado dos ativos do plano	(145.986)	(112.568)	(104.675)
Total da despesa (receita)	45.560	49.981	33.738

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	31/12/2021	31/12/2020
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	9,41% a.a.	7,72% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	9,41% a.a.	7,72% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,55% a.a.	6,14% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	3,75% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	4,00% a.a.	3,75% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-30)	Light fraca (-30)
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

17.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 administrados pela Vivest. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2022, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2021.

A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	2021	2020
Renda fixa	71%	78%
Títulos públicos federais	37%	61%
Títulos privados (instituições financeiras)	1%	1%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	0%
Fundos de investimento multimercado	1%	2%
Outros investimentos de renda fixa	30%	14%
Renda variável	26%	18%
Fundos de investimento em ações	26%	18%
Investimentos estruturados	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	1%	1%
Cotados em mercado ativo	98%	97%
Imóveis	0%	1%
Operações com participantes	2%	1%
Não cotados em mercado ativo	2%	3%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	<u>Meta para 2022</u>
Renda fixa	46,4%
Renda variável	29,6%
Imóveis	1,7%
Empréstimos e financiamentos	2,2%
Investimentos estruturados	10,0%
Investimentos no exterior	10,0%
Total	100,00%

A meta de alocação para 2022 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest, efetuada ao final de 2021 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2022, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para a Vivest atingir os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de *Asset Liability Management – ALM* (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) do plano previdenciário administrado pela Vivest.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos (isto é, a alocação de médio e longo prazos), que compreende as participações alvo nos segmentos nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de portfólios eficientes. O exercício matemático considera as projeções de risco e retorno juntamente com as particularidades de cada plano, tal como a existência de passivos (seu fluxo e sua *duration*) e as necessidades de retorno, de sustentabilidade e de liquidez do plano. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nos diferentes segmentos nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos do plano, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial do plano e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício.

17.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33.

· Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 52.805 (redução de R\$ 50.481).

· Se a tábua de biométrica de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 39.962 (redução de R\$ 40.829).

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 9,41% a.a.. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 9,16% a.a. e 9,66% a.a..

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10). As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

17.8 Risco de investimento

O plano de benefício da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

O plano de benefício da Companhia tem sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Vivest o que ocorre ao menos trimestralmente.

A Vivest utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco (“*VaR*”), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse (“*Stress Test*”).

A Política de Investimentos da Vivest determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelece a estratégia do plano, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(18) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	570	425
Conta de desenvolvimento energético - CDE	8.316	-
Bandeiras tarifárias e outros	86.406	15.603
Total	<u>95.292</u>	<u>16.028</u>

Bandeiras tarifárias e outros – O saldo de 31 de dezembro de 2021 refere-se, basicamente, à bandeira tarifária (vermelha - escassez hídrica) faturada em dezembro de 2021 e ainda não homologada. O saldo de 31 de dezembro de 2020 refere-se, basicamente, à bandeira tarifária (vermelha - patamar 2) faturada em dezembro de 2020 e homologada pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”) no primeiro trimestre de 2021.

(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	9.809	7.191
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	4.094	1.927
Imposto de renda e contribuição social a recolher	<u>13.903</u>	<u>9.118</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	135.308	133.595
Programa de integração social - PIS	2.820	5.305
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	13.314	24.547
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	1.065	4.975
Outros	6.315	5.939
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	<u>158.823</u>	<u>174.361</u>
Total Circulante	<u>172.726</u>	<u>183.479</u>
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	172.063	158.239
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	6.777	3.720
Imposto de renda e contribuição social a recolher	<u>178.840</u>	<u>161.959</u>
Total Não circulante	<u>178.840</u>	<u>161.959</u>

Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ: no não circulante, refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro. O caso em questão refere-se a Mandado de Segurança que discute a possibilidade de dedução da despesa de CSLL da base de cálculo do IRPJ, sendo que para este caso é mais provável que as Autoridades Fiscais não aceitem o procedimento em questão.

A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 20 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

(20) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	29.856	7.351	30.870	8.663
Cíveis	15.675	10.740	16.548	11.322
Fiscais	736	193.909	230	178.284
Imposto de renda	-	173.989	-	170.411
Outros	736	19.920	230	7.873
Outros	963	-	1.046	-
Total	47.229	212.000	48.695	198.269

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2021
Trabalhistas	30.870	6.272	(3.147)	(7.462)	3.323	29.856
Cíveis	16.548	13.244	(4.067)	(12.849)	2.798	15.675
Fiscais	230	676	(181)	-	11	736
Outros	1.046	-	(124)	-	40	963
Total	48.695	20.192	(7.519)	(20.311)	6.172	47.229

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- Trabalhistas:** as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- Cíveis:** as principais causas cíveis relacionam-se a danos pessoais, como pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- Fiscais:** refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS.
- Outros:** refere-se principalmente a ações relacionadas à natureza regulatória.

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estavam assim representadas:

	31/12/2021	31/12/2020	Principais causas:
Trabalhistas	45.216	65.598	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	378.532	297.863	Ações indenizatórias, danos elétricos, revisão de contratos e ações possessórias
Fiscais	319.682	327.353	Imposto de renda e contribuição social
Fiscais - Outros	298.666	267.754	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	3.175	3.178	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	1.045.271	961.747	

Em relação às contingências trabalhistas o Supremo Tribunal Federal reafirmou em dezembro a aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após o ajuizamento das ações, mantendo modulação dos efeitos da decisão, conforme andamento processual, respaldando os pagamentos já realizados com a atualização pela TR. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia permanece acompanhando a aplicação das decisões do STF aos seus casos até que sobrevenha solução legislativa para alteração da TR.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Consumidores e concessionárias	22.018	26.528	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	73.058	60.989	1.230	911
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	32.310	39.312	3.522	487
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	12.690	6.494	-	-
Fundo de reversão	1.486	1.527	6.352	7.879
Adiantamentos	49.503	30.582	1.729	2.376
Descontos tarifários - CDE	-	12.077	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	146	496	-	-
Folha de pagamento	2.745	2.413	-	-
Participação nos lucros	13.633	14.064	4.294	3.170
Convênios de arrecadação	19.813	17.402	-	-
Outros	3.339	3.803	408	-
Total	230.742	215.688	17.535	14.823

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Consumidores e concessionárias: referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos.

Programas de eficiência energética – PEE e Pesquisa e desenvolvimento – P&D: a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente, a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os Programas de P&D e Eficiência Energética, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à Conta de desenvolvimento energético (“CDE”) em favor da modicidade tarifária. Os recolhimentos à CDE são realizados no dia 10 de cada mês, sendo que o primeiro recolhimento foi realizado no mês de abril de 2021.

Fundo de reversão: refere-se a recursos derivados da reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/1957), aplicado pela Companhia na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorreria de acordo com determinações do poder concedente. Através do Decreto Lei nº

9.022/2017 foi determinado que mensalmente, a Companhia a partir de janeiro de 2018, deveria amortizar integralmente os débitos com o fundo até dezembro de 2026.

Adiantamentos: referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes.

Descontos tarifários – CDE: refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE.

Participação nos lucros: em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

Convênios de arrecadação: referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no Patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00
Total	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00

22.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2021, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,67 vezes o EBITDA em 2021 (2,23 vezes em 2020), no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, maior do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

22.2 Aumento de Capital

Na AGE de 29 de abril de 2021 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 4.588, referente capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2020 sem emissão de novas ações.

22.3 Dividendos e Juros sobre o capital próprio (“JCP”)

Na AGO de 29 de abril de 2021 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2020, através de (i) juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 33.166 declarado em novembro de 2020, e (ii) declaração de dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 63.690.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2021:

- Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 18.403 (R\$ 15.643 líquido de IRRF), os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2021, aprovado em AGE de 26 de agosto de 2021;
- Dividendo intermediário no montante de R\$ 200.000, os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2021, utilizando-se da Reserva Estatutária de Reforço de Capital de Giro, aprovado em AGE de 7 de outubro de 2021;
- Dividendo intermediário no montante de R\$ 75.000, os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2021, aprovado em AGE de 14 e 20 de dezembro de 2021;
- Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 7.101 (R\$ 6.037 líquido de IRRF), os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2021, aprovado em AGE de 31 de dezembro de 2021;
- Dividendo adicional proposto no montante de R\$ 393.928, que será deliberado na Assembleia geral ordinária em abril de 2022.

No exercício de 2021, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 639.020 referente a dividendos e juros sobre capital próprio.

22.4 Reserva de capital

Refere-se basicamente ao “Benefício fiscal do intangível incorporado” oriundo da incorporação da antiga controladora DRAFT I Participações S/A, conforme mencionado na nota 9.2.

22.5 Reserva de lucros

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 110.664, que compreende: i) Reserva legal de R\$ 39.997; e ii) Reserva estatutária de reforço de capital de giro R\$ 70.667.

22.6 Resultado abrangente acumulado

É composto por:

- entidade de previdência privada com saldo devedor de R\$ 418.145 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 33 (R2);
- efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, com saldo credor de R\$ 4.963 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 48.

22.7 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2021
Lucro líquido base para destinação	500.398
Reserva legal	(5.965)
Juros sobre capital próprio	(25.506)
Dividendo intermediário	(75.000)
Dividendo adicional proposto	(393.928)

(23) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	2021	2020
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	500.398	373.487
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	53.096.770	53.096.770
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	9,42	7,03

Nos exercícios de 2021 e 2020 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(24) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020	2021	2020
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	1.761.370	1.719.513	4.226	4.141	3.456.785	2.768.054
Industrial	6.367	6.253	792	778	561.369	450.199
Comercial	82.331	82.427	1.605	1.591	1.204.278	976.825
Rural	7.069	7.230	112	114	64.619	49.942
Poderes públicos	8.379	8.292	181	171	130.796	100.692
Iluminação pública	2.448	2.415	315	320	153.455	115.657
Serviço público	1.305	1.277	224	215	145.817	110.213
Fornecimento faturado	1.869.269	1.827.407	7.455	7.330	5.717.118	4.571.582
Consumo próprio	151	152	6	6	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	(24.943)	46.015
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(2.431.133)	(2.111.382)
Fornecimento de energia elétrica	1.869.420	1.827.559	7.461	7.335	3.261.042	2.506.215
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			141	138	55.523	49.943
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(17.114)	(14.388)
Energia elétrica de curto prazo			1.990	2.939	502.159	485.809
Suprimento de energia elétrica			2.131	3.077	540.568	521.364
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					2.448.247	2.125.770
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					1.189.743	955.167
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(11.201)	(5.935)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					316.683	277.866
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)					518.945	365.293
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)					175.083	61.808
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos					197.079	151.428
Outras receitas e rendas					105.448	79.475
Outras receitas operacionais					4.940.029	4.010.872
Total da receita operacional bruta					8.741.638	7.038.451
Deduções da receita operacional						
ICMS					(1.306.936)	(1.041.485)
PIS					(124.646)	(109.133)
COFINS					(574.538)	(502.570)
ISS					(78)	(90)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(716.086)	(729.884)
Programa de P & D e eficiência energética					(53.539)	(42.349)
PROINFA					(53.616)	(52.954)
Bandeiras tarifárias e outros					(72.384)	13.209
Outros					(5.539)	(4.564)
					(2.907.362)	(2.469.822)
Receita operacional líquida					5.834.275	4.568.629

24.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

No procedimento de regulação tarifária (“PRORET”), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária.

Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de maio de 2015, essa obrigação especial passou a ser amortizada, e os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET.

Em função do 5º ciclo de revisão tarifária periódica da Companhia, o valor constituído de maio de 2015 a abril de 2019 passou a ser amortizado, e os novos valores continuam a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais e somente serão amortizados quando da homologação do 6º ciclo de revisão tarifária periódica.

Em 7 de fevereiro de 2012 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (“ABRADEE”) conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo

requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADÉE. A Companhia está aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) passivos financeiros setoriais e (ii) obrigações especiais as quais estão sendo amortizadas e apresentadas líquido no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25.

24.2 Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Em 21 de outubro de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.966, relativo ao resultado do RTA de 2021, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 23 de outubro de 2021, em +14,78%, sendo +8,17% referentes ao reajuste tarifário econômico e +6,62% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de +12,40%, tendo em vista a retirada dos componentes financeiros do ano anterior da base tarifária.

Em 20 de outubro de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.792, relativo ao resultado da RTA de 2020, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 23 de outubro de 2020, em +18,31%, sendo +15,76% referentes ao reajuste tarifário econômico e +2,55% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total percebido pelos consumidores é de +9,82%. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2020 a 22 de outubro de 2021.

24.3 Aporte CDE – baixa renda e demais subsídios tarifários

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2021, foi registrada receita de R\$ 197.079 (R\$ 151.428 em 2020), sendo (i) R\$ 19.966 (R\$ 22.473 em 2020) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 142.080 (R\$ 115.330 em 2020) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 35.033 (R\$ 13.625 em 2020) de subvenção CCRBT.

24.4 Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.814, de 01 de dezembro de 2020 e REH nº 2.833, de 17 de fevereiro de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE, relativas à competência de janeiro e fevereiro de 2021, respectivamente.

A REH nº 2.834, de 02 de março de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE, com vigência a partir da competência de março de 2021 até a aprovação do orçamento anual da CDE 2021 e respectivas quotas anuais.

A REH nº 2.864, de 05 de maio de 2021, efetuou a homologação definitiva das quotas de 2021.

Criada por meio da REN nº 885, de 23 de junho de 2020, a Conta-Covid teve suas quotas homologadas por meio do despacho nº 181 de 26 de janeiro de 2021, posteriormente retificadas por meio do despacho nº 939 de 05 de abril de 2021, os valores são pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário da distribuidora.

(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	2021	2020	2021	2020
<u>Energia comprada para revenda</u>				
Energia de Itaipu Binacional	1.973	2.059	698.100	718.180
PROINFA	181	190	63.077	47.457
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	8.840	9.636	2.722.568	2.123.898
Crédito de PIS e COFINS			(309.477)	(257.792)
Subtotal	10.994	11.884	3.174.268	2.631.743
<u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u>				
Encargos da rede básica			480.603	428.459
Encargos de transporte de itaipu			56.836	60.178
Encargos de conexão			28.281	27.944
Encargos de uso do sistema de distribuição			20.978	16.935
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			363.778	23.278
Encargos de energia de reserva - EER			29.259	41.543
Crédito de PIS e COFINS			(90.623)	(55.344)
Subtotal			889.112	542.994
Total			4.063.380	3.174.737

(*) Conta de energia de reserva

O aumento no ESS líquido do repasse do CONER representa principalmente o aumento expressivo no custo com segurança energética para fazer frente ao cenário energético desfavorável em 2021.

(26) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesas operacionais						Total	
	2021	2020	2021	2020	Vendas		Gerais e administrativas		Outros		2021	2020
					2021	2020	2021	2020	2021	2020		
Pessoal	109.387	99.850	-	-	22.163	20.914	35.254	34.801	-	-	166.805	155.565
Entidade de previdência privada	49.981	33.738	-	-	-	-	-	-	-	-	49.981	33.738
Material	24.781	21.253	239	216	400	477	2.129	1.335	-	-	27.549	23.281
Serviços de terceiros	64.043	51.524	384	355	47.908	45.445	49.201	45.825	-	-	161.536	143.149
Custos com construção da infraestrutura	-	-	316.683	277.866	-	-	-	-	-	-	316.683	277.866
Outros	464	312	4	(2)	14.780	15.497	32.387	41.315	15.513	12.589	63.147	69.710
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	14.557	15.132	-	-	-	-	14.557	15.132
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	4.139	3.767	-	-	4.139	3.767
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	2.678	2.207	-	-	2.678	2.207
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	21.127	28.523	-	-	21.127	28.523
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	564	914	-	-	564	914
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	14.150	11.137	14.150	11.137
Outros	464	312	4	(2)	224	364	3.879	5.904	1.363	1.452	5.933	8.030
Total	248.657	206.678	317.310	278.435	85.251	82.332	118.971	123.277	15.513	12.589	785.702	703.311

(27) RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	17.901	13.793
Acréscimos e multas moratórias	53.545	49.144
Atualização de créditos fiscais	15.029	3.526
Atualização de depósitos judiciais	4.853	2.923
Atualizações monetárias e cambiais	30.993	46.975
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	5.198	2.464
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	19.756	5.372
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(8.239)	(5.419)
Outros	9.093	8.129
Total	148.130	126.907
Despesas		
Encargos de dívidas	(96.440)	(70.081)
Atualizações monetárias e cambiais	(67.261)	(14.149)
(-) Juros capitalizados	3.676	2.871
Outros	(29.534)	(11.017)
Total	(189.559)	(92.377)
Resultado financeiro	(41.429)	34.530

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,09% a.a. em janeiro e fevereiro e 7,02% a.a. a partir de março de 2021 (8,09% a.a. em 2020) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 46.261 (ganhos de R\$ 334.525 em 2020) (nota 31).

(28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2021, as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviços:** Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.

- b) **Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos:** A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Vivest, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações vide nota 17 - Entidade de Previdência Privada.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração em 2021, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05 (R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 4.695 (R\$ 7.116 em 2020). Este valor é composto por R\$ 3.940 (R\$ 6.204 em 2020) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 134 (R\$ 208 em 2020) de benefícios pós-emprego e R\$ 621 (R\$ 704 em 2020) de Outros Benefícios de Longo Prazo, e referem-se a valores registrados pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China), referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia:

Empresas	Passivo		Despesa/custo	
	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
Encargos - Rede básica				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	55.915	49.089
Intangível, materiais e prestação de serviço				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	18	134	13.989	1.125

Transações envolvendo entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto da CPFL Energia:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020	2021	2020
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	2	-	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	1.474	1.283	1.058	1.045	-	-	(3.999)	(1.984)
Companhia Jaguarí de Energia	499	426	86	117	-	-	(4.490)	(3.968)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	1.458	1.540	98	107	-	-	(17.819)	(16.834)
CPFL Energia S.A.	52	67	-	-	-	-	(642)	(666)
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	3	-	-	-	(70)	(25)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	1	-	8	-	-	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	1	1	-	-	-	-	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	24	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	1.225	990
CPFL Renováveis - Consolidado	84	-	-	-	192	158	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	-	1	-	-
Contrato de Mútuo								
CPFL Energia S.A. (*)	-	-	-	100.006	-	-	4.381	8
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	6.037	348.377	-	-	-	-
Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviço								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	1.614	-	-	-	-	-	-
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	1	1	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (**)	1.146	476	11.763	9.034	1	-	21.445	20.746
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	664	898	-	-	11.007	8.901
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	356	335	-	-	3.907	3.659
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	8	-	-	109	75	-	-
CPFL Telecom S.A.	2	2	-	-	-	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	70	-	-	2.725	4.200
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	168	181	-	-	2.328	2.107
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	162	166	-	-	2.109	1.867
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda.	113	-	241	149	-	-	2.822	1.901
FINERGY Sociedade de Crédito Direto S.A.	-	-	11	-	1	-	1	-
Compra e venda de energia e encargos								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	18	1.885	3.231	-	-	20.736	16.719
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	63.603
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	4	3	-	-	40	38
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	10.904	8.759	-	-	120.621	34.920
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	107	97	-	-	1.031	991
Campos Novos Energia S.A.	-	-	31.376	26.882	-	-	166.010	138.138
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	7.971	6.384	-	-	78.748	66.103
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	19.593	15.847	-	-	191.015	161.625
CPFL Renováveis - Consolidado	33	72	11.339	9.240	-	-	113.242	33.685
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	40	36
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	44	40
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	1	-	-	-	-	-	-
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T	-	-	480	-	-	-	1.430	-
Outras operações financeiras								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	160	-	-	(135)
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	-	-	-	(2)
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	446	914

(*) O saldo de mútuo passivo, no montante de R\$ 100.006 em 31 de dezembro de 2020, refere-se ao mútuo entre a controladora CPFL Energia com vencimento até 30 de dezembro de 2022, e remunerado a 107% do CDI ao ano. O mútuo foi quitado antecipadamente em dezembro de 2021.

(**) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como Ativo contratual da Companhia o montante de R\$ 51.804 no exercício de 2021 (R\$ 43.579 em 2020), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(29) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Riscos nomeados	127.000
Transporte	Transporte nacional e internacional	73.858
Responsabilidade civil	Geral e riscos ambientais	35.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	205.599
Garantia	Seguro Garantia	129.886
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
Total		721.343

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

(30) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites.
- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração.
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Energia para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento

dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos. Adicionalmente, orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de risco definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia desta Política e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos da Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposta, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos da Companhia e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 31. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 31.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

Risco de sub/sobrecontratação: Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2021 se observou uma sequência de hidrologia desfavorável, sendo a pior do histórico para o período de abril a setembro, o que acarretou uma série de ações mitigatórias, pelo governo, quanto ao risco de suprimento.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de *software* Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(31) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/12/2021	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	179.059	179.059
Derivativos	31	(a)	Nível 2	178.441	178.441
Ativo financeiro da concessão	10	(a)	Nível 3	1.932.004	1.932.004
Total				2.289.503	2.289.503
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (***)	575.335	575.335
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	15	(a)	Nível 2	1.284.983	1.284.983
Debêntures - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	409.835	405.822
Debêntures - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	495.665	495.665
Derivativos	31	(a)	Nível 2	43.764	43.764
Total				2.809.582	2.805.571

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho R\$ 99.662 em 2021 (R\$ 34.982 em 2020).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1).

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;

- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores e concessionárias a pagar, (iv) FNDCT/EPE/PROCEL, (v) convênios de arrecadação, (vi) descontos tarifários – CDE, (vii) passivo financeiro setorial, (viii) fundo de reversão, e (ix) mútuo entre coligadas, controladas e controladora.

Adicionalmente, não houve em 2021 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2021 e 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 15 e 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)					Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado				
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	133.664		133.664	148.233	(14.569)	Euro + 0,70%	CDI + 0,83%	mar/2025	419.760
Empréstimos bancários - Lei 4.131	3.662	(2.939)	722	13.140	(12.418)	USD + 1,94%	CDI + 1,15%	set/2026	321.000
	137.326	(2.939)	134.387	161.373	(26.986)				
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	41.115	(9.724)	31.391	57.698	(26.307)	IPCA + 4,30% a 5,80%	104,3% a 111,07% do CDI	ago/2024 a mai/2031	471.000
Empréstimos bancários - Lei 4.131	(31.101)	(31.101)	(647)	(30.554)	(30.554)	6,16% a 7,38%	CDI + 0,69% a 0,88%	mar/2024 a jun/2024	447.000
	41.115	(40.825)	290	57.151	(56.861)				
Total	178.441	(43.764)	134.676	218.524	(83.847)				
Não circulante	178.441	43.764							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15 a 16.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2021
Para dívidas designadas a valor justo	332.314	60.860	(174.650)	218.524
Marcação a mercado (*)	24.158	(108.005)	-	(83.847)
Total	356.471	(47.145)	(174.650)	134.676
Ativo circulante	156.491			-
Ativo não circulante	199.980			178.441
Passivo não circulante	-			(43.764)

	Saldo em 31/12/2019	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2020
Para dívidas designadas a valor justo	104.293	342.169	(114.149)	332.314
Marcação a mercado (*)	34.253	(10.095)	-	24.158
Total	138.545	332.075	(114.149)	356.471
Ativo circulante	54.291			156.491
Ativo não circulante	86.166			199.980
Passivo circulante	(1.912)			-

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2020 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 15 e 16).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2021 e 2020, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de receita e despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2021	2020	2021	2020
Variação de taxas de juros	48.012	15.467	-	-
Marcação a mercado	(89.997)	3.116	(1.545)	(1.782)
Variação cambial	12.848	326.703	-	-
Marcação a mercado	(17.124)	(10.761)	660	(668)
Total	(46.261)	334.525	(885)	(2.450)

c) Ativos financeiros da concessão

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício em 2021 de R\$ 178.074 (R\$ 63.503 em 2020), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10 e 24.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2021 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(320.252)		(33.698)	54.790	143.277
Derivativos - swap plain vanilla	335.588		35.312	(57.413)	(150.138)
	15.336	baixa dolar	1.614	(2.623)	(6.861)
Instrumentos financeiros passivos	(546.280)		(63.281)	89.109	241.499
Derivativos - swap plain vanilla	564.298		65.368	(92.049)	(249.465)
	18.019	baixa euro	2.087	(2.940)	(7.966)
Total	33.355		3.701	(5.563)	(14.827)
Efeitos no resultado do exercício			3.701	(5.563)	(14.827)

(a) A taxa de cambio considerada em 31.12.2021 foi de R\$ 5,58 para o dólar e R\$ 6,33 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 6,17 e R\$ 7,06 e a depreciação cambial de 10,52% e 11,58%, do dólar e do euro respectivamente em 31.12.2021.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2021 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	158.830				19.361	24.202	29.042
Instrumentos financeiros passivos	(343.213)				(41.838)	(52.297)	(62.756)
Derivativos - swap plain vanilla	(1.727.097)				(210.533)	(263.166)	(315.800)
	(1.911.480)	alta CDI	4,40%	12,19%	(233.010)	(291.261)	(349.514)
Instrumentos financeiros passivos	(1.154.196)				(62.327)	(46.745)	(31.163)
Derivativos - swap plain vanilla	530.940				28.671	21.503	14.335
Ativo financeiro da concessão	1.932.004				104.328	78.246	52.164
	1.308.747	baixa IPCA	10,06%	5,40%	70.672	53.004	35.336
Ativos e passivos financeiros setoriais	606.095				73.883	55.412	36.941
	606.096	baixa SELIC	4,40%	12,19%	73.883	55.412	36.941
Total	3.363				(88.455)	(182.845)	(277.237)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					286	107	(72)
Efeitos no resultado do exercício					(88.741)	(182.952)	(277.165)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, além dos efeitos da pandemia causada pelo COVID 19 e que estão considerados em nossa metodologia de cálculo, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2021 e 2020 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- e B-global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys, Fitch, e em caso de mais de uma, é considerado o menor *rating* entre elas (nota 31b). A Administração não identificou para os exercícios de 2021 e 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

g) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2021, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2021	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	14	743.332	670	-	1.379	-	-	745.381
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	3.597	53.324	175.788	955.398	946.738	363.712	2.498.558
Derivativos	31	-	108	108	34.371	-	9.724	44.311
Debêntures - principal e encargos	16	-	143.625	77.114	550.374	179.732	342.726	1.293.570
Taxas regulamentares	18	95.292	-	-	-	-	-	95.292
Outros	21	9.085	34.391	12.531	3.054	3.054	244	62.360
Consumidores e concessionárias		8.958	13.060	-	-	-	-	22.018
EPE / FNDCT / PROCEL		-	1.264	11.426	-	-	-	12.690
Convênio de arrecadação		-	19.813	-	-	-	-	19.813
Fundo de reversão		127	254	1.105	3.054	3.054	244	7.838
Total		851.307	232.119	265.540	1.544.575	1.129.524	716.406	4.739.471

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(32) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2021, um valor de R\$ 3.676 (R\$ 2.871 em 2020) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição. (nota 27).

Ainda em 2021, houve o aumento do capital social (nota 22) da Companhia no montante de R\$ 4.588 (R\$ 4.588 mesmo período de 2020), sendo este saldo proveniente da capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2020.

(33) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2021	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 6 anos	3.261.060	20.771.693	6.500.703	4.526.066	35.059.523
Compra de energia de Itaipu	Até 6 anos	610.806	4.135.103	1.048.146	871.110	6.665.165
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 7 anos	642.641	7.102.434	1.865.589	2.037.690	11.648.354
Projetos de construção de subestação	Até 5 anos	118.017	17.362	956	-	136.335
Fornecedores de materiais e serviços	Até 1 ano	1.408	-	-	-	1.408
Total		4.633.932	32.026.592	9.415.394	7.434.866	53.510.784

(34) EVENTO SUBSEQUENTE

Emissão de Debêntures:

Em 04 janeiro de 2022, foram subscritas e integralizadas 250.000 debêntures simples, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais) o que gerou uma captação total de R\$ 250.000 (R\$ 249.302 líquido dos gastos de emissão), com pagamento de juros semestrais e remuneração de CDI + 1,50% a.a.. Os recursos líquidos obtidos serão destinados para reforço do capital de giro.

Empréstimos e financiamentos:

Em 14 de março de 2022, houve a liberação referente financiamento Lei 4.311, no montante de R\$ 118.574, com taxa de juros CDI + 1,22%, pagamento de juros semestrais e amortização em março de 2025, para reforço de capital de giro.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO

Presidente

YUEHUI PAN

Vice Presidente

UBIRAJÚ JOSÉ PEREIRA

Conselheiro

DIRETORIA

CARLOS ZAMBONI NETO

Diretor Presidente

YUEHUI PAN

Diretor Financeiro
e de Relações com Investidores

JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES

Diretor de Assuntos Regulatórios

RAFAEL LAZZARETTI

Diretor Comercial

OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA

Diretor de Operações

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO

Diretor Administrativo

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SÉRGIO LUIS FELICE

Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192.767/O-6

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO

Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217.200/O-6



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Acionistas da
Companhia Piratininga de Força e Luz**
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Piratininga de Força e Luz (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Piratininga de Força e Luz em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada

Veja as notas explicativas 3.9 e 24 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A receita não faturada reconhecida pela Companhia corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura que, em alguns casos, superam o período de encerramento contábil. O reconhecimento da receita não faturada é determinada com base em dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.</p> <p>Devido à complexidade dos dados usados na determinação da estimativa do reconhecimento da receita não faturada que pode impactar o valor das receitas nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Envolvermos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados.</p> <p>Analisamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, e dos índices de perdas técnicas e comerciais, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo.</p> <p>Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida pela multiplicação desta carga pelas tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades.</p> <p>Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no referido cálculo e efetuamos teste de valorização por meio do confronto dos valores reconhecidos de receita com as expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria.</p> <p>Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude

pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 17 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027612/O-4



Fábio Antonio

Contador CRC 1SP255184/O-6

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Companhia Piratininga de Força e Luz
CNPJ no 04.172.213/0001-51

Balancos Patrimoniais em
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Ativo Circulante		2.221.297	1.888.627
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	179.059	438.679
Consumidores	6	748.951	681.399
Concessionárias e Permissionárias	6	103.338	220.525
Serviços em Curso		64.157	47.931
Tributos Compensáveis	7	43.020	23.755
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	7.1	198.108	-
Depósitos Judiciais e Cauções	18	-	54
Almoxarifado Operacional		4.787	3.555
Investimentos Temporários	8	3.589	-
Ativos Financeiros Setoriais	9	717.323	258.658
Despesas Pagas Antecipadamente		19.218	13.579
Instrumentos Financeiros Derivativos	29	-	156.491
Outros Ativos Circulantes	11	139.747	44.001
Ativo Não Circulante		6.367.841	4.194.515
Consumidores	6	15.899	18.256
Concessionárias e Permissionárias	6	8.208	8.208
Tributos Compensáveis	7	30.882	24.790
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	7.1	1.684.582	-
Depósitos Judiciais e Cauções	18	212.000	198.269
Ativos Financeiros Setoriais	9	655.914	293.436
Despesas Pagas Antecipadamente		179	308
Instrumentos Financeiros Derivativos	29	178.441	199.980
Outros Ativos Não Circulantes	11	678	678
Imobilizado	12	3.438.130	3.321.257
Intangível	12	142.928	129.332
Total do Ativo		8.589.138	6.083.141

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Piratininga de Força e Luz
CNPJ no 04.172.213/0001-51

Balancos Patrimoniais em
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo			
Passivo Circulante		1.976.888	2.465.293
Fornecedores	13	744.002	688.754
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	14	177.040	653.433
Obrigações Sociais e Trabalhistas		34.768	33.919
Benefício Pós-Emprego	15	117.395	41.919
Tributos	17	172.726	183.479
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	26	6.037	348.377
Encargos Setoriais	16	213.350	122.823
Passivos Financeiros Setoriais	9	346.100	300.172
Outros Passivos Circulantes	19	165.471	92.416
Passivo Não Circulante		6.231.717	3.279.259
Fornecedores	13	1.379	2.748
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	14	2.588.778	1.595.404
Benefício Pós-Emprego	15	343.169	522.184
Provisão para Litígios	18	226.069	210.654
Encargos Setoriais	16	4.752	1.398
Tributos Diferidos	10	23.047	58.018
Passivos Financeiros Setoriais	9	421.042	184.528
Instrumentos Financeiros Derivativos	29	43.764	-
PIS/COFINS devolução consumidores	7.1	1.882.690	-
Outros Passivos Não Circulantes	19	12.783	13.425
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	20	684.243	690.900
Total do Passivo		<u>8.208.604</u>	<u>5.744.551</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Social		258.497	253.909
Reservas de Capital		37.552	42.140
Outros Resultados Abrangentes		16.521	51.636
Reservas de Lucros		110.664	304.699
Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais		393.928	-
Lucros ou prejuízos Acumulados		(436.629)	(313.794)
Total do Patrimônio Líquido	21	<u>380.533</u>	<u>338.590</u>
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>8.589.138</u>	<u>6.083.141</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Piratininga de Força e Luz
CNPJ no 04.172.213/0001-51
Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
Receita	22	8.166.841	6.634.282
Fornecimento de Energia Elétrica		3.191.875	2.506.215
Suprimento de Energia Elétrica		38.409	35.555
Energia Elétrica de Curto Prazo		502.159	485.809
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição		3.637.991	3.080.937
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		518.945	365.293
Serviços Cobráveis		11.217	9.046
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido		266.246	151.428
Tributos		(2.005.980)	(1.653.279)
ICMS		(1.306.733)	(1.041.485)
PIS-PASEP		(124.646)	(109.133)
COFINS		(574.538)	(502.570)
ISS		(61)	(90)
Encargos - Parcela "A"		(901.164)	(816.543)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(26.770)	(21.174)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(26.770)	(21.174)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(716.086)	(729.884)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(5.539)	(4.564)
Outros Encargos		(126.000)	(39.745)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		5.259.697	4.164.460
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"	23	(4.053.203)	(3.158.950)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(3.164.091)	(2.615.957)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(889.112)	(542.994)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		1.206.494	1.005.510
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		(648.552)	(587.044)
Pessoal e Administradores	24	(216.786)	(189.303)
Material		(27.549)	(23.281)
Serviços de Terceiros		(161.536)	(143.149)
Arrendamento e Aluguéis		(4.139)	(3.767)
Seguros		(758)	(830)
Doações, Contribuições e Subvenções		(564)	(914)
Provisões		(28.716)	(24.378)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(63.939)	(44.748)
(-) Recuperação de Despesas		6.503	3.759
Tributos		(3.318)	(3.306)
Depreciação e Amortização		(170.025)	(170.575)
Gastos Diversos		(44.589)	(36.157)
Outras Receitas Operacionais		100.039	77.102
Outras Despesas Operacionais		(33.173)	(27.497)
Resultado da Atividade		557.942	418.465
Resultado Financeiro	25	(51.276)	21.812
Receitas Financeiras		223.564	481.971
Despesas Financeiras		(274.841)	(460.159)
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		506.666	440.278
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(171.782)	(147.653)
Resultado Líquido do Exercício		334.884	292.624
Atribuível aos Acionistas Controladores		334.884	292.624

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Piratininga de Força e Luz
CNPJ no 04.172.213/0001-51

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado Líquido do Exercício	334.884	292.624
Outros Resultados Abrangentes		
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial, líquida dos Impostos	7.565	(101.935)
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	7.565	(101.935)
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>342.449</u>	<u>190.689</u>
Atribuível aos Acionistas Controladores	342.449	190.689

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Piratininga de Força e Luz
CNPJ no 04.172.213/0001-51

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	334.884	292.624
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	12.088	14.590
Depreciação	157.937	155.984
Ganhos/baixas líquidos do ativo imobilizado	28.999	21.910
Imposto de renda e Contribuição social	171.782	147.653
Juros e variações monetárias	157.882	41.679
Obrigações pós-emprego	49.981	33.738
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	63.939	44.748
Provisões para litígios	15.990	24.378
	993.482	777.305
Redução (aumento) de ativos		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(11.677)	(186.282)
Depósitos vinculados a litígios	(8.877)	4.586
Tributos compensáveis	(25.357)	1.746
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	(14.761)	16.808
Ativos financeiros setoriais	(783.262)	(9.736)
Outros ativos operacionais	(21.144)	(34.726)
Aumento (redução) de passivos		
Encargos setoriais	79.264	(20.250)
Fornecedores	53.879	132.033
Passivos financeiros setoriais	264.316	(106.494)
Obrigações pós-emprego	(89.074)	(37.753)
Salários e encargos sociais	1.280	50
Tributos e contribuição social	(20.047)	20.702
Provisões para litígios pagos	(20.311)	(30.874)
Repasse para o Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	(12.077)	10.806
Outros passivos operacionais	19.753	62.487
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	405.388	600.409
Encargos de dívidas pagos	(78.914)	(70.245)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(258.773)	(73.108)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	67.701	457.056
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições do imobilizado e intangível	(362.206)	(286.763)
Participação financeira do consumidor	29.079	23.075
Titulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(10.524)	-
Titulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	6.942	100.898
Caixa líquido gerado (consumido) das atividades de investimento	(336.709)	(162.790)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos	1.246.156	544.618
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(668.920)	(487.890)
Liquidação de operações com derivativos	174.650	114.149
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(639.020)	(363.483)
Operações de mútuo com a controladora	-	100.000
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	(103.478)	-
Caixa líquido gerado (consumido) das atividades de financiamento	9.388	(92.606)
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	(259.621)	201.660
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	438.679	237.019
No fim do exercício	179.059	438.679

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Piratininga de Força e Luz
CNPJ no 04.172.213/0001-51

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Outros Resultados Abrangentes		Reserva de lucros		Dividendo Adicional Proposto	Lucros ou prejuízos Acumulados	Total
			Reserva de Reavaliação	Outros	Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro			
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	249.321	46.729	520.353	(323.775)	28.067	130.268	196.057	(49.710)	797.309
Resultado abrangente total									
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	292.624	292.624
Outros resultados abrangentes: Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial, líquida dos impostos	-	-	-	(101.935)	-	-	-	-	(101.935)
Outros resultados abrangentes: realização de reserva de reavaliação, líquida dos impostos	-	-	(43.007)	-	-	-	-	43.007	-
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	4.588	(4.588)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	5.965	-	-	(5.965)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	-	-	270.667	-	(270.667)	-
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	(196.057)	-	(196.057)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(33.166)	(33.166)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(63.690)	(63.690)
Aprovação de dividendos intermediários AGE 20/11/2020	-	-	-	-	-	(130.268)	-	(226.228)	(356.496)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	253.909	42.140	477.346	(425.710)	34.032	270.667	-	(313.794)	338.590
Resultado abrangente total									
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	334.884	334.884
Outros resultados abrangentes: Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial, líquida dos impostos	-	-	-	7.565	-	-	-	-	7.565
Outros resultados abrangentes: realização de reserva de reavaliação, líquida dos impostos	-	-	(42.679)	-	-	-	-	42.679	-
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	4.588	(4.588)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	5.965	-	-	(5.965)	-
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	393.928	(393.928)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(25.506)	(25.506)
Aprovação de dividendos intermediários - AGE 07/10/2021, 14/12/2021 e 20/12/2021	-	-	-	-	-	(200.000)	-	(75.000)	(275.000)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	258.497	37.552	434.665	(418.144)	39.997	70.667	393.928	(436.629)	380.533

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Relatório da Administração Regulatório

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga" ou "Companhia" ou "Concessionária") para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Considerações Iniciais – Em 2021, a CPFL Piratininga cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 1,9 milhão de clientes, em 27 municípios do Estado de São Paulo.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram um aumento de 1,7% em relação ao exercício de 2020. Destaca-se a classe Residencial, que registrou um crescimento de 2,1%, refletindo principalmente o incremento de unidades consumidoras em 2021 em relação à 2020. Já as classes Comercial e Industrial, registraram crescimentos de 0,9% e 1,8%, respectivamente, refletindo o relaxamento de medidas restritivas e do isolamento social, devidos à pandemia da covid-19, além adequação do calendário à Resolução Normativa (REN) nº 863/2019 da ANEEL, para o faturamento do Grupo A, parcialmente compensados pela migração para o mercado livre, o aumento da geração distribuída e a menor temperatura.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

Perfil – A CPFL Piratininga distribui energia elétrica para aproximadamente 3,9 milhões de pessoas, numa área que abrange 27 municípios do Estado de São Paulo, incluindo as cidades de Santos, Sorocaba e Jundiaí. Atende atualmente 1,9 milhão de consumidores cativos e 1.098 consumidores livres. Em 2021, a Concessionária distribuiu 7.596 GWh ao mercado cativo e 7.370 GWh ao mercado livre.

Ligação de consumidores – No ano de 2021, o mercado teve 41.862 unidades consumidoras a mais que em 2020. Estas novas unidades consumidoras foram principalmente na classe residencial (41.857 a mais que no ano de 2020). Nas classes comercial e rural houve redução de 96 e 161 unidades consumidoras faturadas, respectivamente, em relação à quantidade de 2020.

Número de Consumidores					
Consumidores	2017	2018	2019	2020	2021
Residencial	1.612.281	1.648.569	1.680.470	1.719.513	1.761.370
Comercial	82.764	82.065	82.779	82.427	82.331
Industrial	6.368	6.253	6.213	6.253	6.367
Rural	7.241	7.307	7.307	7.230	7.069
Poderes Públicos	8.145	8.161	8.253	8.292	8.379
Iluminação Pública	2.127	2.181	2.301	2.415	2.448
Serviço Público	1.180	1.197	1.245	1.277	1.305
Total	1.720.106	1.755.733	1.788.568	1.827.407	1.869.269
Varição		2,1%	1,9%	2,2%	2,3%

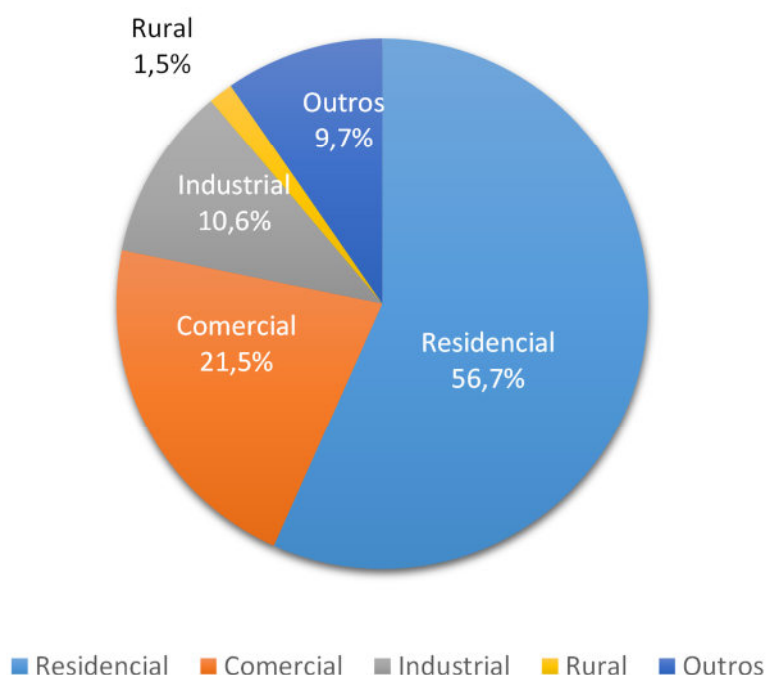
Comportamento do mercado – A distribuição de energia da CPFL Piratininga, no período de janeiro a dezembro de 2021, totalizou 14.966 GWh, alta de 7,0%, sendo 7.596 GWh para o mercado cativo (7.468 GWh em 2020) e 7.370 GWh para o mercado livre (6.522 GWh em 2020).

Destaque para a migração de clientes para o mercado livre, que levou a um crescimento de 13,0% nessa linha. No mercado cativo as classes Residencial, Poder Público e de Serviço Público que apresentaram desempenho positivo, refletindo principalmente as medidas de isolamento em função da pandemia da Covid-19, parcialmente compensadas pelo aumento da geração distribuída. A classe Rural apresentou uma queda de 2,1%; em contrapartida, a classe Industrial apresentou aumento de 1,7% em relação ao ano de 2020.

A seguir são apresentados os resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido - GWh					
	2017	2018	2019	2020	2021
Energia Faturada	7.916	7.880	7.957	7.468	7.596
Fornecimento	7.798	7.761	7.832	7.330	7.455
Residencial	3.864	3.905	4.027	4.141	4.226
Comercial	1.816	1.774	1.827	1.591	1.605
Industrial	1.245	1.147	1.021	778	792
Rural	104	108	113	114	112
Poderes Públicos	219	218	222	171	181
Iluminação Pública	326	329	325	320	315
Serviço Público	224	279	297	215	224
Suprimento p/ agentes de distribuição	118	119	125	138	141
Uso da Rede de Distribuição	5.985	6.436	6.281	6.522	7.370
Consumidores Livres/Dist./Ger.	5.579	6.103	6.281	6.522	7.370
Consumidores Rede Básica	405	332	-	-	-
Total	13.900	14.316	14.238	13.988	14.966
Varição		3,0%	-0,5%	-1,8%	7,0%

Mercado Cativo atendido
Consumo por classe de consumidores - 2021



Perdas – O Plano de Perdas da CPFL Piratininga tem sido intensificado nos últimos anos, aumentando os investimentos nos projetos de blindagem, como Caixa Blindada e Conjunto de Medição, além da regularização de consumidores Clandestinos com redes diferenciadas e robustas.

Além disto, a CPFL Piratininga está focando na melhoria da qualidade operacional, aprimorando os critérios de seleção dos alvos de inspeção (aumentando a assertividade das seleções), além de executar as inspeções com equipamentos mais precisos, como fiber scope e ADR. Entre os anos de 2020 e 2021, as perdas reais foram de 9,18% e 8,75%, respectivamente, considerando perdas na rede básica.

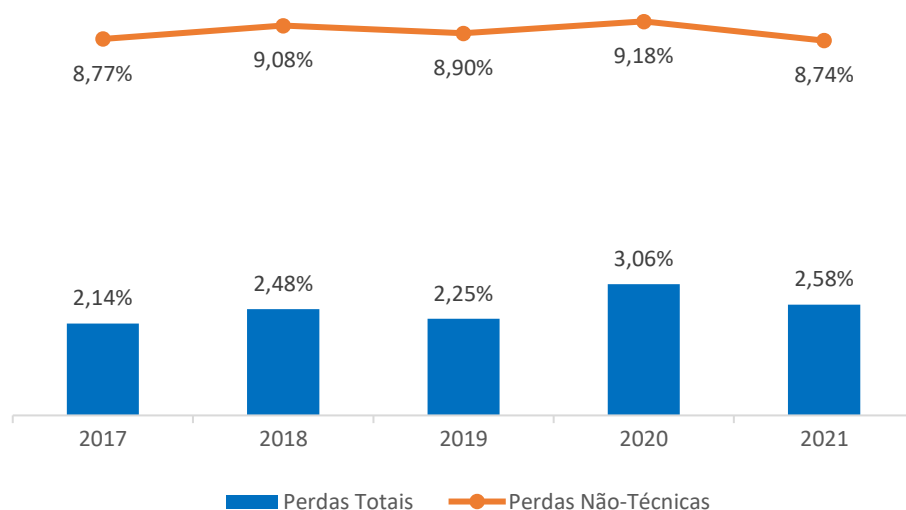
Desconsiderando as perdas na rede básica, não gerenciáveis pela distribuidora, o nível de perdas de distribuição para os anos de 2020 e 2021, foram de 7,85% e 7,38%, respectivamente.

Essa performance é sustentada pelo programa de recuperação de energia, que em 2021 recuperou 126,3 GWh, através de inspeções em 161,4 mil unidades consumidoras, recorte de 18,7 mil instalações inativas religadas à revelia, além da implementação das melhorias de qualidade operacional, melhorando o ticket médio de energia. Por fim, a CPFL Piratininga regularizou mais de 260 consumidores clandestinos, além de blindar 10,3 mil consumidores em baixa tensão e mais de 180 em média tensão.

Também foram realizadas ações com a polícia e publicações em mídia alertando aos consumidores que o furto é crime e passível de prisão.

Importante observar que o índice de perdas resultante e mostrado na tabela abaixo além de contabilizar as perdas na rede básica, é obtido com critério diferente, que não considera em sua base o montante de energia decorrente de inversão de fluxo, razão pela qual diverge do valor utilizado pela Agência em outras análises.

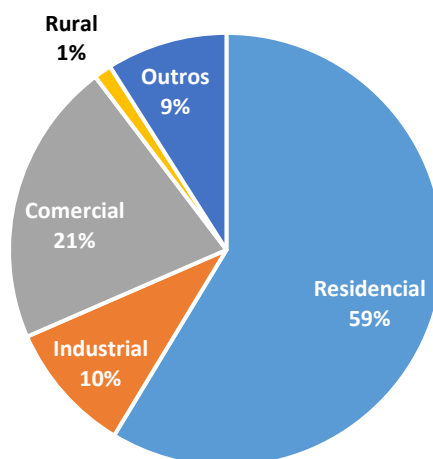
Balço Energético					
Energia Requerida	2017	2018	2019	2020	2021
Venda de Energia	7.921	7.886	7.963	7.551	7.602
- Fornecimento	7.803	7.766	7.838	7.414	7.461
- Suprimento p/ agentes de distribuição	118	119	125	138	141
Consumidores Livres/Dist./Ger.	5.639	6.122	6.297	6.603	7.355
Consumidores Rede Básica	412	293			
Mercado Atendido	13.971	14.301	14.260	14.155	14.957
Perdas na Rede Básica	212	221	220	226	241
Perdas na Distribuição	1.131	1.207	1.174	1.205	1.191
Perdas Técnicas	804	818	822	729	768
Perdas não Técnicas - PNT	328	390	352	476	423
PNT / Energia Requerida %	2,14%	2,48%	2,25%	3,06%	2,58%
Perdas Totais - PT	1.344	1.429	1.394	1.431	1.432
PT / Energia Requerida %	8,77%	9,08%	8,90%	9,18%	8,74%
Total	15.315	15.730	15.654	15.585	16.389
Perdas na D	7,49%	7,79%	7,61%	7,85%	7,38%



Receita por classe de consumidores – A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS e COFINS, totalizou em R\$ 4.392 milhões, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida (R\$ mil)			
Classe	2020	2021	%
Residencial	2.049.584	2.575.434	25,7%
Industrial	342.393	431.196	25,9%
Comercial	752.049	933.517	24,1%
Rural	43.952	57.599	31,0%
Outros	304.564	394.643	29,6%
Total	3.492.543	4.392.389	25,8%

Receita líquida por classe de consumidores - 2021



Importante ressaltar que a variação observada na Receita aqui apresentada, contempla não somente os reajustes tarifários observados, mas também a variação do mercado e os impactos da pandemia COVID-19 durante o ano de 2020 e 2021, conforme apresentado anteriormente.

Número de consumidores – O número de consumidores em dezembro de 2021 apresentou um crescimento de 2,3% sobre o mesmo mês de 2021, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores			
Classe	2020	2021	%
Residencial	1.719.513	1.761.370	2,4%
Comercial	82.427	82.331	-0,1%
Industrial	6.253	6.367	1,8%
Rural	7.230	7.069	-2,2%
Outros	11.984	12.132	1,2%
Total	1.827.407	1.869.269	2,3%

Tarifas – A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em 2021, atingiu 589,19/MWh, com um aumento de 23,6% com relação a 2020. Tal variação decorre do Resolução Homologatória (REH) nº 2.697, com vigência de 23 de outubro de 2020 a 22 de outubro de 2021. Em outubro de 2021, ocorreu o Reajuste Tarifário Anual (RTA), estabelecido em 21 de outubro de 2021, por meio da REH nº 2.966, a Aneel reajustou as tarifas de energia elétrica da CPFL Piratininga em 14,78%, sendo 8,16% relativos ao Reposicionamento Tarifário Econômico e 6,62% referentes aos componentes financeiros externos ao Reposicionamento Tarifário, correspondendo a um efeito médio de 12,40% percebido pelos consumidores. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reposicionamento econômico foi de 2,11% e da Parcela B de 6,05%. As novas tarifas entraram em vigor em 23 de outubro de 2021.

Em 1º de setembro de 2021, por meio da Resolução nº 3/2021, entrou em vigor a “Bandeira Escassez Hídrica”, no valor de R\$ 14,20 a cada 100 kWh. A escassez hídrica onerou o caixa das distribuidoras no fim de 2021, dado que os custos de energia se elevaram em função do despacho de termelétricas movidas a combustível fóssil, e a Bandeira Tarifária Vermelha II não foi suficiente para cobrir tal déficit.

Tarifa Média de Fornecimento	
Classe	em R\$/MWh
Residencial	609,38
Comercial	581,46
Industrial	544,76
Rural	516,18
Outros	548,04

Para o cálculo das tarifas médias de fornecimento por classe foi considerado a Receita do Consumo e Demanda Ativa bruta e o mercado apurado para cada classe de consumo, conforme quadro mostrado no item “Comportamento de Mercado”.

Tarifa por faixa de consumo	Até 90 kWh	de 91 kWh a 200 kWh	Acima de 200 kWh
Tarifas brutas - R\$	818,32	939,39	1118,69

Para as tarifas por faixa de consumo da CPFL Piratininga, foram consideradas as tarifas para a classe residencial de até 90 kWh, de 90 a 200 kWh e acima de 200 kWh, sendo a sua composição formada pela Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e a Tarifa de Energia (TE), com

tributos (ICMS, PIS e COFINS).

Qualidade do fornecimento – Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)
2017	6,97	4,45
2018*	5,94	3,89
2019*	6,49	4,34
2020	5,83	4,32
2021	5,95	4,13

* No Relatório da Administração de 2019, publicamos DEC de 5,92 e FEC de 3,87 em 2018, e DEC de 6,48 e FEC de 4,34 em 2019 para a CPFL Piratininga, houve um reprocessamento dos dados, de modo que corrigimos os valores, conforme demonstrado na tabela.

Atendimento ao consumidor – A CPFL Energia, em seu compromisso de excelência no atendimento ao consumidor, possui uma ampla estrutura de atendimento presencial voltada para o cliente de baixa tensão, que são as Agências de Atendimento. Essa estrutura está presente em toda a área de concessão do Grupo CPFL, composto de 687 municípios, e é dimensionada para cumprir com qualidade e eficiência e presteza, as diretrizes regulatórias vigentes.

As Agências além de possibilitarem aos consumidores o atendimento às suas necessidades relativas aos serviços de distribuição de energia elétrica, são responsáveis por processos de negociação de débitos de contas regulares e de irregularidade, ressarcimento de danos, bem como pelo relacionamento com os Procons, imobiliárias e outros parceiros que também prestam serviços aos clientes.

Como resultado dessa intensa interação com o consumidor e com presença em todos os municípios da área de concessão, no ano de 2021 houve negociação de débitos de irregularidades de anos anteriores em torno de R\$ 5,6 milhões.

Na CPFL Piratininga, essa estrutura é composta por 7 agências de atendimento, 25 agentes credenciados e 1126 imobiliárias, responsáveis por 2,86 milhões de atendimentos (serviços gerados) em 2021. Além das Agências de Atendimento presencial e dos credenciados, as distribuidoras do Grupo CPFL estão sempre inovando na forma de se relacionarem com os consumidores, incentivando a utilização de novas formas de atendimento:

- *Call Center*: com capacidade de atendimento de 7,5 mil chamadas/dia que, aliado a outros canais de atendimento, absorve 218 mil/mês de interação com os clientes, sem que com isto ocorra congestionamentos nos canais de atendimento;
- *Site* CPFL;
- Aplicativo CPFL Energia;
- SMS;
- Portal CPFL Empresas;
- *E-mail*;
- Canais exclusivos para Imobiliárias, Condomínios, Agentes Públicos e Hospitais;
- Mídias Sociais (Facebook, Twitter, Colab, Reclame Aqui e Consumidor.gov).

Tecnologia da informação – O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2021, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram: (i) ARRC – Fase I; (ii) SPIR; (iii) PIX; (iv) Gestão de RH – Fase I; (v) Despacho Dinâmico de Serviços; (vi) Nota Fiscal Eletrônica; (vii) Projeto Sapiens; (viii) Projeto ADMS; (ix) CWSI Mitigação de risco; e (x) Projeto ADR.

Desempenho econômico-financeiro – Ressaltamos que os dados econômico-financeiros aqui apresentados refletem as Demonstrações Contábeis Regulatórias e diferem dos resultados anteriormente publicados em IFRS.

Em 2021, a CPFL Piratininga alcançou receita líquida de R\$ 5.260 milhões, um acréscimo de 26,3% (R\$ 1.095 milhões), em decorrência principalmente dos seguintes aumentos: (i) de 27,4% (R\$ 686 milhões) na receita de fornecimento de energia; (ii) de 18,1% (R\$ 557 milhões) na disponibilização do sistema de transmissão e distribuição; (iii) de 42,1% (R\$ 154 milhões) nos ativos e passivos financeiros setoriais; (iv) de 75,8% (R\$ 115 milhões) nas doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido; e (v) de 3,4% (R\$ 16 milhões) na energia elétrica de curto prazo. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelos aumentos de 21,3% (R\$ 353 milhões) nos tributos e de 10,4% (R\$ 85 milhões) em encargos de parcela A.

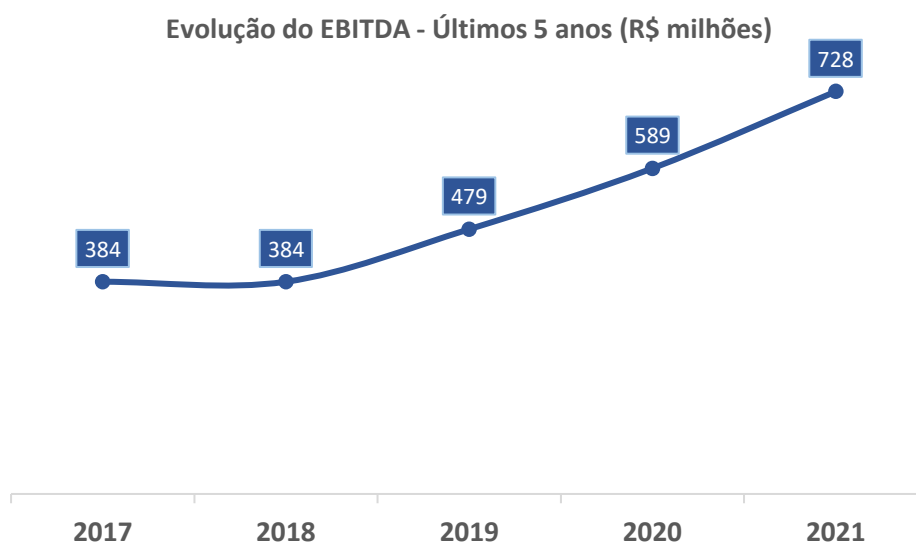
Nos custos não gerenciáveis (Parcela A), houve um aumento de 28,3% (R\$ 894 milhões), devido aos aumentos de 21,0% (R\$ 548 milhões) na Energia Elétrica Comprada para Revenda e de 63,7% (R\$ 346 milhões) no Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição.

As despesas operacionais (Parcela B) em 2021 foram de R\$ 649 milhões, um aumento de 10,5% (R\$ 62 milhões).

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA

Em RS mil	2021	2020
Lucro Líquido	334.884	292.624
Amortização	170.025	170.575
Resultado Financeiro	51.276	-21.812
Impostos Sobre o Lucro	171.782	147.653
EBITDA	727.967	589.040

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 728 milhões em 2021, um acréscimo de 23,6% (R\$ 139 milhões), em relação a 2020. Segue abaixo o gráfico da evolução do EBITDA:



Em 2021, a CPFL Piratininga apurou um Resultado Financeiro negativo (despesa financeira líquida) de R\$ 51 milhões, uma variação de R\$ 73 milhões. A Receita Financeira foi de R\$ 224 milhões, uma redução de 53,6% (R\$ 258 milhões), e a Despesa Financeira foi de R\$ 275 milhões, uma redução de 40,3% (R\$ 185 milhões).

Em 2021, a CPFL Piratininga apurou Resultado Líquido de R\$ 335 milhões, um aumento de 14,4% (R\$ 42 milhões).

Investimentos - Em 2021, os investimentos em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição na CPFL Piratininga, totalizaram R\$ 249 milhões, aumento de 29,3% em relação à 2020. Para esta mesma rubrica nos próximos cinco anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 1.999 milhões (vide quadro Evolução e Projeção de Investimentos).

Evolução e Projeção dos Investimentos

Tab 9 - Plano de Desenvolvimento de Distribuição - R\$ Mil	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Realizado	Realizado	Realizado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado
AIS Bruto	316.051	192.717	249.090	312.463	396.590	426.874	531.078	332.022
Transformador de Distribuição	25.776	22.884	29.801	6.970	8.001	8.453	8.899	9.361
Medidor	25.468	21.314	23.620	30.324	30.937	36.079	40.461	40.104
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	43.476	36.113	52.157	57.389	35.628	28.999	51.364	53.044
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	86.951	72.226	104.314	147.192	154.012	164.811	184.894	189.056
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	61.680	6.651	28.391	10.960	10.700	67.152	119.930	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	782	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	63.241	20.394	3.669	59.627	157.312	121.380	125.530	40.456
Subestações Alta Tensão (primário maior igual a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	9.458	12.353	7.139	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(17.917)	(11.392)	(28.057)	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(17.917)	(11.392)	(28.057)	0	0	0	0	0
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros - Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

R\$ Mil	2021R	2022P	2023P	2024P	2025P	2026P
Plano de Investimentos 2021	249.090	312.463	396.590	426.874	531.078	332.022

R\$ Mil	2021P	2022P	2023P	2024P	2025P
Plano de Investimentos 2020	214.754	323.086	405.050	341.290	442.313

Diferença	16,0%	-3,3%	-2,1%	25,1%	20,1%
-----------	-------	-------	-------	-------	-------

Em relação às diferenças entre os Planos de Investimento de 2021 e de 2020 da CPFL Piratininga, é importante ressaltar que as obras previstas no PDD (Plano de Desenvolvimento da Distribuição) são orientativas e, devido às variações de mercado ou de outros eventos, podem sofrer deslocamento no tempo e/ou alterações em seus escopos.

Adicionalmente, as justificativas dos desvios referentes ao ano de 2021 podem ser obtidas em detalhes através das críticas de obras do banco de dados do PDD disponível na ANEEL.

É importante ressaltar que os valores aqui apresentados diferem da previsão anteriormente publicada junto à CVM (Comissão de Valores Mobiliários), já que neste comparativo, é incluído apenas o PDD (Plano de Desenvolvimento da Distribuição), que é somente voltado para ativos elétricos da Distribuição, enquanto os números divulgados junto à CVM incluem também investimentos em ativos não elétricos.

Captações de recursos – Para viabilizar o programa de investimentos, a CPFL Piratininga utilizou recursos de financiamentos via BNDES (R\$ 212,52 milhões) e a emissão de debêntures (R\$ 274 milhões). Já para reforço de capital de giro, a Companhia realizou captações sob amparo da Lei 4131 (R\$ 768 milhões).

Valor adicionado – Em 2021, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela CPFL Piratininga foi de R\$ 3.597 milhões, representando 44% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

	2021	
	R\$ mil	%
Pessoal e Encargos	209.087	5,8%
Remuneração direta	91.316	2,5%
Benefícios	109.577	3,0%
F.G.T.S.	8.195	0,2%
Impostos, taxas e contribuições	2.690.685	74,8%
Federais	1.380.306	38,4%
Estaduais	1.307.552	36,4%
Municipais	2.826	0,1%
Remuneração de capital de terceiros	196.880	5,5%
Juros	192.700	5,4%
Aluguéis	4.180	0,1%
Remuneração de capital próprio	500.398	13,9%
Juros sobre o capital próprio (incluindo adicional proposto)	25.506	0,7%
Dividendo (incluindo adicional proposto)	468.928	13,0%
Lucros retidos	5.965	0,2%
Total	3.597.051	100,0%

Importante ressaltar que a distribuição apresentada na tabela acima, segue o que foi reportado nas Demonstrações Financeiras Societárias e que a Receita Operacional Bruta utilizada para calcular a representatividade do Valor Adicionado é a reportada nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, que em 2021 foi de R\$ 8.166.841 mil.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos – De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social.

A Companhia declarou, no exercício de 2021, na AGE de 26 de agosto de 2021, Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 18.403 mil (R\$ 15.643 mil líquido de IRRF).

A Companhia aprovou dividendos intermediários nos montantes de R\$ 200.000 mil, utilizando-se da Reserva Estatutária de Reforço de Capital de Giro, aprovado em AGE de 7 de outubro de 2021, e R\$ 75.000 mil nas AGEs de 14 e 20 de dezembro de 2021.

Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 7.101 mil (R\$ 6.037 mil líquido de IRRF), os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2021, foram aprovados em AGE de 31 de dezembro de 2021.

O Dividendo adicional proposto no montante de R\$ 393.928 mil, que será deliberado na Assembleia Geral Ordinária (AGO) em abril de 2022.

Composição acionária – A CPFL Piratininga é uma empresa de capital aberto, cujo controle é 100% detido pela CPFL Energia. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da CPFL Piratininga era de R\$ 258.497 mil, composto por 53.096.770.180 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

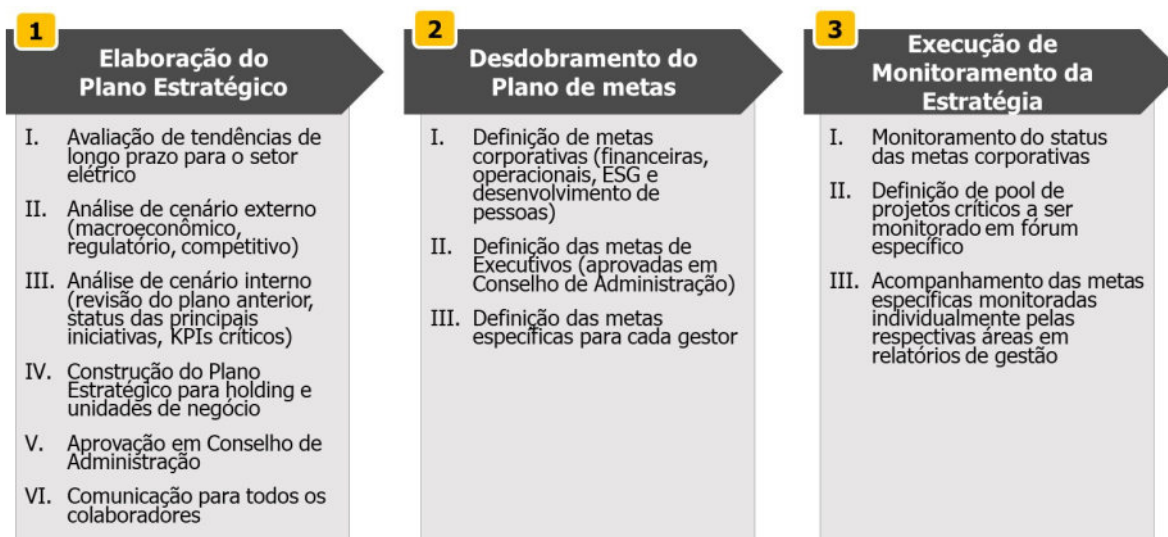
Planejamento Empresarial – Desde 2002, A Diretoria de Estratégia e Inovação realiza o Planejamento Estratégico e para o grupo CPFL Energia, com aprovação do Conselho de Administração e o desdobramento para cada unidade de negócio e áreas corporativas.

O Plano Estratégico é realizado anualmente, para o ciclo de 5 anos. O processo segue as seguintes etapas:

- i) Definição das macrotendências globais para o setor elétrico, com base em desk research e suporte dos especialistas internos
- ii) Análise de cenário externo suportadas por especialistas externos em temas críticos (Tendências do Mercado de Energia, Projeções Macroeconômicas; Cenário Competitivo; ESG; Digitalização e experiência do consumidor, entre outros)
- iii) Análise interna, com avaliação do status de atingimento das metas traçadas no ciclo anterior de Planejamento
- iv) Construção do Planejamento Estratégico para o próximo ciclo de 5 anos

Ao longo do processo, cada uma das etapas é validada junto à Diretoria Executiva, com aprovação final em Conselho de Administração, seguindo as melhores práticas de governança.

O desdobramento possibilita a visão de desempenho dos processos sob a responsabilidade de cada uma das VPs e Negócios, e é composto por três principais etapas (figura abaixo):



Paralelamente à elaboração do Plano Estratégico, acontece o planejamento orçamentário plurianual, administrado pela Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores, e submetido ao Conselho de Administração.

Análises de Cenários Externo & Interno - Na elaboração do Plano Estratégico, são realizadas análises de cenário externo com a ajuda de profissionais em diversos assuntos, como por exemplo:

- i. Tendências de Mercado (ex: mudanças tecnológicas, mudanças regulatórias, riscos de negócio)
- ii. Análises Macroeconômicas (ex: projeção de aumento de carga, crescimento de PIB, taxas de câmbio,)
- iii. Cenário Competitivo (ex: estratégia aparente de competidores, cenário de oportunidades e riscos em M&A)
- iv. Tendências ESG (ex: impactos socioambientais, governança, diversidade, reputação)
- v. Digitalização e experiência dos clientes (revisão de canais de atendimento, implementação de cultura de data analytics, mapeamento de jornadas do cliente)

O mesmo trabalho é realizado internamente, a partir da atualização das principais iniciativas, metas e indicadores do ciclo anterior. Nesse momento, também, avaliam-se os resultados e objetivos operacionais e financeiros.

A partir dessas análises, as principais tendências e oportunidades de cada negócio são mapeadas para o Planejamento Estratégico.

Elaboração da Estratégia - Com os status dos resultados do ano anterior e priorizando indicadores levantados nas avaliações de cenários considerando critérios de segurança, qualidade no atendimento, eficiência operacional, sustentabilidade do negócio e crescimento,

são determinadas as novas iniciativas e diretrizes de negócio, com projetos prioritários e planos de ação necessários para atingir os objetivos, até a consolidação no Plano Estratégico, validado e aprovado no Conselho Administrativo.

Desdobramento em Metas - A etapa de desdobramento ocorre após a aprovação do Plano Estratégico, quando são analisados os resultados do ano anterior e elaboradas as metas e planos de ação para o próximo ano, alinhados ao orçamento aprovado.

Para o processo de metas e levantamento dos principais utilizadores da empresa, foi incorporado o uso da metodologia BSC (Balanced ScoreCard), dividindo os objetivos em 4 grandes perspectivas: Financeira/Criação de Valor; Clientes/Partes Interessadas; Processos Internos; Capacidade Organizacional. A partir dessas perspectivas, foram mapeados os principais temas que acompanham a estratégia da empresa, detalhando para cada um desses temas os principais indicadores que podem ser utilizados para acompanhar seu desenvolvimento.

Divulgação Planejamento Estratégico - As principais diretrizes da estratégia são disseminadas para todos os colaboradores, incentivando o engajamento do colaborador; de modo a instigá-lo a criar valor e descobrir como sua área pode contribuir para o crescimento organizacional.

Os canais formais de divulgação são:

- Evento de divulgação com participação dos Executivos, com participação ativa dos colaboradores
- Vídeo com o resumo das principais diretrizes e iniciativas do Plano Estratégico
- Workshops nas áreas de negócio
- Campanhas internas – banners e cartazes em diversos locais
- Kit de divulgação para lideranças, com conteúdo sobre plano da holding e materiais customizados para cada unidade de negócio
- Quiz para engajamento dos colaboradores, com reconhecimento para os maiores pontuadores
- Portal de Planejamento Estratégico (intranet) – área onde é disponibilizada uma síntese dos principais direcionadores estratégicos do grupo e dos negócios.

A CPFL Energia conclui a divulgação das principais diretrizes do grupo para todos os stakeholders através da página de Relações com Investidores, por meio do resumo com as orientações fundamentais dos negócios e do grupo.

Implementação & Monitoramento da Estratégia - São acompanhadas e monitoradas ao longo do ano pela Diretoria de Estratégia e Inovação e pelas áreas de negócio por meio de ferramentas de gestão customizadas (relatórios de gestão, comitês de projetos com participação dos Executivos e Plataforma de Sustentabilidade), com planos de ação tempestivos elaborados à medida que se faça necessário.

Sistemas de Gestão e programas da qualidade – Em 2021, as atividades compreenderam:

- Recertificação das certificações dos Sistemas de Gestão, que compreendem as normas NBR ISO 9001 (Sistema de Gestão da Qualidade), NBR ISO 14001 (Sistema de Gestão

Ambiental), ISO 45001 (Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho) e manutenção da certificação ISO/IEC 27001 (Sistema de Gestão da Segurança da Informação);

- Adesão de 100% das estações avançadas (EAs) ao Programa Colaborativo. As EAs da CPFL Piratininga obtiveram resultado médio de 94% nas avaliações dos pilares do programa referente aos temas de Utilização, Organização e segurança, Limpeza e economia, Disciplina. Das 19 localidades operacionais que participam do programa 63% obtiveram avaliações superior à média e 68% pontuações cima de 90%;
- Reconhecimento no prêmio Melhores em Gestão com classificação bronze na escala de avaliação da FNQ (Fundação Nacional de Qualidade);
- Prêmio ABRADÉE 2021 – Campeã na categoria Responsabilidade Socioambiental acima de 500 mil consumidores. Finalista nas categorias Região Sudeste e Nacional;
- A Norma Zero foi revisada, aprovada em 2019 e publicada em 2020. Posterior, iniciou-se, de forma estruturada e planejada, a revisão e atualização dos 2472 documentos. No período, ocorreu a atualização de 50% (1.245 documentos) da base.

Recursos humanos – Em 2021, a CPFL Piratininga investiu cerca de 2,5 milhões em programas de formação em excelência operacional e desenvolvimento profissional de alta performance de seus colaboradores.

O nosso compromisso é formar e desenvolver pessoas. Por isso, contamos com a Universidade CPFL, que tem o objetivo de preparar os colaboradores para os desafios do futuro e atender às mudanças dos negócios, a fim de promover uma cultura de multinegócios, inovação, agilidade e foco no cliente.

A Universidade atua como facilitadora, incentivando cada colaborador a assumir o protagonismo da própria carreira, por meio do aprendizado de soft skills, ou habilidades mentais, emocionais e sociais, que complementem a formação técnica e aprimorem o desenvolvimento. Frente a um ano tão desafiador, a Universidade CPFL estudou diferentes possibilidades de desenvolvimento online, a partir do contexto atual e novos modelos de trabalho remoto, a fim de continuar investindo na educação como caminho para ampliar o potencial de cada colaborador. Diferentes iniciativas foram lançadas nesse período, como: Portfólio Explore o Seu Potencial – cartela de cursos voltado para o autodesenvolvimento; palestras ao vivo com especialistas em temas comportamentais, cursos abertos e gratuitos em parceria com instituições nacionais, além da adaptação dos treinamentos presenciais para os formatos online, buscando inovação em ferramentas, dinamismo na entrega dos conteúdos e aplicação de cases reais e atividades práticas. Essas novidades permearam as ações das quatro escolas de ensino: Excelência Operacional, Excelência no Atendimento, Negócios e Inovação e Liderança.

A partir disso, em 2021, tivemos **+14.000 participações** em treinamentos, com **87 horas de treinamento** por colaborador neste período.

Sustentabilidade – A CPFL Piratininga mantém foco estratégico no desenvolvimento sustentável e, reforçando este compromisso, a *holding* CPFL Energia elaborou um Plano de

Sustentabilidade 2020-2024 que abrange todos os seus negócios, com foco em três pilares – Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade –, e em habilitadores fundamentais para nossa atuação - Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão. O Plano de Sustentabilidade 2020-2024 é desdobrado em 15 compromissos públicos e iniciativas de valor em diversas áreas da empresa. Mais informações estão disponíveis no Relatório Anual em www.grupocpfl.com.br/institucional/relatorio-anual e www.cpfl.com.br/ri.

CPFL Piratininga em números

Atendimento	2021	2020	%
Número de consumidores	1.869.269	1.827.407	2,3%
Número de empregados ¹	63	68	-7,4%
Número de consumidores por empregado	29.674	26.874	10,4%
Número de localidades atendidas	27	27	0,0%
Número de agências	7	10	-30,0%
Número de postos de atendimento	32	32	0,0%

1) Número de empregados: = número de atendentes agencia + 1 atendente por rede fácil.

Operacionais	2021	2020	%
Número de subestações	58	58	0,0%
Linhas de transmissão (Km)	727	727	0,0%
Linhas de distribuição (Km)	27.070	26.748	1,2%

Mercado	2021	2020	%
Área de concessão (Km ²)	6.954	6.954	0,0%
Demanda máxima (MWh/h)	2.586	2.503	3,3%
Mercado atendido (GWh)	14.966	13.988	7,0%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	2.399	2.408	-0,4%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh):			
Total (exceto curto prazo)	589,19	476,57	23,6%
Residencial	609,38	494,95	23,1%
Comercial	581,46	472,84	23,0%
Industrial	544,76	440,30	23,7%
Rural	516,18	386,19	33,7%
DEC (horas)	5,95	5,83	2,1%
FEC (número de interrupções)	4,13	4,32	-4,4%
Número de reclamações por 10.000 consumidores	31,74	37,89	-16,2%

Financeiros	2021	2020	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	8.166.841	6.634.282	23,1%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	5.259.697	4.164.460	26,3%
Resultado da atividade (R\$ mil)	557.942	418.465	33,3%
Margem operacional do serviço líquida (%)	10,61%	10,05%	5,6%
EBITDA OU LAJIDA	727.967	589.040	23,6%
Lucro líquido (R\$ mil)	334.884	292.624	14,4%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	380.533	338.590	12,4%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	88,00%	86,42%	1,8%
Endividamento (incluindo derivativos) (R\$ mil)	2.631.142	1.892.366	39,0%
Em moeda nacional (%)	72%	63%	14,6%
Em moeda estrangeira (%)	28%	37%	-24,8%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CPFL Piratininga. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da CPFL Piratininga.

Campinas, 26 de abril de 2022.

A Administração

Companhia Piratininga de Força e Luz
CNPJ no 04.172.213/0001-51

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte, Jardim Professora Tarcilla, CEP 13.087-397, na cidade de Campinas, estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 22 de outubro de 2028, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a 1,9 milhões de consumidores (informações não examinadas pelos auditores independentes). Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiaí.

1.1 Setor Elétrico no Brasil:

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela ANEEL.

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Companhia pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos

significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Companhia solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda exceda a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito através de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – (“ONS”), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

1.2 Impactos da COVID-19:

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto à época, aumentaram de certa forma o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações contábeis regulatórias. As principais economias do mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos para minimizar impactos econômicos que o COVID -19 vem provocando e ainda possa provocar.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas tendo em vista o cenário da pandemia, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;
- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. Tais renegociações estão sendo direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas;
- Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento, assim como a retomada após as medidas de flexibilização, de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia;
- Monitoramento de sobrecontratação em função da redução da carga e consequentes sobras de energia superiores aos 5% previstos nos requisitos regulatórios;
- Monitoramento da inadimplência, especialmente sob a luz da suspensão dos cortes por inadimplência para as subclasses residenciais de baixa renda a partir de 1 de abril até 30 de junho de 2021, o qual foi prorrogado até 30 de setembro de 2021, conforme REN nº 936 da ANEEL. Além de regras específicas a serem atendidas para que possam ser efetuados os cortes nas demais classes consumidoras e restrições na cobrança de multa e juros por inadimplência.

Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados, as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL, adotaram algumas medidas durante o período:

- Isenção aos consumidores de baixa renda com consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) do pagamento da conta de energia elétrica, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020.
- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de COVID 19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da Conta COVID por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

A Conta COVID destinou-se a receber recursos para cobrir déficits ou antecipar receitas, total ou parcialmente, às concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, referentes: i) aos efeitos da sobrecontratação de abril a dezembro de 2020; ii) à constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA entre a data de homologação do último processo tarifário e dezembro de 2020; iii) à neutralidade dos encargos setoriais de abril a dezembro de 2020; iv) à postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data, enquanto perdurarem os efeitos da postergação; v) saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e vi) antecipação do ativo regulatório relativo à “Parcela B”.

A disponibilização de tais recursos (exceto para o item “iv” apresentado acima) foi limitada aos efeitos da pandemia estimados pela ANEEL para cada distribuidora, sendo: i) redução de faturamento e de arrecadação, até dezembro de 2020, decorrentes dos efeitos do estado de calamidade pública; e ii) valores estimados de diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A.

A CCEE contratou a operação de crédito para aportar recursos à Conta COVID e efetuou o repasse às distribuidoras até janeiro de 2021, conforme a necessidade declarada por elas individualmente, limitada aos valores homologados pela ANEEL. O pagamento dos recursos provenientes da operação de crédito está sendo feito por meio de encargo, denominado CDE COVID, homologado pela ANEEL e cobrado dos consumidores a partir dos processos tarifários de 2021 durante o tempo necessário para a quitação da referida operação.

Em julho de 2020 a Companhia declarou sua necessidade por meio de protocolo digital juntamente com o Termo de Aceitação constante do Anexo I da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, considerando os itens “i” a “iii” citados acima em valor máximo equivalente à soma das reduções de faturamento e de arrecadação decorrente dos efeitos da calamidade pública, até dezembro de 2020, estimados pela ANEEL e constantes do Anexo II da mesma Resolução.

O efeito financeiro e econômico para a Companhia ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias.

Reequilíbrio econômico financeiro

Em decorrência dos efeitos das medidas restritivas adotadas pelo governo para conter o avanço da pandemia, a Companhia, assim como outras concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, sofreu impactos extraordinários e imediatos, sendo os principais a queda da receita em função da retração do mercado consumidor e redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência.

Considerando os efeitos da pandemia e, tendo como base o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio da ANEEL, assim como os artigos 9º e 10º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dentre outras previsões legais aplicáveis, a Companhia possui o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, de forma que, em uma situação em que ônus gerados por eventos alheios à gestão dos riscos inerentes à operação, tais como, mas sem se limitar, a eventos categorizados como caso fortuito ou força maior, ou mesmo determinações do Poder Concedente que impactem a Companhia, devem ser ressarcidos à Companhia para reequilibrar a saúde econômico-financeira do contrato de concessão.

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, prevê a análise pela ANEEL, em processo administrativo específico, da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de distribuição de energia elétrica, mediante solicitação das interessadas. Nos termos da Resolução Normativa da ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, a Agência, instaurou segunda fase da Consulta Pública nº 35 de 2020 (“CP35/2020”) no período entre 18 de agosto e 05 de outubro de 2020, com o objetivo de regular a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Em continuidade ao processo de definição da regulamentação do restabelecimento do equilíbrio econômico das concessionárias distribuidoras durante a pandemia, a ANEEL abriu a 3ª Fase da Consulta Pública nº 35 no fim de 2020, na qual também foi discutido sobre as regras de alocação dos custos do empréstimo da Conta Covid e da sobrecontratação involuntária para o ano civil de 2020, reflexo do cenário de pandemia.

Concluída a terceira e última fase da CP35/2020, a Agência definiu as metodologias referentes à sobrecontratação involuntária de 2020, ao reequilíbrio econômico em função da queda de mercado e aumento da inadimplência durante a pandemia, bem como sobre o rateio do custo financeiro da Conta COVID, consubstanciadas na Resolução Normativa ANEEL nº 952, de 23 de novembro de 2021. A Companhia continua analisando os impactos causados pela pandemia e definirá quanto à necessidade de solicitar a recomposição do equilíbrio econômico em até 60 dias após a publicação, pela ANEEL, da projeção da receita irrecuperável realizada nos meses de março a dezembro de 2020, conforme definido no parágrafo 7 do Submódulo 2.10 do PRORET, homologado por meio da referida resolução normativa. Ademais, foi estimada e registrada a parcela do custo financeiro da Conta COVID a ser alocada nos processos tarifários de 2022.

(2) BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2.1 Base de preparação:

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas e aprovadas pela ANEEL, as quais constam no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”), aprovado por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, substituída em 2021 pela Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e também seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis emitidas e aprovadas pela ANEEL.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, podendo apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias, estas diferenças estão apresentadas e explicadas na nota 32, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão regulatória da Companhia.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis regulatórias foi dada pela Administração em 26 de abril de 2022.

Essas demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (www.aneel.gov.br) e da Companhia (www.cpfl.com.br).

2.2 Base de mensuração:

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, cuja classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros, e iii) ativo imobilizado, intangível e obrigações especiais.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação aos valores recuperáveis e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados;
- Nota 9 – Ativos e passivos financeiros setoriais: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- Nota 11 – Outros ativos circulantes: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 12 – Imobilizado e intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 14 – Empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuos: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 15 – Benefícios pós-emprego: principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos;
- Nota 18 – Provisão para litígios e depósitos judiciais e cauções (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota 29 – Instrumentos Financeiros – derivativos: principais premissas para determinação do valor justo.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações contábeis regulatórias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores.

Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Segmento operacional:

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

(3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas que as adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas Demonstrações Financeiras de 2021 na nota explicativa 3 – Sumário das principais políticas contábeis, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1 Imobilizado em serviço:

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação regulatória compulsória, conforme determina a Resolução Normativa nº 396 de 23 de fevereiro de 2010. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador (nota 12).

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

3.2 Imobilizado em curso:

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil

determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as distribuidoras de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Nas demonstrações financeiras societárias, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados, em conformidade com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente e com ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão. Os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível. A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, sendo a parcela remanescente registrada como um ativo financeiro e avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

3.3 Intangível:

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear e em conformidade às taxas estabelecidas pelo poder concedente.

Os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados aos ativos intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

3.4 Obrigações especiais vinculadas à concessão:

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, acrescidos do valor da reavaliação. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

3.5 Reserva de reavaliação e Reavaliação regulatória compulsória:

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social (nota 32.3.1).

A constituição da reavaliação se dá por meio do processo de revisão tarifária periódica, que no caso da Companhia ocorre a cada quatro anos. Neste processo a Companhia prepara, em conjunto com empresa avaliadora credenciada junto ao órgão regulador, o Laudo de Avaliação que contém o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e a diferença para o valor contábil, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, é registrado contabilmente como reavaliação regulatória compulsória, nos termos da Resolução Normativa da ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010 e suas atualizações.

Esse laudo é revisado e homologado pela ANEEL. A última reavaliação registrada pela Companhia considera o processo de elaboração da Base de Remuneração Regulatória – BRR para fins do 5º ciclo de Revisão

Tarifária Periódica, realizado na data-base de 30 de abril de 2019, que foi aprovado pela Resolução Homologatória da ANEEL nº 2.627 de 22 de outubro de 2019, portanto a Companhia reconheceu a referida reavaliação nas demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2019. O registro da reavaliação considerou a atualização monetária pelo IPCA da data-base de 30 de abril de 2019 até 30 de setembro de 2019.

3.6 Instrumentos financeiros:

Em conformidade com o CPC 38, adotado pela ANEEL:

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros:

- Registrados pelo valor justo por meio do resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia estes ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.
- Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após o reconhecimento inicial, reconhecidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

b) Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia possui os seguintes principais passivos financeiros:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou, (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.
- Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 29.

3.7 Redução ao valor recuperável (“impairment”):

a) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo, e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis, tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos.

Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A tendência histórica da probabilidade de inadimplência segue prazo de vencimento conforme MCSE, que são os critérios abaixo:

Classe	Vencidos acima de:
Residencial	90 dias
Comercial	180 dias
Demais classes	360 dias
Faturas diversas	180 dias
Parcelamento de débitos	90 dias. Em caso de atraso de uma parcela, todo o saldo é provisionado.

Adicionalmente, desde 2018, o saldo da Provisão para crédito de liquidação duvidosa (“PCLD”) é ajustado com o valor da perda esperada, técnica essa utilizada na contabilidade societária a qual convive de forma harmoniosa com as regras do MCSE.

A técnica da contabilidade societária consiste em utilizar uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, que totaliza na maioria um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda esperada são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita Ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o prazo de vencimento do MCSE, adicionando o não faturado utilizando a receita do próprio mês.

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro classificado como instrumento financeiro mensurado pelo custo amortizado, é reconhecida pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa efetiva de juros original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada a crédito no resultado.

b) Ativos não financeiros:

Os ativos não financeiros sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos intangíveis, são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Em período subsequente, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.8 Novo MCSE a partir de janeiro de 2022:

A ANEEL, através do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021, no uso da atribuição que lhe foi delegada por meio da Resolução Normativa nº 814, de 2018, substituída pela Resolução Normativa nº 933, de 2021, decide: (i) revisar o MCSE, na dimensão procedimental; (ii) revogar a versão 2015 do MCSE, aprovada pela Resolução Normativa nº 605, de 2014, substituída pela Resolução Normativa nº 933/2021; e aprovar a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022.

As principais alterações são:

- d) Consideração do CPC 06 (R2) Arrendamentos: a aplicação deste CPC deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica;
- e) Alteração da Instrução Contábil 6.3.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa: basicamente em função da consideração do CPC 48 nas demonstrações financeiras regulatórias;
- f) Alteração da Instrução Contábil 6.3.4 Ativo e passivo financeiro setoriais: basicamente para passar a considerar a natureza ativa ou passiva pelo valor líquido de cada ciclo tarifário, sendo os ciclos: (i) ciclo tarifário em diferimento e (ii) ciclo tarifário em amortização. Portanto, haverá saldo ativo ou passivo em constituição para o ciclo em diferimento e saldo ativo ou passivo em amortização para o ciclo homologado;
- g) Alteração da Instrução Contábil 6.3.6.1 Desativações: basicamente criando novas contas com detalhes como a segregação em alienação e desativação e bens reversíveis e não reversíveis;
- h) Alteração da Instrução Contábil 6.3.22 Aspectos socioambientais: basicamente regras para imobilizar ou despesar os gastos;
- i) Alteração da Instrução Contábil 6.3.26 Base de Cálculo das Obrigações Legais de Investimento em Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE: basicamente criação de contas;
- j) Bandeiras Tarifárias: conforme técnica de funcionamento 7.2.22. Ativos e passivos financeiros setoriais, a bandeira tarifa faturada, passará a ser registrada como ativo ou passivo financeiro setorial no momento do faturamento, anulando o efeito na Receita operacional bruta. Quando a bandeira for homologada, será uma reclassificação para as contas específicas de CVA conforme despacho da referida homologação;
- k) Variação cambial do fornecedor Itaipu: alteração na técnica de funcionamento 7.2.75 Fornecedores, incluindo a forma de registro para a variação cambial do fornecedor Itaipu que passará a ser em

Suprimento de energia elétrica para confronto com a receita de ativos e passivos financeiros setoriais, não afetando, desta forma, o Resultado do Serviço das Companhias.

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras regulatórias.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

Valor reavaliado de um ativo:

O ativo imobilizado e intangível é contabilizado pelo custo de aquisição deduzidos da depreciação acumulada. Os valores são acrescidos da parcela de reavaliação de ativo homologado pela ANEEL por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR. Neste processo a Companhia prepara, em conjunto com empresa avaliadora credenciada junto ao órgão regulador, o Laudo de Avaliação que contém o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e a diferença para o valor contábil, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, é registrado contabilmente como reavaliação regulatória compulsória, nos termos da Resolução Normativa da ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010 e suas atualizações.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa	23.818	41.121
Equivalentes de caixa	155.241	397.558
Títulos de crédito privado (*)	155.241	397.557
Fundos de investimento	-	1
Total	<u>179.059</u>	<u>438.679</u>

(*) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") no montante de R\$ 155.241 (R\$ 304.439 em 31 de dezembro de 2020) e (ii) operações compromissadas em debêntures (R\$ 93.118 em 31 de dezembro de 2020), ambas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito e com remuneração equivalente, na média, a 99,91% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") (99,78% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Valores Correntes							Valores Renegociados					Total em 31/12/2021	Total em 31/12/2020	
	Correntes a Vencer		Correntes Vencidas					Renegociados a Vencer		Renegociados Vencidos					
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos			
Fornecimento de Energia	547.978	-	176.888	19.356	5.138	31.084	(46.784)	8.202	38.973	5.998	13.043	(50.819)	749.057	685.223	
Residencial	212.163	-	138.640	14.535	294	6.571	(30.782)	5.758	25.762	4.479	6.219	(37.317)	346.322	282.385	
Industrial	10.364	-	16.245	2.341	3.435	18.078	(7.963)	1.347	4.558	850	4.299	(6.576)	46.979	40.491	
Comercial	36.141	-	16.656	1.643	1.400	3.330	(6.333)	816	3.403	386	1.665	(4.204)	54.904	46.087	
Rural	2.442	-	2.243	261	-	27	(29)	43	142	20	16	(108)	5.057	3.354	
Poderes Públicos	11.846	-	504	68	1	23	(31)	106	5.045	30	-	(2.096)	15.495	10.807	
Iluminação Pública	17.115	-	211	10	6	228	(172)	129	58	233	-	(162)	17.656	12.904	
Serviço Público	8.516	-	1.308	0	-	2.820	(1.474)	4	6	-	844	(357)	11.666	10.786	
Serviço Taxado	478	-	1.081	498	2	7	-	-	-	-	-	-	2.065	1.423	
Fornecimento Não Faturado	249.604	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	249.604	277.142	
(-) Arrecadação Processo Classif.	(690)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(690)	(154)	
Outros consumidores	15.793	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.793	14.432	
Consumidores	563.771	-	176.888	19.356	5.138	31.084	(46.784)	8.202	38.973	5.998	13.043	(50.819)	764.850	699.655	
Suprimento Energia - Moeda Nacional	12.614	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.614	2.375	
Encargos de Uso da Rede Elétrica	142	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	142	142	
Energia Elétrica de Curto Prazo	90.581	8.208	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	98.789	226.216	
Concessionárias e permissionárias	103.338	8.208	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	111.546	228.733	
Consumidores, concessionárias e permissionárias	667.109	8.208	176.888	19.356	5.138	31.084	(46.785)	8.202	38.973	5.998	13.043	(50.819)	876.396	928.388	
													Circulante	852.289	901.924
													Não Circulante	24.107	26.464
													876.396	928.388	

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”):

O detalhamento da metodologia de provisão está descrito nas notas 3.7 – Redução ao valor recuperável (“Impairment”).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias
Saldo em 31/12/2019	(84.534)
Provisão revertida (constituída) líquida	(89.996)
Recuperação de receita	45.111
Baixa de contas a receber provisionadas	49.745
Saldo em 31/12/2020	(79.675)
Provisão revertida (constituída) líquida	(109.239)
Recuperação de receita	45.570
Baixa de contas a receber provisionadas	45.740
Saldo em 31/12/2021	(97.604)

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis regulatórias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(7) TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	31/12/2021	31/12/2020
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.925	304
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	4.161	1.646
ICMS a compensar	20.357	17.431
Programa de integração social - PIS	3.555	804
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	12.974	3.519
Outros	48	50
Total	43.020	23.755
<u>Não circulante</u>		
ICMS a compensar	30.882	24.790
Total	30.882	24.790

Imposto de renda retido na fonte – IRRF: refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras.

ICMS a compensar: refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativo imobilizado.

7.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS:

Ativo	31/12/2021
<u>Circulante</u>	
PIS sobre ICMS	34.630
COFINS sobre ICMS	163.478
Total circulante	<u>198.108</u>
<u>Não circulante</u>	
PIS sobre ICMS	301.201
COFINS sobre ICMS	1.383.381
Total não circulante	<u>1.684.582</u>
<u>Não circulante</u>	
PIS/COFINS devolução consumidores	1.882.690

Tendo em vista (i) a decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (ii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo”, foram reconhecidos em junho de 2021 os créditos de PIS e COFINS, através do registro de ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores em outras contas a pagar no montante de R\$ 1.816.859.

Em outubro de 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005), porém a Companhia já havia registrado ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores dada à similaridade do caso à decisão do Supremo Tribunal Federal.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial está limitada ao prazo prescricional dos últimos 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021, ainda sem conclusão por aquele Órgão.

Logo, a decisão contábil da Companhia de, neste momento, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor não significa qualquer renúncia de direito, mas serve tão somente para refletir o atual posicionamento da referida Consulta Pública em andamento pela ANEEL.

(8) INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	<u>Circulante</u>
	<u>31/12/2021</u>
Aplicação direta	3.589
Total	<u>3.589</u>

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo representa valores aplicados em títulos da dívida pública, por meio de cotas de fundos de investimentos da Caixa Econômica Federal, destinando-se a composição de garantias contratuais em financiamentos junto ao BNDES, cujo a remuneração média era equivalente à 100% do CDI.

(9) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Atualização monetária	Perdas	Transferências	Saldo em 31/12/2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa (a)	494.362	1.235.338	(277.951)	36.407	(679)	(182.696)	1.304.778	561.123	743.655	703.740	601.038
Aquisição de Energia Comprada - (CVAenerg)	77.096	480.130	(17.379)	8.457	(5.080)	(163.256)	379.968	79.235	300.733	136.910	243.058
Custo de Energia Itaipu	286.106	419.630	(187.837)	18.850	(421)	2.580	538.909	331.079	207.830	370.937	167.972
Proinfa	-	12.262	(1.630)	512	75	967	12.186	12.186	-	12.186	-
Transporte de Rede Básica	57.623	10.704	(26.875)	2.713	-	1.713	45.878	45.878	-	45.878	-
Transporte de Energia - Itaipu	7.068	(1.285)	(3.553)	317	(3)	2.523	5.068	4.746	322	4.807	261
ESS/EER	38.836	314.669	(19.157)	4.615	4.750	(21.497)	322.215	87.441	234.774	132.466	189.749
CDE	27.633	(772)	(21.520)	943	-	(5.726)	558	558	-	558	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais (b)	57.732	51.416	(40.103)	1.476	232	(2.294)	68.457	561	67.896	13.582	54.875
Neutralidade da Parcela A	13.873	(7)	(13.873)	7	-	-	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	23.905	(90)	(23.905)	90	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na Revisão Tarifária Periódica	7.670	58.212	-	1.439	-	-	67.320	-	67.320	12.911	54.409
Outros	12.284	(6.699)	(2.325)	(60)	232	(2.294)	1.137	561	576	671	466
Total Ativos Financeiros Setoriais	552.094	1.286.754	(318.055)	37.883	(447)	(184.990)	1.373.237	561.684	811.553	717.323	655.914

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Atualização monetária	Perdas	Transferências	Saldo em 31/12/2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva (a)	104.701	478.980	(90.302)	7.734	239	(182.696)	318.655	3.819	314.836	64.199	254.456
Aquisição de Energia Comprada - (CVAenerg)	65.060	461.377	(64.309)	4.813	(55)	(163.256)	303.629	-	303.629	58.230	245.399
Custo de Energia Itaipu	8.829	(7.126)	(842)	379	-	2.580	3.819	3.819	-	3.819	-
Proinfa	11.911	(967)	(12.050)	139	-	967	-	-	-	-	-
Transporte de Rede Básica	-	(2.354)	124	1.263	(43)	1.713	703	-	703	135	568
Transporte de Energia - Itaipu	-	(2.529)	-	6	-	2.523	-	-	-	-	-
ESS/EER	18.901	20.145	(18.644)	1.073	23	(21.497)	-	-	-	-	-
CDE	-	10.434	5.419	61	314	(5.726)	10.503	-	10.503	2.014	8.489
Demais Passivos Financeiros Setoriais (b)	379.999	304.540	(243.524)	10.393	(628)	(2.294)	448.487	294.671	153.816	281.901	166.586
Neutralidade da Parcela A	24.573	35.835	(9.538)	830	(581)	-	51.119	40.378	10.741	42.438	8.681
Sobrecontratação de Energia	22.573	53.308	(8.640)	1.511	(53)	-	68.699	36.573	32.126	42.734	25.965
Ressarcimento de Reposição na Revisão Tarifária Periódica	139.644	20.238	(33.136)	4.462	-	-	131.209	59.839	71.370	31.258	99.951
Outros	193.209	195.159	(192.210)	3.590	6	(2.294)	197.461	157.881	39.580	165.472	31.989
Total Passivos Financeiros Setoriais	484.700	783.520	(333.825)	18.127	(389)	(184.990)	767.142	298.490	468.652	346.100	421.042

(a) CVA - Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Refere-se ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Atualmente, os principais gastos considerados como custos não gerenciáveis são:

- Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”);
- Energia Elétrica Comprada para Revenda;
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”);
- Encargos de Serviço do Sistema (“ESS”) e Encargos de Energia de reserva (“EER”);
- Rede Básica;
- Repasse de Itaipu;
- Transporte de Itaipu.

Os itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela - CVA” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 23 de outubro de 2020 a 22 de outubro de 2021, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação CVA foi iniciada em 23 de outubro de 2021, logo após o final da vigência do Reajuste Tarifário de outubro de 2020, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, a RTA não alterou o mecanismo de compensação.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado:

(b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

- **Neutralidade dos encargos setoriais da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.
- **Sobrecontratação:** as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.
- **Ressarcimento de Reposição na Revisão Tarifaria Periódica:** refere-se aos componentes financeiros referentes a recálculos de processos tarifários, de forma a neutralizar os efeitos aos consumidores. O principal item é a ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, valores em constituição e valores já homologados e que passaram a ser amortizados linearmente até a próxima revisão tarifária.
- **Outros componentes financeiros:** refere-se principalmente ao componente tarifário risco hidrológico.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis regulatórias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(10) TRIBUTOS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Benefício Fiscal do intangível incorporado	7.074	24.279	8.110	27.832
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	16.716	46.169	(2.992)	(8.576)
Provisões para litígios	4.325	12.015	4.433	12.313
Entidade de previdência privada	9.630	26.750	6.074	16.872
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.050	25.139	7.412	20.590
Provisão energia livre	2.267	6.297	2.171	6.030
Programas de P&D e eficiência energética	5.180	14.390	5.344	14.845
Provisão relacionada a pessoal	1.138	3.162	1.085	3.013
Derivativos	(19.667)	(54.631)	(29.908)	(83.078)
Marcação a Mercado - Derivativos	7.546	20.961	(2.174)	(6.040)
Marcação a Mercado - Dívidas	(10.482)	(29.117)	(1.512)	(4.202)
Ativo Intangível da concessão (ICPC-01)	101	279	115	320
Perdas atuariais (CPC)	3.541	9.835	3.541	9.835
Outros	4.086	11.089	428	927
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado	(31.046)	(86.239)	(21.810)	(60.582)
Reavaliação regulatória compulsória	(59.273)	(164.647)	(65.093)	(180.813)
Perdas atuariais (CPC)	28.227	78.407	43.283	120.231
Total	(7.256)	(15.791)	(16.692)	(41.326)

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de resultados futuros.

Os créditos tributários constituídos com base em projeções orçamentárias elaboradas pela administração da Companhia serão realizados até o final do contrato de concessão.

10.1 Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – “Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial”. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. Nos exercícios de 2021 e 2020, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3%.

10.2 Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no passivo não circulante (em função de divulgar o saldo líquido considerando ativos e passivos), decorrentes dos valores ativos de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado, estão baseados no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação	
2022	57.602
2023	38.126
2024	33.844
2025	17.818
2026	17.818
2027 a 2028	149.562
Total	314.770

10.3 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social:

	2021		2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	506.666	506.666	440.278	440.278
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	(25.506)	(25.506)	(33.166)	(33.166)
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(6.195)	(6.195)	(2.690)	(2.690)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	33.305	33.305	25.568	25.568
Incentivo fiscal - lucro de exploração				
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	3.582	(5.407)	3.802	(272)
Base de cálculo	511.852	502.862	433.793	429.718
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(46.067)	(125.716)	(39.041)	(107.430)
Provisão para riscos fiscais	-	-	(1.182)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(46.066)	(125.716)	(40.223)	(107.430)
Corrente	(70.559)	(193.074)	(23.034)	(59.002)
Diferido	24.493	67.358	(17.189)	(48.428)

(*) Programa de Incentivo de Inovação Tecnológica

10.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, em Outros resultados abrangentes, foram os seguintes:

	2021		2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas/ (ganhos) atuariais	(64.445)	(64.445)	147.473	147.473
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	5.800	16.111	(13.273)	(36.868)
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	9.256	25.713	1.218	3.385
Tributos em outros resultados abrangentes sobre perdas atuarias	15.056	41.824	(12.055)	(33.483)
Reserva de Reavaliação	(64.666)	(64.666)	(65.162)	(65.162)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos em outros resultados abrangentes sobre reserva de reavaliação	5.820	16.166	5.865	16.290
Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	20.876	57.990	(6.190)	(17.194)

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis regulatórias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(11) OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos - Vivest	1.427	1.071	678	678
Adiantamentos - fornecedores	5.241	1.621	-	-
Serviços prestados a terceiros	1.343	1.321	-	-
Convênios de arrecadação	984	-	-	-
Contas a receber - CDE	29.188	14.427	-	-
Adiantamentos a funcionários	3.141	2.951	-	-
Arrendamentos e alugueis de postes	12.152	9.582	-	-
Faturas diversas	2.112	3.513	-	-
Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica a receber	69.167	-	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.954)	(2.684)	-	-
Outros	17.946	12.198	-	-
Total	139.747	44.001	678	678

Contas a receber – CDE: refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 4.304 (R\$ 3.143 em 31 de dezembro de 2020) e (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 24.884 (R\$ 11.284 em 31 de dezembro de 2020) - (nota 22.3).

Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica: criado pelo Governo Federal no âmbito da Câmara de Regras Excepcionais para a Gestão Hidroenergética (CREG) como uma

das medidas para enfrentamento do pior cenário de escassez hídrica da história do país. Os consumidores que reduziram o consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), limitado a 20% (vinte por cento), no período de setembro a dezembro de 2021 comparado ao de setembro a dezembro de 2020, receberam bônus no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh reduzido, desde que possuíssem histórico de medição. O referido bônus será custeado por encargo setorial específico, denominado Encargos de Serviço do Sistema (ESS), a ser repassado pela CCEE às distribuidoras. O saldo em Outros ativos circulantes no montante de R\$ 69.167 representa o valor a receber em função do citado programa e o saldo em Outros passivos circulantes representa o bônus concedido aos consumidores, sendo que deste montante R\$ 2 já foram pagos durante o exercício de 2021. O bônus será concedido aos consumidores nas faturas de janeiro e fevereiro de 2022, sendo que o reembolso às distribuidoras se dará na contabilização da CCEE de janeiro, a ser liquidada em março deste mesmo ano.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"):

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está detalhada abaixo:

	Outros Ativos Circulantes
Saldo em 31/12/2019	(2.822)
Provisão revertida (constituída) líquida	138
Saldo em 31/12/2020	(2.684)
Provisão revertida (constituída) líquida	(270)
Saldo em 31/12/2021	(2.954)

(12) IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2021			31/12/2020
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	3,81%	5.924.039	(2.774.884)	3.149.155	3.106.724
Custo Histórico		3.781.667	(1.453.211)	2.328.456	2.209.993
Reavaliação		2.142.373	(1.321.673)	820.699	896.731
Administração	12,08%	79.182	(45.773)	33.409	30.779
Custo Histórico		68.707	(34.457)	34.251	30.308
Reavaliação		10.475	(11.317)	(842)	471
Subtotal		6.003.222	(2.820.658)	3.182.564	3.137.503
Em Curso		255.566	-	255.566	183.753
Distribuição		235.021	-	235.021	164.528
Administração		20.545	-	20.545	19.226
Subtotal		255.566	-	255.566	183.753
Total		6.258.787	(2.820.658)	3.438.130	3.321.257

A composição do intangível é como segue:

Ativo Intangível	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2021			31/12/2020
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Distribuição	17,93%	139.961	(62.018)	77.943	79.217
Custo Histórico		89.831	(40.119)	49.711	50.914
Reavaliação		50.130	(21.898)	28.232	28.303
Administração	20,00%	305.511	(278.796)	26.715	22.125
Custo Histórico		203.247	(176.647)	26.600	21.856
Reavaliação		102.264	(102.149)	115	269
Subtotal		445.472	(340.813)	104.658	101.342
Em Curso		38.269	-	38.269	27.990
Distribuição		10.600	-	10.600	1.238
Administração		27.669	-	27.669	26.752
Subtotal		38.269	-	38.269	27.990
Total		483.741	(340.813)	142.928	129.332

A movimentação do imobilizado no exercício é demonstrada abaixo:

	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassif.	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Ativo Imobilizado em Serviço										
Distribuição	5.884.394	269	(218.659)	258.073	(37)	5.924.039	39.683	(2.774.884)	3.149.155	3.106.724
Terrenos	142.406	-	-	-	-	142.406	-	-	142.406	142.406
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	107.364	-	(341)	4.408	-	111.432	4.068	(69.142)	42.290	40.827
Máquinas e Equipamentos	5.588.571	269	(205.622)	248.822	(1.748)	5.630.292	43.468	(2.682.759)	2.947.533	2.908.429
Veículos	38.902	-	(8.868)	4.290	1.748	36.073	(4.577)	(21.788)	14.285	12.576
Móveis e Utensílios	7.150	-	(3.829)	552	(37)	3.837	(3.276)	(1.196)	2.641	2.487
Administração	91.643	1.791	(22.942)	8.653	37	79.182	(12.498)	(45.773)	33.409	30.779
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	6.341	-	-	1.883	-	8.224	1.883	(1.404)	6.820	5.185
Máquinas e Equipamentos	75.719	1.791	(18.415)	6.437	-	65.532	(10.186)	(41.914)	23.619	22.185
Veículos	3.543	-	(759)	281	-	3.065	(478)	(1.474)	1.591	1.741
Móveis e Utensílios	6.040	-	(3.768)	52	37	2.361	(3.716)	(981)	1.380	1.668
Subtotal	5.976.037	2.060	(241.601)	266.726	-	6.003.222	27.185	(2.820.658)	3.182.564	3.137.503
Ativo Imobilizado em Curso										
Distribuição	164.528	321.323	-	(250.888)	58	235.021	70.435	-	235.021	164.528
Máquinas e Equipamentos	105.499	291.524	-	(246.717)	58	150.364	44.807	-	150.364	105.499
Outros	59.029	29.799	-	(4.171)	-	84.657	25.628	-	84.657	59.029
Administração	19.226	19.997	-	(18.156)	(522)	20.545	1.841	-	20.545	19.226
Máquinas e Equipamentos	6.647	9.900	-	(8.141)	(58)	8.348	1.760	-	8.348	6.647
Outros	12.579	10.096	-	(10.015)	(464)	12.196	81	-	12.196	12.579
Subtotal	183.753	341.320	-	(269.044)	(464)	255.566	72.276	-	255.566	183.753
Total do Ativo Imobilizado	6.159.790	343.380	(241.601)	(2.318)	(464)	6.258.787	99.461	(2.820.658)	3.438.130	3.321.257

O valor de R\$ 464 na coluna de Reclassificação refere-se ao valor transferido para unitização de Benfeitoria em Propriedade de Terceiros, constante na movimentação do Intangível, na linha Outros.

A composição das adições ao ativo imobilizado em curso no exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

	Material/ Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação/ Amortização	Outros Gastos	Total
Imobilizado em Curso	196.644	90.269	14.858	3.558	400	18.760	324.489
Terrenos	-	12	-	105	-	3.125	3.241
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	610	3.013	-	0	-	-	3.623
Máquinas e Equipamentos	189.647	80.485	13.898	3.285	400	13.709	301.424
Veículos	5.746	85	-	-	-	-	5.831
Móveis e Utensílios	642	-	-	-	-	-	642
A Ratear	-	6.674	960	168	(0)	1.925	9.727
Outros - Estoque	-	-	-	-	-	16.831	16.831
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	-	-	-	-	-	(673)	(673)
Material em Depósito	-	-	-	-	-	17.570	17.570
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	(139)	(139)
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	73	73
Total	196.644	90.269	14.858	3.558	400	35.590	341.320

A movimentação da conta máquinas e equipamentos da atividade de distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassificação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	5.588.571	269	(205.622)	248.822	(1.748)	5.630.292	43.468
Transformador de Distribuição	635.146	-	(27.792)	29.801	428	637.583	2.009
Medidor	590.414	-	(44.331)	23.620	1.166	570.868	(20.712)
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	621.627	-	(23.011)	52.157	106.687	757.460	29.146
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	1.240.780	-	(46.023)	104.314	213.375	1.512.446	58.292
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	964.363	-	(43.916)	28.391	(1.212)	947.625	(15.525)
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	34.451	-	-	-	(108)	34.343	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	936.187	-	(5.106)	3.669	(2.038)	932.712	(1.436)
Demais Máquinas e Equipamentos	565.604	269	(15.443)	6.870	(320.045)	237.254	(8.304)

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Transferências (C)	Reclassificação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Ativo Intangível em Serviço									
Distribuição	138.652	-	845	464	139.961	845	(62.018)	77.943	79.217
Servidões	74.135	-	-	-	74.135	-	-	74.135	74.135
Softwares	61.708	-	24	-	61.732	24	(59.663)	2.069	3.928
Outros	2.810	-	821	464	4.095	821	(2.355)	1.740	1.154
Administração	291.415	-	14.095	-	305.511	14.095	(278.796)	26.715	22.125
Softwares	291.415	-	14.095	-	305.511	14.095	(278.796)	26.715	22.125
Subtotal	430.067	-	14.941	464	445.472	14.941	(340.813)	104.658	101.342
Ativo Intangível em Curso									
Distribuição	1.238	9.362	-	-	10.600	9.362	-	10.600	1.238
Servidões	1.094	8.912	-	-	10.006	8.912	-	10.006	1.094
Outros	144	450	-	-	594	450	-	594	144
Administração	26.752	13.540	(12.623)	-	27.669	917	-	27.669	26.752
Outros	26.752	13.540	(12.623)	-	27.669	917	-	27.669	26.752
Subtotal	27.990	22.902	(12.623)	-	38.269	10.279	-	38.269	27.990
Total do Ativo Intangível	458.057	22.902	2.318	464	483.741	25.220	(340.813)	142.928	129.332

As principais taxas anuais de depreciação/amortização por macro atividade, de acordo com a Resolução da ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Distribuição	
Chave Seccionador, Tensão Igual ou Superior a 69kV	3,33%
Chave Seccionador, Tensão Inferior a 69kV	6,67%
Condutor Classe de Tensão Igual ou Superior a 69kV	2,70%
Condutor Classe de Tensão Inferior a 69kV	3,57%
Estrutura Poste	3,57%
Estrutura Torre	2,70%
Medidor Eletromecânico	4,00%
Medidor Eletrônico	7,69%
Painel, Mesa de Comando e Cubículo	3,57%
Regulador de Tensão, Igual ou Superior a 69kV	3,45%
Regulador de Tensão, Inferior 69kV	4,35%
Religador	4,00%
Transformador de Distribuição	4,00%
Transformador de Força	2,86%
Administração central	
Software	20,00%
Equipamento Geral de Informática	16,67%
Equipamento Geral	6,25%
Veículos	14,29%
Edificações - Outras	3,33%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis regulatórias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(13) FORNECEDORES

	31/12/2021	31/12/2020
Encargos de Uso da Rede Elétrica	215.326	109.049
Suprimento de Energia Elétrica	365.344	459.686
Materiais e serviços	116.352	75.029
Outros	46.980	44.990
Total	744.002	688.754
Não circulante		
Materiais e serviços	1.379	2.748
Total	1.379	2.748

(14) EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

14.1 Abertura de Endividamento Total:

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adim- plente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pqto Juros	Frequência Pqto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo							
																2022	2023	2024	2025	2026	2027+	Total	
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	463	-	866.069	866.532												118.783	-	546.169	201.116	-	-	866.069	
Banco Merrill Lynch - Lei 4131	110	-	569.142	569.252	Sim	mar-20	Aval/Fiança	Euro	0,70%	mar-22	Trimestral	mar-25	mar-25	Amortização: única parcela em Março de 2025	Bullet (final)	-	-	569.142	-	-	-	-	569.142
Lei 4131 - Bank of America, NA	126	-	212.590	212.716	Sim	set-21	Aval/Fiança	US\$	1,94%	mar-22	Trimestral	set-26	set-26	Amortização: única parcela em Setembro de 2026	Bullet (final)	-	-	-	212.590	-	-	-	212.590
Lei 4131 - Scotiabank	226	-	124.109	124.336	Sim	out-21	Aval/Fiança	US\$	0,76%	abr-22	Semestral	out-23	out-23	Amortização: única parcela em Outubro de 2023	Bullet (final)	124.109	-	-	-	-	-	-	124.109
Marcação a mercado	-	-	(39.773)	(39.773)	Sim	dez-21										(5.326)	-	(22.973)	(11.475)	-	-	(39.773)	
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	21.207	155.369	1.722.710	1.899.286												185.124	763.470	132.881	14.679	53.030	573.525	1.722.710	
Debentures 8ª Emissão - CPFP 28 - CDI	3.388	123.000	-	126.388	Sim	mar-17	Aval/Fiança	CDI	109,50%	fev-22	Semestral	fev-22	fev-22	Amortização: quatro parcelas (Fev/21 e Fev/22)	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	-	-	-	-
Debentures 8ª Emissão - CPFP 18 - IPCA	1.492	-	76.949	77.542	Sim	mar-17	Aval/Fiança	IPCA	5,29%	fev-22	Semestral	fev-23	fev-24	Amortização: quatro parcelas (Fev/23 e Fev/24)	Outro, especif. no cronograma	38.925	38.925	-	-	-	-	-	76.949
Debenture - CPFP A1	1.825	-	215.000	215.825	Sim	jun-19	Aval/Fiança	CDI	107,00%	mai-22	Semestral	mai-23	mai-24	Amortização: Duas parcelas (Mai/23 e Mai/24)	Outro, especif. no cronograma	107.500	107.500	-	-	-	-	-	215.000
Debenture - CPFP A0	5.100	-	237.400	242.500	Sim	set-18	Aval/Fiança	IPCA	5,80%	fev-22	Semestral	ago-24	ago-25	Amortização: Duas parcelas (Ago/24 e Ago/25)	Outro, especif. no cronograma	-	118.700	118.700	-	-	-	-	237.400
BNDES- FINEM - 18/19	480	33.042	181.733	215.256	Sim	dez-18	Aval/Fiança	IPCA	4,80%	jan-22	Semestral	jan-22	jun-28	Durante o período de carência: pagamento de Juros trimestral	Outro, especif. no cronograma	33.042	33.042	33.042	33.042	33.042	16.521	181.733	
BNDES- FINEM - 20/21 - Sub A	216	-	108.417	108.634	Sim	jun-20	Aval/Fiança	IPCA	4,27%	mar-22	Semestral	jul-23	jun-28	Mensal após 07/2023	Outro, especif. no cronograma	10.842	21.683	21.683	21.683	21.683	10.842	108.417	
BNDES- FINEM - 20/21 - Sub B	512	-	256.588	257.100	Sim	jun-20	Aval/Fiança	IPCA	4,27%	mar-22	Semestral	jul-28	jul-28	Amortização final (07/28)	Bullet (final)	-	-	-	-	-	256.588	256.588	
Lei 4131 - BNP Paribas	6.222	-	340.000	346.222	Sim	mar-21	Aval/Fiança	-	6,16%	mar-22	Semestral	mar-24	mar-24	Amortização final (03/24)	Bullet (final)	-	340.000	-	-	-	-	-	340.000
12ª Emissão - CPFP A2	1.621	-	293.125	294.746	Sim	mai-21	Aval/Fiança	IPCA	4,30%	mai-22	Semestral	mai-29	mai-31	Amortização: Três parcelas (Mai/29, Mai/30 e Mai/31)	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	-	293.125	293.125	
Lei 4131 - BNP Paribas	351	-	107.000	107.351	Sim	jul-21	Aval/Fiança	-	7,38%	jun-22	Semestral	jun-24	jun-24	Amortização final (06/24)	Outro, especif. no cronograma	-	107.000	-	-	-	-	-	107.000
Marcação a mercado	-	-	(76.701)	(76.701)	Sim	dez-21										-	-	(38.350)	(38.350)	-	-	-	(76.701)
Gastos com captação de empréstimos	-	(604)	-	(5.050)	Sim	dez-21										(867)	(867)	(867)	(867)	(867)	(717)	(5.050)	
Gastos com captação de debêntures	-	(69)	-	(10.852)	Sim	dez-21										(3.418)	(1.614)	(1.328)	(829)	(829)	(2.834)	(10.852)	
Total por Dívida	21.670	155.369	2.588.778	2.765.819																			
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	463	-	866.069	866.532																			
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	21.207	155.369	1.722.710	1.899.286																			

14.2 Abertura dos Ativos Financeiros:

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adim- plente?	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pqto Juros	Frequência Pqto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização									
													2023	2024	2025	2026	2027	2028+	Total			
Ativos Financeiros	182.648	178.441	361.089										-	20.557	154.222	3.662	-	-	-	-	-	178.441
Caixa e Aplicações Financeiras	182.648	178.441	361.089										-	20.557	154.222	3.662	-	-	-	-	-	178.441
Caixa e Equivalentes de Caixa (1101)	179.059	-	179.059										-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	3.589	-	3.589										-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Swap vinculado à debêntures - Goldman Sachs	-	8.667	8.667	Sim	CDI	104,30%	fev-22	Semestral	ago-24	ago-25	Amortização: duas parcelas (Ago/24 e Ago/25)	Outro, especif. no cronograma	-	4.333	4.333	-	-	-	-	-	-	8.667
Swap vinculado à debêntures - Goldman Sachs	-	32.448	32.448	Sim	CDI	104,30%	fev-22	Semestral	ago-24	ago-25	Amortização: duas parcelas (Ago/24 e Ago/25)	Outro, especif. no cronograma	-	16.224	16.224	-	-	-	-	-	-	32.448
Swap vinculado à dívida - Merrill Lynch	-	133.664	133.664	Sim	CDI	100,00%	mar-22	Trimestral	mar-25	mar-25	Amortização: única parcela em março 2025	Bullet (final)	-	-	133.664	-	-	-	-	-	-	133.664
Swap vinculado à dívida - Merrill Lynch	-	3.662	3.662	Sim	CDI	100,00%	mar-22	Trimestral	set-26	set-26	Amortização: única parcela em setembro 2026	Bullet (final)	-	-	-	3.662	-	-	-	-	-	3.662

14.3 Abertura dos Instrumentos Financeiros Derivativos:

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição / Contraparte	Data Início	Venci- mento	Custo Ponta Ativa	Custo Pon- ta Passiva	Valor Contratado	Valor Justo (*)
Swap - Debêntures - CPFPA0	ITAU	set-18	ago-25	IPCA + 5,80%	104,30% CDI	41.526	8.667
Swap - Debêntures - CPFPA0	ITAU	set-18	ago-25	IPCA + 5,80%	104,30% CDI	155.474	32.448
Swap - Lei 4131	Bank of America	mar-20	mar-25	EUR + 0,82%	100% CDI	419.760	133.664
Swap - Debêntures - CPFPA2	ITAU	mai-21	mai-31	IPCA + 4,3%	111,07% CDI	274.000	(9.724)
Swap - Lei 4131	BNP	mar-21	mar-24	BRL + 6,1574%	100% CDI	340.000	(25.358)
Swap - Lei 4131	BNP	jul-21	jun-24	BRL + 8,68%	100% CDI	107.000	(5.743)
Swap - Lei 4131	Bank of America	set-21	set-26	USD + 2,2824%	100% CDI	200.000	3.662
Swap - Lei 4131	Scotiabank	out-21	out-23	USD + 0,7820%	100% CDI	121.000	(2.939)
Total						1.658.760	134.677

(*) positivo derivativo Ativo, negativo derivativo Passivo

14.4 Composição do Endividamento e Dívida Líquida:

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	31/12/2021	31/12/2020
Dívida Bruta	21.670	314.013	2.933.871	3.269.554	2.812.346
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	463	-	866.069	866.532	994.650
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	21.207	155.370	1.722.710	1.899.286	1.154.181
Fundo de Pensão (*)	-	114.879	345.092	459.970	563.509
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	100.006
Derivativos a pagar	-	43.764	-	43.764	-
(-) Ativos Financeiros	-	(182.648)	(178.441)	(361.089)	(795.150)
Alta Liquidez	-	(179.059)	-	(179.059)	(438.679)
Demais Aplicações Financeiras	-	(3.589)	-	(3.589)	-
Derivativos a receber	-	-	(178.441)	(178.441)	(356.471)
Dívida Líquida	21.670	131.365	2.755.430	2.908.465	2.017.196

(*) O saldo das linhas Benefício Pós-Emprego, no valor total de R\$ 460.564 (R\$ 564.103 em 31 de dezembro de 2020), inclui Outras contribuições no valor de R\$ 594 (R\$ 594 em 31 de dezembro de 2020).

14.5 Movimentações dos Empréstimos e financiamentos:

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	354.582	212.520	(31.315)	63.637	-	(18.436)	580.989
Mensuradas ao valor justo							
Pré Fixado	-	447.000	-	20.694	-	(14.121)	453.573
Marcação a mercado	-	-	-	(35.122)	-	-	(35.122)
Total moeda nacional	354.582	659.520	(31.315)	49.210	-	(32.557)	999.441
Gastos com captação (*)	(6.521)	-	-	867	-	-	(5.654)
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	303.337	321.000	(323.615)	4.268	37.733	(5.671)	337.052
Euro	725.726	-	(151.575)	4.503	(4.780)	(4.622)	569.252
Marcação a mercado	(34.414)	-	-	(5.359)	-	-	(39.773)
Total moeda estrangeira	994.650	321.000	(475.190)	3.412	32.953	(10.293)	866.532
Mútuos	100.006	-	(104.387)	4.381	-	-	-
Total	1.442.718	980.520	(610.892)	57.870	32.953	(42.850)	1.860.319
Circulante	482.829						40.683
Não circulante	959.888						1.819.635

Modalidade	Saldo em 31/12/2019	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2020
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	41.978	-	(41.907)	889	-	(960)	-
Pós Fixado							
TJLP	28.769	-	(28.677)	1.048	-	(1.140)	-
IPCA	236.899	127.000	(21.941)	26.378	-	(13.754)	354.582
Selic	22.127	-	(22.486)	670	-	(311)	-
Total ao custo	329.774	127.000	(115.010)	28.985	-	(16.165)	354.582
Gastos com captação (*)	(5.659)	(2.142)	-	1.280	-	-	(6.521)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	511.890	-	(333.465)	12.840	125.822	(13.751)	303.337
Euro	106.083	419.760	-	4.174	199.737	(4.028)	725.726
Marcação a mercado	(4.143)	-	-	(30.271)	-	-	(34.414)
Total ao valor justo	613.830	419.760	(333.465)	(13.256)	325.560	(17.779)	994.650
Mútuos	-	100.006	-	-	-	-	100.006
Total	937.945	644.624	(448.475)	17.008	325.560	(33.944)	1.442.717
Circulante	334.332						482.829
Não Circulante	603.613						959.888

(*) Referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

14.6 Condições restritivas dos empréstimos e financiamentos:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.S. ("CPFL Energia"). Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso, com base nas demonstrações financeiras societárias. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2021.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras societária da Companhia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras societárias consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

14.7 Movimentações das Debêntures:

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	503.127	-	(162.415)	16.282	(13.781)	343.213
IPCA	70.202	-	-	11.022	(3.683)	77.542
Total ao custo	573.329	-	(162.415)	27.304	(17.464)	420.756
Gastos com captação (*)	(4.421)	(8.364)	-	1.864	-	(10.921)
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	219.610	274.000	-	62.236	(18.600)	537.245
Marcação a mercado	17.602	-	-	(59.182)	-	(41.579)
Total ao valor justo	237.212	274.000	-	3.054	(18.600)	495.665
Total	806.120	265.636	(162.415)	32.223	(36.064)	905.500
Circulante	170.604					136.357
Não circulante	635.516					769.143

Modalidade	Saldo em 31/12/2019	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2020
Mensuradas ao custo					
Pós fixado					
CDI	548.025	(39.415)	15.391	(20.874)	503.127
IPCA	67.256	-	6.437	(3.491)	70.202
Total ao custo	615.281	(39.415)	21.828	(24.364)	573.329
Gastos com captação (*)	(5.821)	-	1.400	-	(4.421)
Mensuradas ao valor justo					
Pós fixado					
IPCA	210.401	-	21.146	(11.937)	219.610
Marcação a mercado	22.313	-	(4.711)	-	17.602
Total ao valor justo	232.714	-	16.435	(11.937)	237.212
Total	842.174	(39.415)	39.663	(36.301)	806.120
Circulante	53.281				170.604
Não circulante	788.893				635.516

(*) Referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

14.8 Condições restritivas das debêntures:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso, com base nas demonstrações financeiras societárias. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2021.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras societárias consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis regulatórias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(15) BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados com as seguintes características:

15.1 Características:

A Companhia, no contexto do processo de cisão da Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora da Companhia), assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados e desligados daquela empresa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que lhe foram transferidos.

Em 2 de abril de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar - "SPC", aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um "Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado - BSPS", e um "Plano de Benefícios Misto", com as seguintes características:

- (iv) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de março de 1998 - plano de benefício saldado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado ("BSPS") na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- (v) Plano de Benefício Definido - vigente após 31 de março de 1998 - plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é paritária entre a Companhia e os participantes.
- (vi) Plano de Contribuição Variável - implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente, para os gestores da Companhia há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

15.2 Movimentações dos planos de benefício definido:

	31/12/2021	31/12/2020
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	2.021.407	2.047.884
Valor justo dos ativos do plano	<u>(1.561.436)</u>	<u>(1.484.375)</u>
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	<u>459.971</u>	<u>563.509</u>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos e passivos do plano são como segue:

	Passivo	Ativo
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2019	1.773.089	(1.353.050)
Custo do serviço corrente bruto	7.565	-
Rendimento esperado no exercício	-	(104.675)
Juros sobre obrigação atuarial	130.848	-
Contribuições de participantes vertidas no exercício	1.942	(1.942)
Contribuições de patrocinadoras	-	(37.741)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(714)	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	239.764	-
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	(91.577)
Benefícios pagos no exercício	(104.610)	104.610
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2020	2.047.884	(1.484.375)
Custo do serviço corrente bruto	9.324	-
Rendimento esperado no exercício	-	(112.568)
Juros sobre obrigação atuarial	153.225	-
Contribuições de participantes vertidas no exercício	1.656	(1.656)
Contribuições de patrocinadoras	-	(89.074)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(1.508)	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(58.827)	-
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	(4.110)
Benefícios pagos no exercício	(130.347)	130.347
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2021	2.021.407	(1.561.436)

15.3 Movimentações dos passivos registrados:

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo atuarial líquido no início do exercício	563.507	420.039
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	49.981	33.738
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(89.074)	(37.741)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(1.508)	(714)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(58.827)	239.764
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(4.110)	(91.577)
Passivo atuarial líquido no final do exercício	459.971	563.509
Outras contribuições	594	594
Total do passivo	460.564	564.103
Circulante	117.395	41.919
Não circulante	343.169	522.184

15.4 Contribuições e benefícios esperados:

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2022 estão apresentadas no montante de R\$ 121.520.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

Ano de pagamento	
2022	147.461
2023	152.868
2024	158.918
2025	164.879
2026 a 2028	1.109.625
Total	1.733.751

Em 31 de dezembro de 2021, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 10,32 anos.

15.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada:

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2022 e as despesas reconhecidas em 2021 e 2020 são como segue:

	2022	2021	2020
	Estimadas	Realizadas	Realizadas
Custo do serviço	8.032	9.324	7.565
Juros sobre obrigações atuariais	183.514	153.225	130.848
Rendimento esperado dos ativos do plano	(145.986)	(112.568)	(104.675)
Total da despesa (receita)	45.560	49.981	33.738

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	31/12/2021	31/12/2020
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	9,41% a.a.	7,72% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	9,41% a.a.	7,72% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,55% a.a.	6,14% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	3,75% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	4,00% a.a.	3,75% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-30)	Light fraca (-30)
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

15.6 Ativos do plano:

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 administrados pela Vivest. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2022, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2021.

A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	2021	2020
Renda fixa	71%	78%
Títulos públicos federais	37%	61%
Títulos privados (instituições financeiras)	1%	1%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	0%
Fundos de investimento multimercado	1%	2%
Outros investimentos de renda fixa	30%	14%
Renda variável	26%	18%
Fundos de investimento em ações	26%	18%
Investimentos estruturados	0%	1%
Fundos de investimento multimercado	1%	1%
Cotados em mercado ativo	98%	97%
Imóveis	0%	1%
Operações com participantes	2%	1%
Não cotados em mercado ativo	2%	3%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	Meta 2022
Renda Fixa	66,7%
Renda variável	29,6%
Imóveis	1,1%
Empréstimos e financiamentos	2,5%
Investimentos no exterior	0,1%
	100,0%

A meta de alocação para 2022 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest, efetuada ao final de 2021 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2022, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para a Vivest atingir os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de *Asset Liability Management* – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) do plano previdenciário administrado pela Vivest.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos (isto é, a alocação de médio e longo prazo), que compreende as participações alvo nos segmentos nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de portfólios eficientes. O exercício matemático considera as projeções de risco e retorno juntamente com as particularidades do plano, tal como a existência de passivos (seu fluxo e sua *duration*) e as necessidades de retorno, de sustentabilidade e de liquidez do plano. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nos diferentes segmentos nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos do plano, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial do plano e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício.

15.7 Análise de sensibilidade:

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33.

- Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 52.805 (redução de R\$ 50.481).
- Se a tábua de biométrica de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 39.962 (redução de R\$ 40.829).

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 9,41% a.a.. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 9,16% a.a. e 9,66% a.a..

As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

15.8 Risco de investimento:

O plano de benefício da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

O plano de benefício da Companhia tem sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Vivest o que ocorre ao menos trimestralmente.

A Vivest utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco (“VaR”), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse (“*Stress Test*”).

A Política de Investimentos da Vivest determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelece a estratégia do plano, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis regulatórias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(16) ENCARGOS SETORIAIS

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	570	425	-	-
Conta de desenvolvimento energético - CDE	8.316	-	-	-
Bandeiras tarifárias e outros	86.406	15.603	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	84.484	66.317	1.230	911
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	32.310	39.312	3.522	487
EPE / FNDCT	1.264	1.165	-	-
Total	213.350	122.823	4.752	1.398

Bandeiras tarifárias e outros: o saldo de 31 de dezembro de 2021 refere-se, basicamente, à bandeira tarifária (vermelha - escassez hídrica) faturada em dezembro de 2021 e ainda não homologada. O saldo de 31 de dezembro de 2020 refere-se, basicamente, à bandeira tarifária (vermelha - patamar 2) faturada em dezembro de 2020 e homologada pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”) no primeiro trimestre de 2021.

Programas de eficiência energética – PEE e pesquisa e desenvolvimento – P&D: a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente, em cumprimento a Medida Provisória nº 998/2020, convertida na Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021, estabelece que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os Programas de P&D e Eficiência Energética, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Os recolhimentos a CDE serão realizados no dia 10 de cada mês, sendo que o primeiro recolhimento será realizado no mês de abril de 2021.

(17) TRIBUTOS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	135.308	133.595
Programa de integração social - PIS	2.820	5.305
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	13.314	24.547
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	9.809	7.191
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	4.094	1.927
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	1.065	4.975
Outros	6.315	5.939
Total	<u>172.726</u>	<u>183.479</u>

(18) PROVISÃO PARA LITÍGIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	Provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais e cauções	Provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais e cauções
Trabalhistas	29.856	7.351	30.870	8.663
Cíveis	15.675	10.740	16.548	11.322
Fiscais	179.576	193.909	162.189	178.284
Imposto de renda	172.063	173.989	158.239	170.411
Contribuição social	6.777	-	3.720	-
Outras	736	19.920	230	7.873
Outros	963	-	1.046	54
Total	<u>226.069</u>	<u>212.000</u>	<u>210.654</u>	<u>198.323</u>

A movimentação das provisões para litígios está demonstrada a seguir:

	<u>Saldo em 31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>
Trabalhistas	30.870	6.272	(3.147)	(7.462)	3.323	29.856
Cíveis	16.548	13.244	(4.067)	(12.849)	2.798	15.675
Fiscais	162.189	14.125	(111)	-	3.374	179.576
Outros	1.046	-	(124)	-	40	963
Total	<u>210.654</u>	<u>33.641</u>	<u>(7.449)</u>	<u>(20.311)</u>	<u>9.535</u>	<u>226.069</u>

As provisões para litígios fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- e. **Trabalhistas:** as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- f. **Cíveis:** as principais causas cíveis relacionam-se a danos pessoais, como pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- g. **Fiscais:**
Imposto de renda: a Companhia mantém provisão de R\$ 172.063 (R\$ 158.239 em 31 de dezembro de 2020) referente a ação judicial visando a dedutibilidade fiscal da CSLL no cálculo do IRPJ.
Outros: refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS.
- h. **Outros:** refere-se principalmente a ações relacionadas à natureza regulatória.

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis estavam assim representadas:

	31/12/2021	31/12/2020	Principais causas:
Trabalhistas	45.216	65.598	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	378.532	297.863	Ações indenizatórias, danos elétricos, revisão de contratos e ações possessórias
Fiscais	319.682	327.353	Imposto de renda e contribuição social
Fiscais - outros	298.666	267.754	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	3.175	3.178	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	1.045.271	961.747	

Em relação às contingências trabalhistas o Supremo Tribunal Federal reafirmou em dezembro a aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após o ajuizamento das ações, mantendo modulação dos efeitos da decisão, conforme andamento processual, respaldando os pagamentos já realizados com a atualização pela TR. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia permanece acompanhando a aplicação das decisões do STF aos seus casos até que sobrevenha solução legislativa para alteração da TR.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(19) OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Consumidores e concessionárias	22.018	26.528	-	-
Fundo de reversão	1.486	1.527	6.352	7.879
Adiantamentos	49.503	30.582	1.729	2.376
Descontos tarifários - CDE	-	12.077	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	146	496	-	-
Convênios de arrecadação	19.813	17.402	-	-
Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica a receber (nota 11)	69.165	-	-	-
Outros	3.339	3.803	4.702	3.170
Total	165.471	92.416	12.783	13.425

Consumidores e concessionárias: referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos.

Fundo de reversão: refere-se a recursos derivados da reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/1957), aplicado pela Companhia na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorreria de acordo com determinações do poder concedente. Através do Decreto Lei nº 9.022/2017 foi determinado que mensalmente, a Companhia a partir de janeiro de 2018, deveria amortizar integralmente os débitos com o fundo até dezembro de 2026.

Adiantamentos: referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes.

Descontos tarifários – CDE: refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE.

Convênios de arrecadação: referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

(20) OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2021
Em serviço	948.666	2.061	25.996	976.723	28.057	(345.263)	631.460
Participação da União, Estados e Municípios	29.368	-	-	29.368	-	(10.362)	19.006
Participação Financeira do Consumidor	372.244	1	7.558	379.802	7.558	(121.753)	258.050
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	358.888	-	18.439	377.327	18.439	(145.388)	231.938
Programa de Eficiência Energética - PEE	10.823	-	-	10.823	-	(5.196)	5.627
Pesquisa e Desenvolvimento	31.193	2.060	-	33.254	2.060	(16.503)	16.750
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	6.280	-	-	6.280	-	(2.243)	4.037
Outros	139.870	-	-	139.870	-	(43.818)	96.052
Ultrapassagem de demanda	41.871	-	-	41.871	-	(12.562)	29.309
Excedente de reativos	97.998	-	-	97.998	-	(31.256)	66.743
(-) Amortização Acumulada - AIS	(309.526)	(35.736)	-	(345.263)	(35.736)		
Participação da União, Estados e Municípios	(9.312)	(1.049)	-	(10.362)	(1.049)		
Participação Financeira do Consumidor	(108.386)	(13.367)	-	(121.753)	(13.367)		
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(131.156)	(14.232)	-	(145.388)	(14.232)		
Programa de Eficiência Energética - PEE	(4.769)	(426)	-	(5.196)	(426)		
Pesquisa e Desenvolvimento	(15.067)	(1.436)	-	(16.503)	(1.436)		
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	(2.012)	(230)	-	(2.243)	(230)		
Outros	(38.823)	(4.995)	-	(43.818)	(4.995)		
Ultrapassagem de demanda	(11.067)	(1.495)	-	(12.562)	(1.495)		
Excedente de reativos	(27.756)	(3.500)	-	(31.256)	(3.500)		
Em curso	51.760	27.018	(25.996)	52.782	1.022	-	52.782
Participação Financeira do Consumidor	8.769	(4)	(256)	8.509	(260)	-	8.509
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	3.946	18.622	(18.439)	4.129	183	-	4.129
Valores Pendentes de Recebimento	39.045	8.401	(7.302)	40.144	1.099	-	40.144
Total	690.900	(6.657)	-	684.243	(6.657)	(345.263)	684.243

O saldo da reavaliação regulatória das obrigações especiais, bem como a taxa média de amortização são conforme o quadro abaixo:

	31/12/2021			
	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Total
Em serviço	3,80%	633.853	342.870	976.723
Participação da União, Estados e Municípios		18.627	10.741	29.368
Participação Financeira do Consumidor		246.310	133.492	379.802
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		248.542	128.785	377.327
Programa de Eficiência Energética - PEE		6.805	4.018	10.823
Pesquisa e Desenvolvimento		21.674	11.580	33.254
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		3.949	2.331	6.280
Outros		87.946	51.924	139.870
Ultrapassagem de demanda		26.327	15.544	41.871
Excedente de reativos		61.618	36.380	97.998
(-) Amortização Acumulada		(208.743)	(136.520)	(345.263)
Participação da União, Estados e Municípios		(4.214)	(6.147)	(10.362)
Participação Financeira do Consumidor		(63.020)	(58.733)	(121.753)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		(87.243)	(58.145)	(145.388)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(3.397)	(1.799)	(5.196)
Pesquisa e Desenvolvimento		(10.356)	(6.147)	(16.503)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		(1.208)	(1.035)	(2.243)
Outros		(39.304)	(4.513)	(43.818)
Ultrapassagem de demanda		(11.211)	(1.351)	(12.562)
Excedente de reativos		(28.093)	(3.162)	(31.256)
Total		425.110	206.350	631.460

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no Patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00
Total	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00

21.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA, apurados através das Demonstrações Financeiras societárias.

Ao longo de 2021, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,67 vezes o EBITDA em 2021 (2,23 vezes em 2020), no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, maior do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

21.2 Aumento de capital

Na AGE de 29 de abril de 2021 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 4.588, referente capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2020 sem emissão de novas ações.

21.3 Dividendos e Juros sobre o capital próprio (“JCP”)

Na AGO de 29 de abril de 2021 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2020, através de (i) juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 33.166 (R\$ 28.191 líquido de IRRF) declarado em novembro de 2020, e (ii) declaração de dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 63.690.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2021:

- Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 18.403 (R\$ 15.643 líquido de IRRF), os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2021, aprovado em AGE de 26 de agosto de 2021;
- Dividendo intermediário no montante de R\$ 200.000, os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2021, utilizando-se da Reserva Estatutária de Reforço de Capital de Giro, aprovado em AGE de 7 de outubro de 2021;
- Dividendo intermediário no montante de R\$ 75.000, os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2021, aprovado em AGE de 14 e 20 de dezembro de 2021;
- Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 7.101 (R\$ 6.037 líquido de IRRF), os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2021, aprovado em AGE de 31 de dezembro de 2021;
- Dividendo adicional proposto no montante de R\$ 393.928, que será deliberado na Assembleia geral ordinária em abril de 2022.

No exercício de 2021, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 639.020 referente a dividendos e juros sobre capital próprio.

21.4 Reserva de capital

Refere-se basicamente ao “Benefício Fiscal do Intangível Incorporado” oriundo da incorporação da antiga controladora DRAFT I Participações S/A, conforme mencionado na nota 10.1.

21.5 Outros resultados abrangentes

É composto por:

- reserva de reavaliação no montante de R\$ 434.665 (R\$ 477.346 em 31 de dezembro de 2020), líquido de imposto de renda e contribuição social, correspondente aos efeitos registrados relativos ao reconhecimento da base de remuneração regulatória de acordo com a Resolução Normativa da ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010.
- entidade de previdência privada com saldo devedor de R\$ 418.144 (R\$ 425.710 em 31 de dezembro de 2020), líquido de imposto de renda e contribuição social, de acordo com o CPC 33 (R2).

21.6 Reserva de lucros

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 110.664, que compreende:

- reserva legal de R\$ 39.997: constituição de R\$ 5.965 em 2021 para resultar no total de reserva, considerando reserva de capital e reserva legal, correspondente ao limite de 30% do capital social.
- reserva estatutária de reforço de capital de giro R\$ 70.667: constituída em 2020 no montante de R\$ 270.667 devido ao cenário macroeconômico e as incertezas quanto à hidrologia na época, sendo que o valor de R\$ 200.000 foi liquidado durante o exercício de 2021 como dividendo intermediário.

21.7 Destinação do lucro líquido societário do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2021
Lucro líquido societário do exercício	500.398
Reserva Legal	(5.965)
Dividendo intermediário	(75.000)
Juros sobre o capital próprio	(25.506)
Dividendo adicional proposto	(393.928)

(22) RECEITA

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh		R\$ Mil	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Fornecimento - Faturado	1.869.269	1.827.407	7.455.020	7.328.521	3.216.818	2.460.200
Residencial	1.761.370	1.719.513	4.226.322	4.141.002	1.871.410	1.436.672
Industrial	6.367	6.253	791.541	777.643	348.062	268.594
Comercial	82.331	82.427	1.605.467	1.590.503	698.886	543.545
Rural	7.069	7.230	111.588	113.809	37.393	27.663
Poder público	8.379	8.292	180.604	170.593	76.421	55.448
Iluminação pública	2.448	2.415	315.220	319.766	93.027	61.423
Serviço público	1.305	1.277	224.279	215.205	91.621	66.855
Consumo próprio	151	152	5.699	6.017	-	-
Suprimento Faturado/ Energia de curto prazo			2.130.926	3.077.204	540.568	521.364
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado					3.637.991	3.080.937
Consumidores Cativos					2.448.247	2.125.770
Consumidores Livres					1.189.744	955.167
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					(24.943)	46.015
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais					518.945	365.293
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva					567.790	260.907
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução					71.109	13.770
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.					(119.954)	90.616
Outras Receitas Vinculadas					277.463	160.474
Serviços Cobráveis					11.217	9.046
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					266.246	151.428
Total	1.869.420	1.788.719	9.591.646	10.582.999	8.166.841	6.634.282

22.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos:

No procedimento de regulação tarifária ("PRORET"), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN da ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária.

Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de maio de 2015, essa obrigação especial passou a ser amortizada, e os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET.

Em função do 5º ciclo de revisão tarifária periódica da Companhia, o valor constituído de maio de 2015 a abril de 2019 passou a ser amortizado, e os novos valores continuam a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais e somente serão amortizados quando da homologação do 6º ciclo de revisão tarifária periódica.

Em 7 de fevereiro de 2012 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("ABRADEE") conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. A Companhia está aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) passivos financeiros setoriais e (ii) obrigações especiais as quais estão sendo amortizadas e apresentadas líquido no passivo Obrigações vinculadas à concessão do serviço, em atendimento ao CPC 25.

22.2 Revisão Tarifária Periódica ("RTP") e Reajuste Tarifário Anual ("RTA"):

Em 21 de outubro de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória ("REH") nº 2.966, relativo ao resultado do RTA de 2021, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 23 de outubro de 2021, em +14,78%, sendo +8,17% referentes ao reajuste tarifário econômico e +6,62% relativos

aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de +12,40%, tendo em vista a retirada dos componentes financeiros do ano anterior da base tarifária.

Em 20 de outubro de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.792, relativo ao resultado da RTA de 2020, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 23 de outubro de 2020, em +18,31%, sendo +15,76% referentes ao reajuste tarifário econômico e +2,55% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total percebido pelos consumidores é de +9,82%. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2020 a 22 de outubro de 2021.

22.3 Aporte CDE - Baixa renda e demais subsídios tarifários:

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2021, foi registrada receita de R\$ 197.079 (R\$ 151.428 em 2020), sendo (i) R\$ 19.966 (R\$ 22.473 em 2020) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 142.080 (R\$ 115.330 em 2020) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 35.033 (R\$ 13.625 em 2020) de subvenção CCRBT.

22.4 Conta de desenvolvimento energético – (“CDE”):

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.814, de 01 de dezembro de 2020 e REH nº 2.833, de 17 de fevereiro de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE, relativas à competência de janeiro e fevereiro de 2021, respectivamente.

A REH nº 2.834, de 02 de março de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE, com vigência a partir da competência de março de 2021 até a aprovação do orçamento anual da CDE 2021 e respectivas quotas anuais.

A REH nº 2.864, de 05 de maio de 2021, efetuou a homologação definitiva das quotas de 2021.

Criada por meio da REN nº 885, de 23 de junho de 2020, a Conta-Covid teve suas quotas homologadas por meio do despacho nº 181 de 26 de janeiro de 2021, posteriormente retificadas por meio do despacho nº 939 de 05 de abril de 2021, os valores são pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário da distribuidora.

(23) CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS DA PARCELA A

	MWh		R\$ mil	
	2021	2020	2021	2020
<u>Energia comprada para revenda</u>				
Energia de Itaipu Binacional	1.972.910	2.058.574	687.923	702.393
PROINFRA	180.901	189.806	63.077	47.457
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	8.839.805	9.636.095	2.722.568	2.123.898
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(309.477)	(257.792)
Subtotal	10.993.617	11.884.475	3.164.091	2.615.957
<u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u>				
Encargos da rede básica			480.603	428.459
Encargos de transporte de itaipu			56.836	60.178
Encargos de conexão			28.281	27.944
Encargos de uso do sistema de distribuição			20.978	16.935
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			363.778	23.278
Encargos de energia de reserva - EER			29.259	41.543
Crédito de PIS e COFINS			(90.623)	(55.344)
Subtotal			889.112	542.994
Total			4.053.203	3.158.950

(*) Conta de Energia de Reserva

O aumento no ESS líquido do repasse do CONER representa principalmente o aumento expressivo no custo com segurança energética para fazer frente ao cenário energético desfavorável em 2021.

(24) PESSOAL E ADMINISTRADORES

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Pessoal</u>		
Remuneração	87.906	80.109
Encargos	24.015	22.252
Previdência privada - Corrente	2.256	2.270
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	49.827	33.577
Programa de demissão voluntária	6	-
Despesas rescisórias	4.092	3.968
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	13.098	14.216
Outros benefícios - Corrente	29.748	24.443
Outros	1.142	1.351
Subtotal	<u>212.090</u>	<u>182.187</u>
<u>Administradores</u>		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	3.343	4.477
Benefícios dos administradores	1.352	2.639
Subtotal	<u>4.695</u>	<u>7.116</u>
Total	<u>216.786</u>	<u>189.303</u>

(25) RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Receitas</u>		
Rendas de aplicações financeiras	17.901	13.793
Acréscimos e multas moratórias	53.545	49.144
Atualização de créditos fiscais	15.029	3.526
Atualização de depósitos judiciais	4.853	2.923
Atualizações monetárias e cambiais	91.853	392.213
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	5.198	2.464
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	34.330	15.199
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(8.239)	(5.419)
Outros	9.093	8.129
Total	<u>223.564</u>	<u>481.971</u>
<u>Despesas</u>		
Encargos de dívidas	(96.440)	(70.081)
Atualizações monetárias e cambiais	(150.709)	(372.105)
(-) Juros capitalizados	3.676	2.871
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	(14.574)	(9.827)
Outros	(16.793)	(11.017)
Total	<u>(274.841)</u>	<u>(460.159)</u>
Resultado Financeiro	<u>(51.276)</u>	<u>21.812</u>

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,09% a.a. em janeiro e fevereiro e 7,02% a.a. a partir de março de 2021 (8,09% a.a. em 2020) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 47.145 (ganhos de R\$ 332.075 em 2020) (nota 29).

(26) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2021, as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.: Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.
- ESC Energia S.A.: Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- **Imobilizado, intangível, materiais e prestação de serviços:** refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.
- **Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos:** a Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Vivest, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, na nota 15 – Benefício pós-emprego.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração em 2021, conforme requerido pela Deliberação CVM n° 642/2010 e CPC 05 (R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 4.695 (R\$ 7.116 em 2020). Este valor é composto por R\$ 3.940 (R\$ 6.204 em 2020) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 134 (R\$ 208 em 2020) de benefícios pós-emprego e R\$ 621 (R\$ 704 em 2020) de Outros Benefícios de Longo Prazo, e referem-se a valores registrados pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China), referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia são como seguem:

Empresas	Passivo		Despesa/custo	
	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
Encargos - Rede básica				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	55.915	49.089
Imobilizado, materiais e prestação de serviço				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	18,3758	134	13.989	1.125

Transações envolvendo entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto da CPFL Energia:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020	2021	2020
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	2	-	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	1.474	1.283	1.056	1.045	-	-	(3.999)	(1.964)
Companhia Jaguarí de Energia	499	426	86	117	-	-	(4.490)	(3.968)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	1.458	1.540	98	107	-	-	(17.819)	(16.834)
CPFL Energia S.A.	52	67	-	-	-	-	(642)	(666)
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	3	-	-	-	(70)	(25)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	1	-	8	-	-	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	1	1	-	-	-	-	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	24	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	1.225	990
CPFL Renováveis - Consolidado	84	-	-	-	192	158	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	-	1	-	-
Contrato de Mútuo								
CPFL Energia S.A. (*)	-	-	-	100.006	-	-	4.381	8
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	6.037	348.377	-	-	-	-
Imobilizado, ativo contratual, materiais e prestação de serviço								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	1.614	-	-	-	-	-	-
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	1	1	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (**)	1.146	476	11.763	9.034	1	-	21.445	20.746
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	664	898	-	-	11.007	8.901
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	356	335	-	-	3.907	3.659
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	8	-	-	109	75	-	-
CPFL Telecom S.A.	2	2	-	-	-	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	70	-	-	2.725	4.200
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	168	181	-	-	2.328	2.107
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	162	166	-	-	2.109	1.867
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda.	113	-	241	149	-	-	2.822	1.901
FINERGY Sociedade de Crédito Direto S.A.	-	-	11	-	1	-	1	-
Compra e venda de energia e encargos								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	18	1.885	3.231	-	-	20.736	16.719
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	63.603
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	4	3	-	-	40	38
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	10.904	8.759	-	-	120.621	34.920
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	107	97	-	-	1.031	991
Campos Novos Energia S.A.	-	-	31.376	26.882	-	-	166.010	138.138
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	7.971	6.384	-	-	78.748	66.103
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	19.593	15.847	-	-	191.015	161.625
CPFL Renováveis - Consolidado	33	72	11.339	9.240	-	-	113.242	33.685
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	40	36
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	44	40
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	1	-	-	-	-	-	-
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T	-	-	480	-	-	-	1.430	-
Outras operações financeiras								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	160	-	-	(135)
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	-	-	-	(2)
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	446	914

(*) O saldo de mútuo passivo, no montante de R\$ 100.006 em 31 de dezembro de 2020, refere-se ao mútuo entre a controladora CPFL Energia com vencimento até 30 de dezembro de 2022, e remunerado a 107% do CDI ao ano. O mútuo foi quitado antecipadamente em dezembro de 2021.

(**) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como Ativo contratual da Companhia o montante de R\$ 51.804 no exercício de 2021 (R\$ 43.579 em 2020), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(27) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2021
Ativo imobilizado	Riscos nomeados	127.000
Transporte	Transporte nacional	73.858
Responsabilidade civil	Geral e Riscos Ambientais	35.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	205.599
Garantia	Seguro Garantia	129.886
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
Total		721.343

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

(28) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO (Data Protection Officer), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites.
- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração.
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Energia para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos. Adicionalmente, orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de risco definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;

- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia desta Política e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos da Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposta, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos da Companhia e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 29. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 29.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

Risco de sub/sobrecontratação: Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2021 se observou uma sequência de hidrologia desfavorável, sendo a pior do histórico para o período de abril a setembro, o que acarretou uma série de ações mitigatórias, pelo governo, quanto ao risco de suprimento.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas

cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis regulatórias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria	Mensuração	Nível(*)	31/12/2021	
					Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(b)	Nível 1	179.059	179.059
Investimentos temporários	8	(a)	(b)	Nível 1	3.589	3.589
Instrumentos financeiros derivativos	29	(a)	(b)	Nível 2	178.441	178.441
Total					361.089	361.089
Passivo						
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(b)	(a)	Nível 2 (***)	575.335	575.335
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	14	(a)	(b)	Nível 2	1.284.983	1.284.983
Debêntures - principal e encargos	14	(b)	(a)	Nível 2 (***)	409.835	405.822
Debêntures - principal e encargos (**)	14	(a)	(b)	Nível 2	495.665	495.665
Instrumentos financeiros derivativos	29	(a)		Nível 2	43.764	43.764
Total					2.809.582	2.805.569

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho R\$ 99.662 em 2021 (R\$ 34.982 em 2020).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1).

Legenda

Categoria

- (a) - Valor justo contra o resultado
- (b) - Outros passivos financeiros

Mensuração

- (a) - Mensurado ao custo amortizado
- (b) - Mensurado ao valor justo

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações contábeis regulatórias, são:

- a) Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- b) Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) encargos setoriais, (iii) consumidores e concessionárias a pagar, (iv) FNDCT/EPE/PROCEL, (v) convênios de arrecadação, (vi) descontos tarifários – CDE, (vii) passivo financeiro setorial, (viii) fundo de reversão e (ix) mútuo.

Adicionalmente, não houve em 2021 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Instrumentos Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moody's ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2021 e 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos (*)	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nominal
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	133.664		133.664	148.233	(14.569)	Euro + 0,70%	CDI + 0,83%	mar/2025	419.760
Empréstimos bancários - Lei 4.131	3.662	(2.939)	722	13.140	(12.418)	USD + 1,94%	CDI + 1,15%	set/2026	321.000
	<u>137.326</u>	<u>(2.939)</u>	<u>134.386</u>	<u>161.373</u>	<u>(26.986)</u>				
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	41.115	(9.724)	31.391	57.698	(26.307)	IPCA + 4,30% a 5,80%	104,3% a 111,07% do CDI	ago/2024 a mai/2031	471.000
Empréstimos bancários - Lei 4.131	(31.101)	(31.101)	(31.101)	(547)	(30.554)	6,16% a 7,38%	CDI + 0,69% a 0,88%	mar/2024 a jun/2024	447.000
	<u>41.115</u>	<u>(40.825)</u>	<u>290</u>	<u>57.151</u>	<u>(56.861)</u>				
Total	<u>178.441</u>	<u>(43.764)</u>	<u>134.677</u>	<u>218.524</u>	<u>(83.847)</u>				
Não circulante	178.441	(43.764)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 14.

(*) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nominal refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	<u>Saldo em 31/12/2020</u>	<u>Atualização monetária e cambial e marcação a mercado</u>	<u>Liquidação</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>
Para dívidas designadas a valor justo	332.314	60.860	(174.650)	218.524
Marcação a mercado (*)	24.158	(108.005)	-	(83.847)
Total	356.471	(47.145)	(174.650)	134.676
Ativo circulante	156.491			-
Ativo não circulante	199.980			178.441
Passivo circulante	-			-
Passivo não circulante	-			(43.764)

(*) Os efeitos no resultado de 2021 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.

	<u>Saldo em 31/12/2019</u>	<u>Atualização monetária e cambial e marcação a mercado</u>	<u>Liquidação</u>	<u>Saldo em 31/12/2020</u>
Para dívidas designadas a valor justo	104.293	342.169	(114.149)	332.314
Marcação a mercado (*)	34.253	(10.095)	-	24.158
Total	138.545	332.075	(114.149)	356.471
Ativo circulante	54.291			156.491
Ativo não circulante	86.166			199.980
Passivo circulante	(1.912)			-

(*) Os efeitos no resultado de 2020 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.

A Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2021 e 2020, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado financeiro registrados na rubrica de atualizações monetárias e cambiais:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Varição de taxas de juros	48.012	15.466
Marcação a mercado	(91.541)	1.334
Varição cambial	12.848	326.703
Marcação a mercado	(16.464)	(11.429)
Total	(47.145)	332.075

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

d) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores

atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

d.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2021 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(320.251)		(33.698)	54.789	143.277
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	335.589		35.312	(57.413)	(150.138)
	15.336	baixa dólar	1.614	(2.624)	(6.861)
Instrumentos financeiros passivos	(546.279)		(63.281)	89.109	241.499
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	564.298		65.368	(92.049)	(249.465)
	18.019	baixa euro	2.087	(2.940)	(7.966)
Total	33.355		3.701	(5.564)	(14.827)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2021 foi de R\$ 5,58 para o dólar e R\$ 6,33 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 6,17 e R\$ 7,06 e a depreciação cambial de 10,52% e 11,58%, do dólar e do euro respectivamente em 31.12.2021.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é a baixa do dólar e do euro, portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2021 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no exercício	Taxa cenário provável (a)	Cenário provável	Elevação/Redução de índice em	
						25% (b)	50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	158.830				19.361	24.202	29.042
Instrumentos financeiros passivos	(343.213)				(41.838)	(52.297)	(62.756)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(1.727.097)				(210.533)	(263.166)	(315.800)
	(1.911.480)	alta CDI	4,40%	12,19%	(233.010)	(291.261)	(349.514)
Instrumentos financeiros passivos	(1.154.197)				(62.327)	(77.908)	(93.490)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	530.940				28.671	35.838	43.006
	(623.257)	alta IPCA	10,06%	5,40%	(33.656)	(42.070)	(50.484)
Ativos e passivos financeiros setoriais	606.095				73.883	55.412	36.941
Instrumentos financeiros ativos	3.589				438	328	219
	609.684	baixa SELIC	4,40%	12,19%	74.321	55.740	37.160
Total	(1.925.053)				(192.345)	(277.591)	(362.839)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

e) Risco de crédito

Risco de crédito é o de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA- (nota 29 b).

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2021 e 2020 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor, consistindo em um grande número de pequenos saldos.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas futuras durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys, Fitch, e em caso de mais de uma, é considerado o menor rating entre elas (nota 29b). A Administração não identificou para os exercícios de 2021 e 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2021, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2021	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	13	743.331	670	-	1.379	-	-	745.381
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	3.597	53.324	175.788	955.398	946.738	363.712	2.498.558
Derivativos	29	-	108	108	34.371	-	9.724	44.311
Debêntures - principal e encargos	14	-	143.625	77.114	550.374	179.732	342.726	1.293.570
Encargos Setoriais	16	95.292	-	-	-	-	-	95.292
Consumidores e concessionárias	19	8.958	13.060	-	-	-	-	22.018
EPE / FNDCT / PROCEL	16	-	1.264	11.427	-	-	-	12.690
Convênio de arrecadação	19	-	19.813	-	-	-	-	19.813
Fundo de reversão	19	-	127	255	1.105	3.054	3.054	7.838
Total		851.307	232.119	265.540	1.544.575	1.129.524	716.406	4.739.471

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis regulatórias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

30 COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE

Nos exercícios de 2021 e 2020, a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme a seguir demonstrado:

	2021		2020	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Compra	324	126	4.801	757
Total	324	126	4.801	757

	2021		2020	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Venda	1.795.352	487.256	2.498.204	313.297
Venda estimada (*)	194.668	14.902	441.243	172.511
Total	1.990.020	502.159	2.939.447	485.809

(*) Como a CCEE tem um prazo de sessenta dias para disponibilização das informações relativas ao período de 1º de novembro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 (período de 1º de novembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020), os valores foram estimados pela Companhia, com base em seus controles mantidos para essas operações.

31 REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO

31.1 Revisão Tarifária Periódica

Entre 25 de julho de 2019 e 09 de setembro de 2019, a ANEEL submeteu à Audiência Pública nº 030/2019 a proposta referente à Quinta Revisão Tarifária Periódica da CPFL Piratininga, a vigorar a partir de 23 de outubro de 2019, bem como definição dos correspondentes limites dos indicadores de continuidade de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), para o período de 2020 a 2023.

Após análise das contribuições recebidas, amparada pelo laudo de avaliação da base de remuneração regulatória e pelos demais componentes da tarifa atualizados de acordo com a metodologia dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, em 22 de outubro de 2019, a ANEEL aprovou, por meio da Resolução Homologatória nº 8.315/2019, o resultado da Quinta Revisão Tarifária Periódica – RTP CPFL Piratininga, onde foram, em média, reajustadas em -7,80% as tarifas, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Após a homologação do resultado, a CPFL Piratininga vislumbrou a necessidade de interpor pedido de reconsideração à ANEEL, tratando unicamente sobre a vigência da metodologia de perdas não técnicas aplicada por parte da ANEEL. O pedido de reconsideração foi analisado pela ANEEL e votado na 11ª Reunião Pública Ordinária de 2020 da Diretoria da ANEEL, em 07 de abril de 2020, com negativa de provimento ao Pedido de Reconsideração.

31.2 Composição da Base de Remuneração Regulatória

A Base de Remuneração Regulatória – BRR corresponde ao conjunto dos ativos das concessionárias em operação, vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, avaliados periodicamente a cada Revisão Tarifária Periódica, observando-se as seguintes diretrizes:

- Base Blindada - é composta pelos valores aprovados no laudo de avaliação do ciclo tarifário anterior, ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- Base Incremental - Corresponde a inclusão e avaliação dos investimentos realizados entre as data-bases do ciclo tarifário anterior e o processo de revisão do ciclo tarifário vigente;
- Os valores finais da BRR são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas no período incremental (item b);
- Considera-se como data-base do laudo de avaliação da BRR o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária vigente; e
- A base de remuneração é atualizada pela variação do IGPM, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração veículos, edificações, hardwares e softwares. Estes ativos são remunerados por meio da Base de Anuidade Regulatória - BAR.

A tabela a seguir, resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração, conforme Nota Técnica nº 193/2019-SGT/ANEEL, de 10 de outubro de 2019:

Descrição	Valor (R\$mil)
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	5.484.012
(2) Índice de Aproveitamento Integral	711
(3) Obrigações Especiais Bruta	912.633
(4) Bens Totalmente Depreciados	733.934
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	3.836.734
(6) Depreciação Acumulada	2.517.177
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	2.966.834
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	32
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	2.966.803
(10) Almojarifado em Operação	1.998
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	689.578
(13) Terrenos e Servidões	207.459
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (9)+(10)+(11)-(12)+(13)	2.486.682
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) WACC real antes de impostos	12,26%
(18) Remuneração sem RGR e Obrigações Especiais = [(14)-(15)-(16)] * (17)	304.867
(19) Taxa RGR/PLPT	0,73%
(20) Remuneração RGR PLPT = (15) * (19)	-
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	2,88%
(22) Remuneração RGR Demais Investimentos = (16) * (21)	-
(23) Taxa Obrigações Especiais	1,48%
(24) Remuneração de Obrigações Especiais = (3) * (23)	13.492
(25) Remuneração do Capital = (18)+(20)+(22)+(24)	318.359
(26) Taxa de Depreciação	3,70%
(27) Quota de Reintegração Regulatória = (5) * (26)	141.959

31.3 Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis – (“CAIMI”).

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

A remuneração dos ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) é determinada a partir de uma relação do Ativo Imobilizado em Serviço (AIS).

A tabela a seguir, resume os valores relativos ao CAIMI, conforme Nota Técnica nº 193/2019-SGT/ANEEL, de 10 de outubro de 2019:

Descrição	Valor (R\$Mil)
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	367.176
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	165.229
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	44.061
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	157.886
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	18.602
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	8.995
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	39.468
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	67.065

31.4. Ajuste da Parcela B em Função do Índice de Ajuste de Mercado e do Mecanismo de Incentivo à Melhoria da Qualidade

De acordo com o Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET, no momento da Revisão Tarifária Periódica, os custos não gerenciáveis da Concessionária, a Parcela B, são ajustados por um fator de ajuste de mercado e um mecanismo de incentivo à qualidade, a serem aplicados ao Custo de Administração, Operação e Manutenção – CAOM e ao Custo Anual dos Ativos – CAA.

O índice de ajuste de mercado, denominado de Fator de Ajuste de Mercado, considera a mesma metodologia de cálculo do Componente Pd do Fator X, conforme submódulo 2.5 do PRORET, levando em conta os ganhos potenciais de produtividade entre o ano anterior à revisão tarifária, período de referência, e o período em que as tarifas definidas na revisão estarão vigentes, que são os doze meses posteriores à revisão. Assim, o Fator de Ajuste de Mercado calculado para aplicação a partir da quinta revisão tarifária conforme Nota Técnica nº 193/2019-SGT/ANEEL.

Componentes	Índice
Componente T do Fator X	-0,36%
Componente Pd do Fator X	0,88%

Para o índice de ajuste do Mecanismo de Incentivo à Qualidade, é considerada a mesma metodologia de cálculo do Componente Q do Fator X, conforme submódulo 2.5 do PRORET. Tal índice foi especificado de acordo com a variação dos indicadores apurados DEC e FEC, já expurgadas as causas externas à distribuidora, levando-se em consideração o desempenho da distribuidora com relação à qualidade do serviço prestado.

31.5. Reajuste Tarifário Anual

No reajuste tarifário anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações dos custos incorridos no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IGPM, ajustado pela aplicação do Fator X.

A ANEEL estabeleceu, por meio da Resolução Homologatória nº 2.966, de 21 de outubro de 2021, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da distribuidora resultantes do processo de reajuste tarifário de 2021, cujo reajuste médio foi de 14,78%, correspondendo a um efeito médio de 12,40% percebido pelos consumidores.

32 CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da

Reclassificações e ajustes de 2021:

	Reclassificações							Ajustes				Societário	
	Regulatório	Ativos/Passivos Financeiros Setoriais (a)	Ativo Financeiro da Concessão (b)	Ativo Intangível da Concessão (b)	Obrigação Especial (c)	Provisões para litígios fiscais (d)	Redução Incentivada de Consumo (e)	Investimentos Temporários (f)	Reavaliação Regulatória Compulsória (32.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)		IR e CS Diferidos (32.3.5)
Ativo													
Ativo Circulante													
Consumidores, concessionárias e permissionárias	852.289	-	-	-	-	-	(69.165)	-	-	-	-	-	783.124
Depósitos Judiciais e Cauções	-	-	-	-	-	-	-	3.589	-	-	-	-	3.589
Investimentos Temporários	3.589	-	-	-	-	-	-	(3.589)	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros Setoriais	717.323	(346.100)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	371.223
Ativo Não Circulante													
Ativos Financeiros Setoriais	655.914	(421.042)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	234.872
Ativo Financeiro da Concessão	-	-	1.547.550	-	(275.181)	-	-	-	659.635	-	-	-	1.932.004
Imobilizado	3.438.130	-	(1.547.550)	(1.345.903)	275.181	-	-	(819.858)	-	-	-	-	-
Ativo contratual	-	-	-	293.835	(52.782)	-	-	-	-	-	-	-	241.053
Intangível	142.928	-	-	1.052.068	(441.841)	-	-	-	(28.347)	-	9.444	-	734.251
	5.810.172	(767.142)	-	-	(494.624)	-	(69.165)	-	(848.205)	659.635	9.444	-	4.300.115
Passivo													
Passivo Circulante													
Passivos Financeiros Setoriais	346.100	(346.100)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Passivos Circulantes	165.471	-	-	-	-	-	(69.165)	-	-	-	-	-	96.306
Passivo Não Circulante													
Tributos	-	-	-	-	-	178.840	-	-	-	-	-	-	178.840
Provisão para Litígios	226.069	-	-	-	-	(178.840)	-	-	-	-	-	-	47.229
Tributos diferidos	23.047	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.568	-	26.614
Passivos Financeiros Setoriais	421.042	(421.042)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	684.243	-	-	-	(494.624)	-	-	(189.619)	-	-	-	-	-
	1.865.972	(767.142)	-	-	(494.624)	-	(69.165)	-	(189.619)	-	-	3.568	348.991
Total	3.944.200	-	-	-	-	-	-	-	(658.586)	659.635	9.444	(3.568)	3.951.124

- (a) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias efetuamos o encontro de contas entre os ativos e passivos financeiros setoriais e para as demonstrações contábeis regulatórias é apresentado na respectiva natureza em ativo ou passivo;
- (b) Diferenças de apresentação em função do ICPC 01, que requer que o ativo imobilizado da concessão, apresentado como ativo imobilizado para fins regulatórios, seja apresentado de forma bifurcada entre o ativo financeiro e o ativo intangível;
- (c) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias as obrigações especiais são apresentadas liquidas no Ativo Intangível e para as demonstrações contábeis regulatórias é apresentado no passivo não circulante na rubrica obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica.
- (d) Provisão para litígios fiscais relacionados a IR/CSLL foi reclassificado para Tributos a pagar no societário em função do ICPC 22.
- (e) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias o valor do Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica que será abatido da conta do consumidor foi classificado no ativo circulante na rubrica de consumidores, concessionárias e permissionárias, e nas demonstrações contábeis regulatórias no passivo circulante em outras contas a pagar, conforme Ofício Circular n° 38/2022-SFF/ANEEL.
- (f) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias os valores depositados em caução para resgate ou amortização de dívida são classificados no ativo circulante na rubrica de outros créditos – cauções, fundos e depósitos vinculados, e nas demonstrações contábeis regulatórias em investimentos temporários.

Reclassificações e ajustes de 2020:

Regulatório	Reclassificações					Ajustes				Societário	
	Ativos/Passivos Financeiros Setoriais (a)	Ativo Financeiro da Concessão (b)	Ativo Intangível da Concessão (b)	Obrigação Especial (c)	Provisões para litígios fiscais (d)	Reavaliação Regulatória Compulsória (32.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)	IR e CS Diferidos (32.3.5)		
Ativo											
Ativo Circulante											
Ativos Financeiros Setoriais	258.658	(258.658)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ativo Não Circulante											
Tributos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	19.459	19.459	
Ativos Financeiros Setoriais	293.436	(184.528)	-	-	-	-	-	-	-	108.908	
Ativo Financeiro da Concessão	-	-	1.371.056	-	(252.632)	-	484.552	-	-	1.602.976	
Imobilizado	3.321.257	-	(1.371.056)	(1.305.630)	252.632	(897.202)	-	-	-	-	
Ativo contratual	-	-	-	211.744	(51.760)	-	-	-	-	159.983	
Intangível	129.332	-	-	1.093.887	(436.617)	-	(28.572)	-	10.826	768.856	
	4.002.683	(443.187)	-	-	(488.377)	-	(925.774)	484.552	10.826	19.459	2.660.182
Passivo											
Passivo Circulante											
Passivos Financeiros Setoriais	300.172	(258.658)	-	-	-	-	-	-	-	41.514	
Passivo Não Circulante											
Tributos	-	-	-	-	161.959	-	-	-	-	161.959	
Provisão para Litígios	210.654	-	-	-	(161.959)	-	-	-	-	48.695	
Tributos diferidos	58.018	-	-	-	-	-	-	-	(58.018)	-	
Passivos Financeiros Setoriais	184.528	(184.528)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	690.900	-	-	-	(488.377)	-	(202.522)	-	-	-	
	1.444.272	(443.187)	-	-	(488.377)	-	(202.522)	-	-	(58.018)	252.168
Total	2.558.411	-	-	-	-	-	(723.252)	484.552	10.826	77.477	2.408.014

- (a) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias efetuamos o encontro de contas entre os ativos e passivos financeiros setoriais e para as demonstrações contábeis regulatórias é apresentado na respectiva natureza em ativo ou passivo;
- (b) Diferenças de apresentação em função do ICPC 01, que requer que o ativo imobilizado da concessão, apresentado como ativo imobilizado para fins regulatórios, seja apresentado de forma bifurcada entre o ativo financeiro e o ativo intangível;
- (c) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias as obrigações especiais são apresentadas líquidas no Ativo Intangível e para as demonstrações contábeis regulatórias é apresentado no passivo não circulante na rubrica obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica.
- (d) Provisão para riscos fiscais relacionados a IR/CSLL foi reclassificado para Tributos a pagar no societário em função do ICPC 22.

Conciliação do total do ativo societário e regulatório:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Total do ativo conforme contabilidade societária	7.079.081	4.740.640
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	2.305.241	2.463.970
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	(1.457.036)	(1.538.196)
Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	(659.635)	(484.552)
Ajustes do Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)	(9.444)	(10.826)
IR/CSLL sobre as diferenças de práticas contábeis (32.3.5)	3.568	(77.477)
Estorno de reclassificação Passivos financeiros setoriais (a)	767.142	443.187
Reclassificação de obrigações especiais para o passivo (b)	494.624	488.377
Reclassificação de tributos diferidos (c)	(3.568)	58.018
Redução Incentivada de Consumo (d)	69.165	-
Total do ativo regulatório	<u>8.589.138</u>	<u>6.083.141</u>

- (a) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias efetuamos o encontro de contas entre os ativos e passivos financeiros setoriais e para as demonstrações contábeis regulatórias é apresentado na respectiva natureza em ativo ou passivo.
- (b) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias as obrigações especiais são apresentadas liquidas no Ativo Intangível e para fins e para as demonstrações contábeis regulatórias a partir de 2015 é apresentado no passivo não circulante na rubrica obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica.
- (c) Refere-se ao encontro de contas dos tributos diferidos seguindo o mesmo critério utilizado para as demonstrações contábeis societárias.
- (d) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias o valor do Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica que será abatido da conta do consumidor foi classificado no ativo circulante na rubrica de consumidores, concessionárias e permissionárias, e nas demonstrações contábeis regulatórias no passivo circulante em outras contas a pagar.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Patrimônio líquido conforme contabilidade societária	387.459	188.193
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	1.962.371	2.121.101
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	(1.303.785)	(1.397.849)
Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	(659.635)	(484.552)
Ajustes do Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)	(9.444)	(10.826)
IR/CSLL sobre as diferenças de práticas contábeis (32.3.5)	3.567	(77.477)
Patrimônio líquido regulatório	<u>380.533</u>	<u>338.590</u>

32.2. Demonstração do Resultado do Exercício

	2021			2020		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita	8.166.841	574.797	8.741.638	6.634.282	404.169	7.038.451
Fornecimento de Energia Elétrica	3.191.875	69.167	3.261.042	2.506.215	-	2.506.215
Suprimento de Energia Elétrica	38.409	-	38.409	35.555	-	35.555
Energia Elétrica de Curto Prazo	502.159	-	502.159	485.809	-	485.809
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	3.637.991	(11.202)	3.626.789	3.080.937	(5.935)	3.075.002
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	518.945	-	518.945	365.293	-	365.293
Serviços Cobráveis	11.217	-	11.217	9.046	-	9.046
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	266.246	(69.167)	197.079	151.428	-	151.428
Outras Receitas	-	585.998	585.998	-	410.103	410.103
Tributos	(2.005.980)	(218)	(2.006.198)	(1.653.279)	-	(1.653.279)
ICMS	(1.306.733)	(203)	(1.306.936)	(1.041.485)	-	(1.041.485)
PIS-PASEP	(124.646)	-	(124.646)	(109.133)	-	(109.133)
COFINS	(574.538)	-	(574.538)	(502.570)	-	(502.570)
ISS	(61)	(17)	(78)	(90)	-	(90)
Encargos - Parcela "A"	(901.164)	-	(901.164)	(816.543)	-	(816.543)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(26.770)	-	(26.770)	(21.174)	-	(21.174)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(26.770)	-	(26.770)	(21.174)	-	(21.174)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(716.086)	-	(716.086)	(729.884)	-	(729.884)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(5.539)	-	(5.539)	(4.564)	-	(4.564)
Outros Encargos	(126.000)	-	(126.000)	(39.745)	-	(39.745)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	5.259.697	574.578	5.834.275	4.164.460	404.169	4.568.629
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"	(4.053.203)	(10.177)	(4.063.380)	(3.158.950)	(15.787)	(3.174.737)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.101.014)	(10.177)	(3.111.191)	(2.568.500)	(15.787)	(2.584.287)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	(63.077)	-	(63.077)	(47.457)	-	(47.457)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição	(889.112)	-	(889.112)	(542.994)	-	(542.994)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	1.206.494	564.402	1.770.896	1.005.510	388.382	1.393.892
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"	(648.552)	(322.680)	(971.232)	(587.044)	(278.582)	(865.626)
Pessoal e Administradores	(166.959)	154	(166.805)	(155.726)	161	(155.565)
Entidade de previdência privada	(49.827)	(154)	(49.981)	(33.577)	(161)	(33.738)
Material	(27.549)	-	(27.549)	(23.281)	-	(23.281)
Serviços de Terceiros	(161.536)	-	(161.536)	(143.149)	-	(143.149)
Arrendamento e Aluguéis	(4.139)	-	(4.139)	(3.767)	-	(3.767)
Seguros	(758)	-	(758)	(830)	-	(830)
Doações, Contribuições e Subvenções	(564)	-	(564)	(914)	-	(914)
Provisões	(28.716)	-	(28.716)	(24.378)	-	(24.378)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(63.939)	-	(63.939)	(44.748)	-	(44.748)
(-) Recuperação de Despesas	6.503	-	6.503	3.759	-	3.759
Tributos	(3.318)	-	(3.318)	(3.306)	-	(3.306)
Depreciação e Amortização	(170.025)	48.434	(121.591)	(170.575)	53.008	(117.567)
Gastos Diversos da atividade vinculada	(44.589)	-	(44.589)	(36.157)	-	(36.157)
Outras Receitas Operacionais	100.039	(100.039)	-	77.102	(77.102)	-
Outras Despesas Operacionais	(33.173)	(271.075)	(304.248)	(27.497)	(254.486)	(281.983)
Resultado da Atividade	557.942	241.723	799.665	418.465	109.802	528.267
Resultado Financeiro	(51.276)	9.847	(41.429)	21.812	12.718	34.530
Receitas Financeiras	223.564	(75.434)	148.130	481.971	(355.064)	126.907
Despesas Financeiras	(274.841)	85.282	(189.559)	(460.159)	367.782	(92.377)
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	506.666	251.570	758.236	440.278	122.519	562.797
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(171.782)	(86.056)	(257.838)	(147.653)	(41.657)	(189.310)
Resultado Líquido do Exercício	334.884	165.514	500.398	292.624	80.863	373.487
Atribuível aos Acionistas Controladores	334.884	165.514	500.398	292.624	80.863	373.487

A seguir são detalhadas a natureza das reclassificações e dos ajustes na demonstração do resultado do exercício apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória, nos exercícios de 2021 e 2020:

Reclassificações e ajustes de 2021:

	Reclassificações										Ajustes					Societário
	Regulatório	Construção da infraestrutura de concessão (a)	Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos (b)	Outras receitas não vinculadas (c)	Ganho/Perda na alienação, desativação e outros de ativos não circulante (d)	Capitalização de despesas (e)	Atualização dos ativos e passivos financeiros setoriais (f)	Varição cambial Itaipu (g)	Varição monetária e marcação a mercado (h)	Provisões para litígios fiscais (i)	Redução Incentivada de Consumo (j)	Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros (32.3.4)	
Receita																
Fornecimento de Energia Elétrica	3.191.875	-	-	-	-	-	-	-	-	69.167	-	-	-	-	-	3.261.042
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	3.637.991	-	(11.202)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.626.789
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	266.246	-	-	-	-	-	-	-	-	(69.167)	-	-	-	-	-	197.079
Outras receitas	-	316.683	-	94.232	-	-	-	-	-	-	-	175.083	-	-	-	585.998
Tributos																
ICMS	(1.306.733)	-	-	-	-	-	-	-	(203)	-	-	-	-	-	-	(1.306.936)
ISS	(61)	-	-	-	-	-	-	-	(17)	-	-	-	-	-	-	(78)
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"																
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.101.014)	-	-	-	-	-	(10.177)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.111.191)
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"																
Pessoal e Administradores	(166.959)	-	-	-	-	154	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(166.805)
Entidade de previdência privada	(49.827)	-	-	-	-	(154)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(49.981)
Depreciação e Amortização	(170.025)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49.816	-	(1.382)	-	-	(121.591)
Outras receitas operacionais	100.039	-	-	(94.232)	(5.807)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(33.173)	(316.683)	11.202	-	5.807	-	-	-	13.751	-	14.848	-	-	-	-	(304.248)
Resultado Financeiro																
Receitas Financeiras	223.564	-	-	-	-	(14.574)	-	(60.860)	-	-	-	-	-	-	-	148.130
Despesas Financeiras	(274.841)	-	-	-	-	14.574	10.177	60.860	(12.740)	-	-	-	-	12.411	-	(189.559)
Despesa com Impostos sobre o Lucro																
	(171.782)	-	-	-	-	-	-	-	(791)	-	-	-	-	-	(85.265)	(257.838)
Resultado Líquido do Exercício																
	334.884	-	-	-	-	-	-	-	-	-	64.667	175.083	(1.382)	12.411	(85.265)	500.398

- Para a contabilidade societária a prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 o qual não foi adotado pela ANEEL;
- Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias a companhia adota o CPC 47 e desta forma classificamos a compensação pelo não cumprimento de indicadores deduzindo a receita, e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional conforme MCSE;
- Para a contabilidade societária a Companhia classifica as Outras receitas operacionais no grupo de Receita e na contabilidade regulatória são classificadas no grupo de Custos gerenciáveis conforme MCSE;
- Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias o ganho e a perda são apresentados pelo líquido, e para as demonstrações contábeis regulatórias são apresentados de forma segregada, conforme MCSE;
- Para a contabilidade societária a capitalização das despesas com Pessoal e Administradores e Entidade de previdência privada é classificado em Outras Despesas com Pessoal e na contabilidade regulatória é classificado conforme a abertura das despesas no plano de contas da ANEEL.
- Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias a Companhia apresenta ou receita ou despesa financeira conforme o saldo, e para as demonstrações contábeis regulatórias a apresentação é feita de forma segregada, conforme MCSE;
- Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias apresentamos a variação cambial de Itaipu dentro do custo de energia e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos no resultado financeiro conforme MCSE;
- Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias apresentamos a variação monetária e marcação a mercado na despesa financeira e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos no resultado financeiro de acordo com sua natureza, conforme MCSE.
- Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias apresentamos as despesas com litígios fiscais na natureza original dos tributos e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional, conforme MCSE.

- (j) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias registramos o valor do Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica em Outros Créditos com contrapartida no ativo circulante na rubrica de consumidores, concessionárias e permissionárias, e para as demonstrações contábeis regulatórias transitamos pelo resultado conforme Ofício Circular n° 38/2022-SFF/ANEEL.

Reclassificações e ajustes de 2020:

	Reclassificações								Ajustes					Societário
	Regulatório	Construção da infraestrutura de concessão (a)	Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos (b)	Outras receitas não vinculadas (c)	Ganho/Perda na alienação, desativação e outros de ativos não circulante (d)	Capitalização de despesas (e)	Atualização dos ativos e passivos financeiros setoriais (f)	Variação cambial Itaipu (g)	Variação monetária e marcação a mercado (h)	Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros (32.3.4)	
Receita														
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	3.080.937	-	(5.935)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.075.002
Outras receitas	-	277.866	-	70.431	-	-	-	-	-	61.808	-	-	-	410.103
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"														
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.568.500)	-	-	-	-	-	(15.786)	-	-	-	-	-	-	(2.584.287)
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"														
Pessoal e Administradores	(155.726)	-	-	-	-	161	-	-	-	-	-	-	-	(155.565)
Entidade de previdência privada	(33.577)	-	-	-	-	(161)	-	-	-	-	-	-	-	(33.738)
Depreciação e Amortização	(170.575)	-	-	-	-	-	-	-	54.389	-	(1.382)	-	-	(117.567)
Outras receitas operacionais	77.102	-	-	(70.431)	(6.672)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(27.497)	(277.866)	5.935	-	6.672	-	-	-	10.773	-	-	-	-	(281.983)
Resultado Financeiro														
Receitas Financeiras	481.971	-	-	-	-	(9.827)	-	(345.238)	-	-	-	-	-	126.907
Despesas Financeiras	(460.159)	-	-	-	-	9.827	15.786	345.238	-	-	-	(3.068)	-	(92.377)
Despesa com Impostos sobre o Lucro														
	(147.653)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(41.657)	(189.310)
Resultado Líquido do Exercício														
	292.624	-	-	-	-	-	-	-	65.162	61.808	(1.382)	(3.068)	(41.657)	373.487

- (a) Para a contabilidade societária a prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 o qual não foi adotado pela ANEEL;
- (b) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias a companhia adota o CPC 47 e desta forma classificamos a compensação pelo não cumprimento de indicadores deduzindo a receita, e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional conforme MCSE;
- (c) Para a contabilidade societária a Companhia classifica as Outras receitas operacionais no grupo de Receita e na contabilidade regulatória são classificadas no grupo de Custos gerenciáveis conforme MCSE;
- (d) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias o ganho e a perda são apresentados pelo líquido, e para as demonstrações contábeis regulatórias são apresentados de forma segregada, conforme MCSE;
- (e) Para a contabilidade societária a capitalização das despesas com Pessoal e Administradores e Entidade de previdência privada é classificado em Outras Despesas com Pessoal e na contabilidade regulatória é classificado conforme a abertura das despesas no plano de contas da ANEEL.
- (f) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias a Companhia apresenta ou receita ou despesa financeira conforme o saldo, e para as demonstrações contábeis regulatórias a apresentação é feita de forma segregada, conforme MCSE;
- (g) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias apresentamos a variação cambial de Itaipu dentro do custo de energia e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos no resultado financeiro conforme MCSE;
- (h) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias apresentamos a variação monetária e marcação a mercado na despesa financeira e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos no resultado financeiro de acordo com sua natureza, conforme MCSE.

Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2021	2020
Resultado líquido do exercício conforme contabilidade societária	500.398	373.487
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	(14.848)	(10.773)
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	(49.816)	(54.389)
Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	(175.083)	(61.808)
Ajustes do ativo intangível da concessão (32.3.3)	1.382	1.382
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros (32.3.4)	(12.411)	3.068
IR/CSLL sobre as diferenças de práticas contábeis (32.3.5)	85.265	41.657
Resultado líquido do exercício conforme contabilidade regulatória	334.884	292.624

32.3. Composição dos ajustes

32.3.1 Reavaliação Regulatória Compulsória

De acordo com a Resolução Normativa da ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010 as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica registram contabilmente, a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada e baixas, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária. Esse ajuste é regulatório e não é aceito na contabilidade societária.

A composição dos saldos da reavaliação compulsória registrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, relativos ao ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais e os efeitos tributários para a Companhia, valores estes que estão de acordo com os montantes apresentados nas notas 10, 12 e 20 deste relatório, estão assim apresentados:

Saldo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Ativo imobilizado	2.152.847	(1.332.989)	819.858	2.311.577	(1.414.375)	897.202
Ativo intangível	152.394	(124.047)	28.347	152.394	(123.822)	28.572
Obrigações especiais	(342.870)	153.251	(189.619)	(342.870)	140.348	(202.522)
Total	1.962.371	(1.303.785)	658.586	2.121.101	(1.397.849)	723.252
Efeito IR e CSLL	(667.206)	443.286	(223.920)	(721.174)	475.269	(245.906)
Efeito líquido	1.295.165	(860.499)	434.666	1.399.926	(922.580)	477.346

Conforme mencionado na nota 3.7, em 2019 foi contemplado os efeitos da implantação do laudo homologado da revisão tarifária, cujo efeitos estão demonstrados na nota 12.

32.3.2. Atualização do Ativo Financeiro da Concessão (ICPC 01)

O efeito é decorrente do estorno do valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão. Esse ajuste refere-se a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição "VNR"), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional, no resultado do exercício societário. O mesmo é aceito na contabilidade societária e não é aceito na contabilidade regulatória.

32.3.3. Ativo Intangível da Concessão (ICPC 01)

O efeito é decorrente do estorno do reconhecimento de custos adicionais e juros capitalizados em ordens em curso,

reconhecidos na contabilidade societária e, que serão amortizados até o prazo final da concessão. Esse ajuste é aceito na contabilidade societária e não é reconhecido na contabilidade regulatória.

32.3.4. Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros (CPC 48)

Os ajustes são decorrentes da aplicação na contabilidade societária, onde o *spread* de risco é reconhecido no resultado abrangente e na contabilidade regulatória no resultado financeiro.

32.3.5. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os ajustes são decorrentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes de diferenças entre práticas contábeis societárias e as regulatórias.

33 COMPROMISSOS

- Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2021	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 6 anos	3.261.060	20.771.693	6.500.703	4.526.066	35.059.523
Compra de energia de Itaipu	Até 6 anos	610.806	4.135.103	1.048.146	871.110	6.665.165
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 7 anos	642.641	7.102.434	1.865.589	2.037.690	11.648.354
Projetos de construção de Subestação	Até 5 anos	118.017	17.362	956	-	136.335
Fornecedores de materiais e serviços	Até 1 ano	1.408	-	-	-	1.408
Total		4.633.932	32.026.592	9.415.394	7.434.866	53.510.784

34 TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2021, um valor de R\$ 3.676 (R\$ 2.871 em 2020) referente a juros capitalizados no ativo imobilizado.

Ainda em 2021, houve o aumento do capital social (nota 22) da Companhia no montante de R\$ 4.588 (R\$ 4.588 em 2020), sendo este saldo proveniente da capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2020.

35 EVENTO SUBSEQUENTE

Emissão de Debêntures:

Em 04 janeiro de 2022, foram subscritas e integralizadas 250.000 debêntures simples, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais) o que gerou uma captação total de R\$ 250.000 (R\$ 249.302 líquido dos gastos de emissão), com pagamento de juros semestrais e remuneração de CDI + 1,50% a.a.. Os recursos líquidos obtidos serão destinados para reforço do capital de giro.

Empréstimos e financiamentos:

Em 14 de março de 2022, houve a liberação referente financiamento Lei 4.311, no montante de R\$ 118.574, com taxa de juros CDI + 1,22%, pagamento de juros semestrais e amortização em março de 2025, para reforço de capital de giro.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO
Presidente

YUEHUI PAN
Vice Presidente

UBIRAJUÍ JOSÉ PEREIRA
Conselheiro

DIRETORIA

CARLOS ZAMBONI NETO
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro
e de Relações com Investidores

JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES
Diretor de Assuntos Regulatórios

RAFAEL LAZZARETTI
Diretor Comercial

OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA
Diretor de Operações

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SÉRGIO LUIS FELICE
Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192.767/O-6

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217.200/O-6



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

**Aos Conselheiros e Acionistas da
Companhia Piratininga de Força e Luz
Campinas – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Piratininga de Força e Luz (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Companhia Piratininga de Força e Luz com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Piratininga de Força e Luz em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.1 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia Piratininga de Força e Luz a cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada

Veja as notas explicativas 3 e 22 das demonstrações contábeis regulatórias

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A receita não faturada reconhecida pela Companhia corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura que, em alguns casos, superam o período de encerramento contábil. O reconhecimento da receita não faturada é determinada com base em dados históricos obtidos, principalmente</p> <p>por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.</p> <p>Devido à complexidade dos dados usados na determinação da estimativa do reconhecimento da receita não faturada que pode impactar o valor das receitas nas demonstrações contábeis regulatórias, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados.</p> <p>Analisamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, e dos índices de perdas técnicas e comerciais, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo.</p> <p>Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida pela multiplicação desta carga pelas tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades.</p>

Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no referido cálculo e efetuamos teste de valorização por meio do confronto dos valores reconhecidos de receita com as expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria.

Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis regulatórias estão de acordo com as normas aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não

faturada, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outros assuntos

A Companhia Piratininga de Força e Luz preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 17 de março de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 26 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP027612/O-4



Fábio Antonio

Contador CRC 1SP255184/O-6

TERMO DE RESPONSABILIDADE	TERM OF RESPONSIBILITY
<p>Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.</p> <p>Campinas, 25 de abril de 2022.</p> <p>Concessionária: COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ</p>	<p>By this Term of Responsibility, we declare under the penalties of the Law the veracity of the information submitted to the National Electric Energy Agency - ANEEL, expressing the commitment to compliance with the rules, procedures and requirements established by the legislation of the electricity sector, as well as science of the penalties to which we will be subject. We are aware that the falsity of the information, as well as the non-compliance with the commitment made herein, in addition to requiring the return of amounts received improperly, where applicable, will be subject to the penalty of Group IV, item X, Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004, as well as those provided for in articles 171 and 299, both of the Penal Code.</p> <p>Campinas, April 25, 2022.</p> <p>Concessionaire: COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ</p>

Carlos Zamboni Neto
Diretor Presidente
Chief Executive Officer
CPF: 081.496.848-16

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores
Chief Financial and Investor Relations
Officer
CPF: 061.539.517-16

Ana Paula Peressim de Paulo
Gerente de Contabilidade das
Distribuidoras
Accounting Manager of Distribut
CT CRC: 1SP217.200 /O-6
CPF: 171.567.218-60

Este documento foi assinado eletronicamente por Yuehui Pan, Ana Paula Peressim De Paulo e Carlos Zamboni Neto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código DDCA-12C5-23F9-FDD9.

<p>MAIO DE 2004 Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV: ... X – fornecer informação falsa à ANEEL; CÓDIGO PENAL Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento. Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.</p>	<p>Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004. Art 7 - Constitutes an infraction, subject to the imposition of the penalty fine of Group IV: ... X - provide false information to ANEEL; PENAL CODE Art. 171 - Obtain, for yourself or others, unlawful advantage, to the detriment of others, inducing or keeping someone in error, through artifice, ruse, or any other fraudulent means. Art. 299 - Omit, in a public or private document, a statement that should appear on it, or insert a false statement or different statement from that which should be written, in order to prejudice law, create an obligation or alter the truth about the legally relevant fact.</p>
---	---



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas KPMG. Para verificar as assinaturas clique no link:
<https://apiconfirmations.kpmg.com.br/Verificar/DDCA-12C5-23F9-FDD9>.

Por motivo de segurança e sigilo das informações, não é permitido o download do documento pela tela de validação de assinatura.

Código para verificação: DDCA-12C5-23F9-FDD9



Hash do Documento

BA2B9A4E17564F29E6B43680A2C1200D231EF94C5EB95ADA70976520830D342D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

Nome no certificado: Yuehui Panem 26/04/2022 08:23 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por email: panyuehui@cpfl.com.br

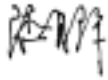
Evidências

Client Timestamp Tue Apr 26 2022 19:23:01 GMT+0800 (CST)

Geolocation Location not shared by user.

IP 124.205.85.3

Assinatura:



Hash Evidências:

9568AF14B217A114910EC990077EB4BA9CD37B44C3F7B430D76D4CEEF19FDB0B

Nome no certificado: Ana Paula Peressim De Pauloem 25/04/2022 10:31 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por email: anapaula@cpfl.com.br

Evidências

Client Timestamp Mon Apr 25 2022 10:30:57 GMT-0300 (GMT-03:00)

Geolocation Latitude: -22.8305 **Longitude:** -43.2192 **Accuracy:** 191650

IP 177.102.6.105

Assinatura:



Hash Evidências:

796E1D9BE68ADA701C010B0BD956D19A9CA02C27F73CA6DE92A92C1E3E39DE9B

Nome no certificado: Carlos Zamboni Netoem 25/04/2022 09:51 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por email: carloszamboni@cpfl.com.br

Evidências

Client Timestamp Mon Apr 25 2022 09:51:08 GMT-0300 (GMT-03:00)

Geolocation Location not shared by user.

IP 177.128.175.25

Assinatura:

CARLOS ZAMBONI NETO

Hash Evidências:

6D5DACB1AD70B797F076EC8A6433A1E23EAD8D574BB66F208A91F2638DB87704